

PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DOS MORROS DA GUANABARA

NITERÓI - RJ

PROFILL
ENGENHARIA E AMBIENTE S.A.



FUNDRHI inea instituto estadual
do ambiente



**AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE**



PLANO DE MANEJO CONSOLIDADO
APA DOS MORROS DA GUANABARA
NITERÓI - RJ

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

R01	27/05/2026	Revisão 01
R00	15/05/2026	Entrega Inicial
Revisão	Data	Descrição breve

<p>Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara</p> <p>Produto 6 – Plano de Manejo Consolidado</p>			
<p>Elaborado por: Eduardo Audibert, Mauro Jungblut, Rogério de Azevedo, Fabiane Moretto, Willi Bruschi, Maria Paula Guerra, Alice Palagi, Luísa Neves, Thawara Guidolin, Tailana Bubolz Jeske, Jana Silva, Sabrina de Azevedo Reschke, Daniel Wiegand, Pedro Pedroso e Diego Silva</p>		<p>Supervisionado por: Eduardo Audibert, Carlos Bortoli e Diego Silva</p>	
<p>Aprovado por: Eduardo Audibert, Carlos Bortoli e Diego Silva</p>		<p>Revisão: 01</p>	<p>Finalidade: 3</p>
		<p>Data: 27/05/2026</p>	
<p>Legenda Finalidade: [1] Para Informação [2] Para comentário [3] Para Aprovação</p>			
			
		<p>PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S.A. Av. Iguazu, 451 – 6º andar Porto Alegre/RS Fone: (51) 3211-3944</p>	

Executora:



Agente financiador:



APRESENTAÇÃO

O CONSÓRCIO PROFILL FATO / PLANOS DE MANEJO / RJ, representado pelas empresas Profill Engenharia e Ambiente e Fato Pesquisa Social e Mercadológica apresenta, por meio deste, o **Produto 6 – Plano de Manejo Consolidado**, referente à execução dos serviços de contratação de empresa especializada para elaboração de 07 (sete) Planos de Manejo de Unidades de Conservação Municipais dos municípios de Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Tanguá, São Gonçalo e **Niterói**.

O Contrato entre o CONSÓRCIO e a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Agevap) para a execução do serviço técnico, corresponde ao Contrato nº 38/2025/AGEVAP firmado na data de 08/08/2025.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	11
2	Ficha Técnica	13
3	Análise Integrada	15
3.1	Mapa Situacional	22
4	Propósito e Alvos de Conservação	24
4.1	Remanescentes representativos de mata atlântica	26
4.2	Nascentes, Recarga e APPs hídricas	26
4.3	Qualidade de vida da população	27
4.4	Quadro-síntese dos alvos.....	27
5	Zoneamento.....	30
5.1	Descrição das Zonas	32
5.1.1	Zona de Preservação – ZPRES	32
5.1.2	Zona de Uso Moderado – ZUM	34
5.1.3	Zona Populacional – ZPOP	36
5.1.4	Zona de Sobreposição Territorial – ZST.....	37
5.2	NORMAS GERAIS	38
5.2.1	Áreas de Preservação Permanente – APPs (Código Florestal)	39
5.2.2	Recursos hídricos.....	40
5.2.3	Manejo de fauna e flora.....	40
5.2.4	Pesquisa científica.....	42
5.2.5	Educação ambiental	42
5.2.6	Uso do fogo	43
5.2.7	Visitação e uso público.....	44
5.2.8	Eventos e atividades esportivas	44
5.2.9	Sinalização e comunicação	44
5.2.10	Infraestruturas	45
5.2.11	Parcelamento do solo.....	45
5.2.12	Áreas urbanizadas e populacionais.....	46

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

5.2.13	Patrimônio histórico, arqueológico e cultural	47
5.2.14	Adequação e restauração	48
5.2.15	Fiscalização e gestão	48
6	Plano de Gestão	50
6.1	Programa 1 – Estruturação do Conselho.....	50
6.1.1	Ação 1.1 – Definir, instituir e assegurar o funcionamento do Conselho da UC	51
6.2	Programa 2 – Gestão da Unidade de Conservação	52
6.2.1	Ação 2.1 - Indicação do gestor e definição de atribuições e instrumento normativo.....	54
6.2.2	Ação 2.2 - Estabelecimento da infraestrutura operacional.	55
6.2.3	Ação 2.3 - Proposição e implementação do PPA da UC.....	56
6.2.4	Ação 2.4 - Estratégia e estrutura de fiscalização.....	57
6.2.5	Ação 2.5 - Articulação com INEA, órgãos estaduais e federais para ações de mosaico e corredores	58
6.2.6	Ação 2.6 - Elaboração e implementação do Plano de Comunicação da UC	59
6.2.7	Ação 2.7 - Organização de acervo de estudos, documentos, atas, regulamentações e demais registros relacionados diretamente com a UC	61
6.2.8	Ação 2.8 - Capacitação das equipes do órgão gestor	62
6.2.9	Ação 2.9 - Capacitação das equipes do órgão gestor	63
6.3	Programa 3 – Pesquisa e Educação Ambiental	64
6.3.1	Ação 3.1 - Definição de normas e diretrizes para a pesquisa científica na UC	65
6.3.2	Ação 3.2 - Estabelecimento de convênios com universidades, instituições de pesquisa e instituições de ensino de nível médio no município.....	66
6.3.3	Ação 3.3 - Definição de estratégias articuladas de educação ambiental..	67
6.3.4	Ação 3.4 - Articulação com a Secretaria de Educação para programa de educação ambiental nas escolas e comunidades	68
6.4	Programa 4 – Incentivo ao Uso Sustentável.....	69
6.4.1	Ação 4.1 – Definição de potencialidades e riscos ambientais da UC	70
6.4.2	Ação 4.2 - Promoção da Sustentabilidade e Boas Práticas	71
6.4.3	Ação 4.3 - Gestão de Recursos, Valores e Uso Público	72
6.4.4	Ação 4.4 - Articulação com companhia de serviços de saneamento básico	74

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

6.4.5	Ação 4.5 - Articulação com o(s) órgão(s) municipal(is) competente(s) para implantação e manutenção de vias e infraestruturas públicas	75
6.4.6	Ação 4.6 - Gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.....	76
6.5	Programa 5 – Conservação da Flora e Fauna.....	78
6.5.1	Ação 5.1 - Articulação com o setor de licenciamento	79
6.5.2	Ação 5.2 - Monitoramento da fauna e flora silvestre	80
6.5.3	Ação 5.3 - Normas e diretrizes para manejo de fauna sinantrópica e doméstica	81
6.5.4	Ação 5.4 - Estratégia de produção/obtenção e campanhas de plantio de mudas da flora nativa	82
6.5.5	Ação 5.5 - Articulação para programas e ações de recomposição de APPs	83
6.5.6	Ação 5.6 - Articulação para programas e ações de recomposição ambiental de áreas degradadas.....	84
7	Plano de Monitoramento e Avaliação.....	85
8	Processos Participativos.....	98
9	Produtos do Plano de Manejo.....	100
10	Referências Bibliográficas	105
11	Apêndice	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 4-1 – Quadro síntese dos alvos – remanescentes representativos da Mata Atlântica.....	27
Quadro 4-2 – Quadro síntese dos alvos – Nascentes, recarga e APPs hídricas.....	28
Quadro 4-3 – Quadro síntese dos alvos – Qualidade de vida da população.....	28
Quadro 5-1 - Síntese do zoneamento da APA dos Morros da Guanabara.....	30
Quadro 5-2 - Detalhamento das características ambientais, objetivos, normas de uso e diretrizes de manejo da ZPRES.....	33
Quadro 5-3 - Detalhamento das características ambientais, objetivos, normas de uso e diretrizes de manejo da ZUM.....	34
Quadro 5-4 - Detalhamento das características ambientais, objetivos, normas de uso e diretrizes de manejo da ZPOP.....	36
Quadro 5-5 - Detalhamento das características ambientais, objetivos, normas de uso e diretrizes de manejo da ZST.....	38
Quadro 7-1 - Níveis estabelecidos para acompanhamento dos indicadores de desempenho.....	86
Quadro 7-2 - Metas e Indicadores das Ações.....	87
Quadro 7-3 – Cronograma com os valores esperados de implementação ao longo dos 10 anos.....	93
Quadro 7-4 - Simulação de acompanhamento anual da implementação do Plano de Gestão da APA dos Morros da Guanabara.....	96
Quadro 8-1 – Processos participativos realizados para a elaboração do Plano de Manejo.....	98
Quadro 9-1 – Sumário dos Produtos elaborados para o Plano de Manejo.....	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 3-1 – Mapa situacional da APA dos Morros da Guanabara.	23
Figura 5-1 - Mapa Zoneamento – APA dos Morros da Guanabara.	31
Figura 7-1 - Simulação gráfica da evolução da implementação do Plano de Gestão da APA dos Morros da Guanabara ao longo do horizonte de planejamento.	97
Figura 9-1 – Produtos elaborados para o Plano de Manejo.	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

Agevap	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
CBH-BG	Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá
CCA	Câmara de Compensação Ambiental
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
MCF	Mata Atlântica Central Fluminense
MONA	Monumento Natural
NT	Nota Técnica
PMMA	Plano Municipal da Mata Atlântica
PT	Plano de Trabalho
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
RH-V	Região Hidrográfica da Baía de Guanabara
RJ	Rio de Janeiro
SEAS	Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
UC	Unidade de Conservação
ZPOP	Zona Populacional
ZPRES	Zona de Preservação
ZUM	Zona de Uso Moderado
ZST	Zona de Sobreposição Territorial

1 INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara, localizada no município de Niterói – Rio de Janeiro. A Unidade de Conservação foi criada através do Decreto Municipal nº14673/2022, e contribui para proteção das áreas de recarga hídrica tanto da Bacia da Baía da Guanabara, quanto da Bacia do Rio Columbandê/Alcântara, com ocorrência de nascentes e cursos hídricos.

Nesse contexto, o Plano de Manejo constitui o principal instrumento de planejamento e gestão da Unidade de Conservação, reunindo o diagnóstico ambiental, socioeconômico e institucional da área, bem como as diretrizes, programas e ações voltados à conservação ambiental, ao ordenamento territorial e ao fortalecimento da gestão da APA. Sua elaboração buscou integrar informações técnicas e contribuições obtidas ao longo do processo participativo, subsidiando a implementação de estratégias voltadas à proteção dos recursos naturais e ao uso sustentável do território.

O Plano de Manejo consiste em 05 (cinco) produtos específicos, os quais tiveram um Plano de Trabalho como referência, sendo eles o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental (Produto 2), o Zoneamento (Produto 3), o Plano de Gestão e o Plano de Monitoramento e Avaliação (Produto 4 e 5) e Plano de Manejo Consolidado (Produto 6) que corresponde a este documento.

A organização deste Plano de Manejo Consolidado apresenta a estrutura descrita a seguir. No Capítulo 2 é apresentada a Ficha Técnica da APA dos Morros da Guanabara, com dados gerais e ambientais da UC. O Capítulo 3 apresenta a Análise Integrada realizada com base no conjunto de Notas Técnicas elaboradas na etapa de Diagnóstico enquanto o Capítulo 4 apresenta o Propósito e os Alvos de Conservação da unidade. O Capítulo 5 apresenta o Zoneamento da APA dos Morros da Guanabara. Os Capítulos 7 e Capítulo 8 apresentam, respectivamente, o Plano de Gestão e o Plano de Monitoramento e Avaliação. No Capítulo 8 são apresentadas as informações sobre os processos participativos realizados durante a elaboração do Plano de Manejo. Por fim, o Capítulo 9 apresenta a lista de todos os produtos

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

elaborados e seus respectivos sumários, seguido das referências bibliográficas deste documento.

2 FICHA TÉCNICA

FICHA TÉCNICA	
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) dos Morros DA GUANABARA	
IDENTIFICAÇÃO DA UC	
Nome da Unidade: Área de Proteção Ambiental Municipal Morros da Guanabara (APA dos Morros da Guanabara)	
Categoria e Grupo de UC: Área de Proteção Ambiental (APA)	
Município abrangido: Niterói/RJ	
Área da UC: 529,87 ha	
Perímetro da UC: 28,1 km	
Ato legal de criação: Decreto Municipal nº 114 de 26 de junho de 2018.	
Coordenadas Geográficas Central: -22,884983 (Latitude); -42,931587 (Longitude)	
Endereço: Niterói – RJ	
Cidade: Niterói	Estado: Rio de Janeiro
CEP: -	Telefone do órgão gestor: (21) 2622-7631
Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade de Niterói	
Plano de Manejo anterior: () SIM (X) NÃO	
DADOS GERAIS E AMBIENTAIS	
<p>Objetivos da UC conforme decreto de criação: Preservação do conjunto natural e paisagístico do município, com ênfase para a gestão de recursos hídricos (nascentes e rios), área insular, recuperação e preservação das florestas ombrófilas densas - proporcionando um adequado desenvolvimento urbano da área, visando principalmente disciplinar o processo de ocupação do solo, assegurando a sustentabilidade dos recursos naturais e a diversidade biológica, e ainda:</p> <p>I – Proteger a paisagem e os recursos naturais considerados como essenciais à população local e capaz de promovê-la social e economicamente;</p> <p>II – Assegurar mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade na gestão da APA dos Morros da Guanabara;</p> <p>III – Fomentar de atividades de pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico nas áreas da UC;</p> <p>IV – Assegurar o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental e econômica no território da APA, de maneira alinhada às propostas gerais de desenvolvimento do município de Niterói;</p> <p>V – Garantir a proteção de encostas e áreas com declividade acentuada por meio da adoção de medidas preventivas e mitigadoras na gestão de áreas com histórico de risco geomorfológico;</p> <p>VI – Instituir um modelo de áreas protegidas em Niterói, oferecendo oportunidades de visitação, aprendizagem, inspiração e relaxamento e demais atividades ambientalmente compatíveis.</p>	
<p>Origem do nome: O nome “Guanabara” tem origem na língua Tupi-Guarani e significa "seio do mar" ou "enseada do mar", referindo-se ao formato arredondado e à abundância de vida marinha da Baía de Guanabara. A palavra deriva de guaná-pará (ou Guaná-pará), combinando termos como guaná (seio) e pará (mar) ou iguaá-mbara (enseada do rio e mar).</p>	
<p>Estrutura organizacional: Considerando que a APA dos Morros da Guanabara é uma UC municipal, a estrutura organizacional está atrelada ao Poder Executivo de Niterói, representada em máxima instância pela Prefeitura do município e, logo após, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade de Niterói.</p>	
<p>Infraestrutura: Até o momento da execução do presente documento, a APA dos Morros da Guanabara não conta com profissionais com dedicação exclusiva para a gestão da UC. Quanto à infraestrutura existente, verifica-se a existência de linhas de transmissão (LTs).</p>	

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

FICHA TÉCNICA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) dos Morros DA GUANABARA

Acesso à UC: A APA dos Morros da Guanabara pode ser acessada através de vias locais, mas destaca-se as estradas principais que estão localizadas próximas a esta região, sendo elas as rodovias estaduais - RJ-104 e RJ-100.

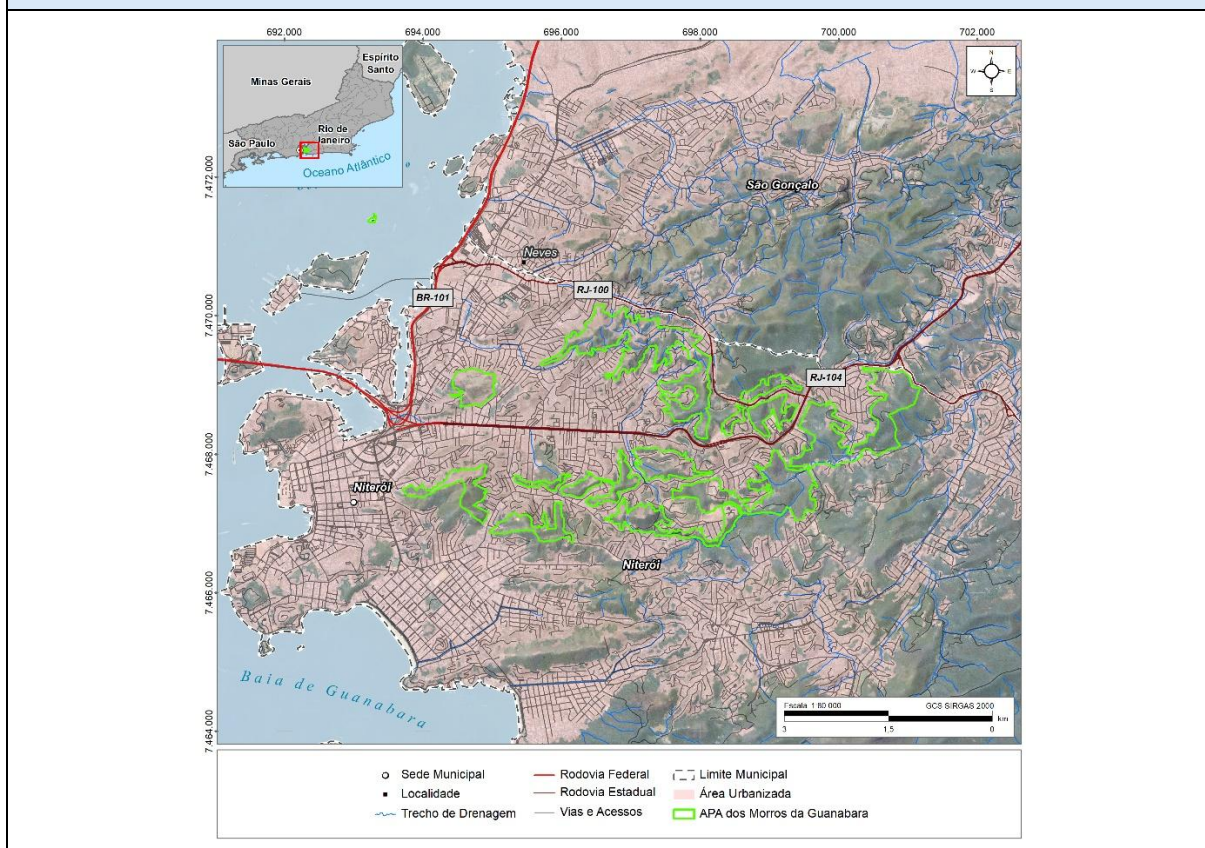
Bioma: Mata Atlântica

Uso e Ocupação: As classes de agropecuária (pastagem e mosaico de usos) e florestas são as com maior predominância em área na UC, representando cerca de 38,32% e 35,96%, respectivamente. Em menor proporção, têm-se ainda as áreas não vegetadas (área urbanizada e outras áreas não vegetadas) com 25,48% da área. Os corpos d'água e as vegetações herbáceas e arbustivas ocupam menos de 1% do território.

ZONEAMENTO

Zona	Critério de Zoneamento	Área (ha)	% em relação a área da UC
Zona de Preservação – ZPRES	Áreas compostas predominantemente por remanescentes florestais em encostas e topos de morro, destinadas à conservação da cobertura vegetal nativa, à estabilidade ambiental e à contenção da expansão urbana.	117	22%
Zona de Uso Moderado – ZUM	Áreas naturais com vegetação remanescente intercaladas com ocupação residencial de baixa densidade, destinadas ao ordenamento do uso urbano e à compatibilização entre conservação ambiental e ocupação consolidada.	289	55%
Zona Populacional - ZPOP	Áreas com ocupação urbana consolidada e maior adensamento construtivo, destinadas ao ordenamento e à adequação ambiental dos usos existentes.	91	17%
Zona de Sobreposição Territorial – ZST	Área incidente sobre unidades de conservação de proteção integral, destinada à harmonização de instrumentos de gestão, prevalecendo as normas mais restritivas.	30	6%

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA UC



3 ANÁLISE INTEGRADA

A Análise Integrada foi subsidiada pelo conjunto de Notas Técnicas elaboradas na etapa de Diagnóstico (**Produto 2**), tendo como foco identificar os principais processos envolvidos na condição atual da UC, apresentando uma proposição parcial dos Componentes Fundamentais e dos Componentes Dinâmicos, com destaque para a identificação dos Recursos e Valores Fundamentais e dos Alvos de Conservação relacionados à Unidade. O conjunto de Notas Técnicas consideradas é composto dos seguintes documentos, apresentados na íntegra no **Produto 2**, nos quais é possível identificar com maior detalhe aspectos considerados no Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental:

- NT1 – Hidrologia, clima e qualidade da água;
- NT2 – Geomorfologia e solos;
- NT3 – Conservação, Fauna, Flora e Integração Territorial;
- NT4 – Uso e Ocupação do Solo e Socioeconomia;
- NT5 – Oficina de Diagnóstico.

O município de Niterói está inserido em um contexto regional metropolitano de capital estadual, com especialização dos municípios que concentram as atividades institucionais (no caso a Capital), municípios que concentram atividades industriais e outros que atendem à expansão da malha urbana, acolhendo a população atraída pelas ocupações e serviços do ambiente metropolitano. O ambiente metropolitano se caracteriza, em sua mancha urbana central, pela elevada concentração e adensamento de população, integração funcional entre os centros urbanos e concentração de riqueza no núcleo da rede de influência das cidades. Os municípios metropolitanos mais periféricos são centralizados pela capital, mantendo sua funcionalidade articulada a ela.

Com ocupação humana histórica e intensa desde o período colonial, a região metropolitana do Rio de Janeiro concentrou muitos investimentos e uma intensa e adensada funcionalidade metropolitana, com profundas alterações do ambiente natural.

Niterói está inserido nessa dinâmica metropolitana. Em 2022 a população do município era de 481,7 mil pessoas residentes, com taxa de urbanização de 100%. Contudo, o ritmo de crescimento da população reduziu significativamente. O município registrou crescimento de sua população total de -0,1% a.a. no período 2010/2022, ou seja, praticamente se manteve estável no período, registrando pequena redução, inclusive. O crescimento da população do município nos períodos anteriores já era menor que o conjunto dos municípios do Rio de Janeiro (0,6% a.a. nos períodos 2000/2010 e 1991/2000, enquanto o Rio de Janeiro cresceu 1,1% a.a. e 1,3% a.a., respectivamente). Ou seja, o município parece já ter alcançado seu pico populacional, situação que é projetada para o estado do Rio de Janeiro para 2028, ano a partir do qual a população total do estado passaria a diminuir.

O crescimento da população foi o principal impulsionador da expansão da malha urbana metropolitana, pressionando o ambiente natural e alterando o uso do solo na região. Porém, com a redução do ritmo do crescimento da população, o processo de expansão urbana tenderá a reduzir sua velocidade e intensidade, especialmente em relação à incorporação de espaços não urbanizados na borda e no interior da mancha metropolitana.

O perfil da expansão da mancha urbana de Niterói tem sido, em grande medida, de ocupação irregular e habitações de população de baixa renda, apesar do PIB elevado concentrado no setor industrial presente no município. O PIB total de Niterói representava 7,0% do PIB do estado do Rio de Janeiro, enquanto a participação no total da população estadual era de 3,0%, resultando em 2021 em um PIB per capita 36,1% maior que o PIB per capita estadual (7ª posição no ranking de PIB per capita). Apesar do valor agregado setorial da indústria ser elevado, a proporção de pessoas ocupadas na atividade industrial é menor (4,0%) do que a do conjunto dos municípios do Rio de Janeiro (6,6%), resultando em reduzida apropriação local da riqueza gerada no setor. A ocupação irregular e de baixa renda, além de aumentar a área urbanizada (resultado de qualquer tipo de ocupação urbana), não observa padrões urbanísticos adequados e frequentemente ocorre sobre áreas de risco de deslizamentos, inundações ou outros problemas.

A APA dos Morros da Guanabara está localizada dentro da mancha urbana metropolitana, contando ainda com áreas com cobertura vegetal natural, mas sofrendo os efeitos diretos da ocupação no seu entorno e no seu interior. A UC é constituída por um conjunto de morros e elevações de terreno, com proteção legal e menos atrativas para ocupação devido à inclinação, onde a cobertura vegetal natural representa 36,2% da área da APA. A ocupação urbana, por sua vez, representa 25,0% da área da APA e os mosaicos de usos rurais e pastagens representam mais de um terço da área da APA (38,3%).

De maneira geral, o desenvolvimento econômico local inclui o setor de serviços e industrial, baseado na indústria naval, construção e atividades de apoio à indústria de petróleo e gás. A infraestrutura presente nos morros, entretanto, é limitada a antenas e poucos equipamentos de uso público. O Morro do Querosene II (SS4), Morro da Boa Vista (SS5) e Teixeira de Freitas (SN2) possuem linhas de transmissão em seu território. A Alameda São Boaventura e a rodovia Amaral Peixoto, importantes eixos de fluxo da cidade de Niterói, secciona as porções norte e sul da APA.

No interior da APA dos Morros da Guanabara é estimada uma população residente de 6 mil pessoas aproximadamente em 2022. Na faixa de 500 metros no entorno da APA é estimada uma população residente de 60,2 mil pessoas, configurando sua condição de inserção fragmentada na mancha urbana de Niterói. Mais de 99% da população estimada no entorno próximo da UC e em seu interior reside em setores censitários urbanos classificados como sendo de alta densidade de edificações (classe de maior adensamento populacional do censo). Apesar da intensa urbanização, no interior da APA eram registrados em 2022 apenas 56 edificações em construção, indicando reduzido adensamento da ocupação. No interior da APA eram registrados também 25 estabelecimentos religiosos e 87 de outras finalidades. Não há registro de estabelecimentos de ensino e de saúde no interior da APA, embora em seu entorno próximo fossem registrados 49 estabelecimentos de ensino e 15 de saúde, além de um grande número de outros estabelecimentos.

Os indicadores de qualidade de vida apontam que o município está posicionado em termos de condições de vida na periferia metropolitana, registrando

melhor condição socioeconômica de sua população relativamente a outros municípios do país. Seu Índice de Progresso Social em 2025 era o 404º melhor índice entre os municípios brasileiros. Na importante dimensão de Necessidades Humanas Básicas o município registra índices intermediários. Chama a atenção a condição relativa favorável na dimensão de Fundamentos do Bem-estar, na 113ª posição no ranking nacional e, particularmente, do grupo Qualidade do Meio Ambiente, na 12ª posição no ranking nacional. Na dimensão de Oportunidades a posição do município é a 286ª no ranking nacional.

Avaliando a descrição mais detalhada de cada morro que compõe a APA, elaborada pela Prefeitura de Niterói em 2016, é possível verificar que a APA está posicionada na periferia urbana, com áreas urbanas com falta de infraestrutura e de saneamento básico, problemas de segurança resultantes do controle de áreas pelo tráfico e nascentes contaminadas ou soterradas pela ocupação.

Niterói é classificado como Município Turístico e faz parte de um dos principais destinos turísticos brasileiros que tem como centro a cidade do Rio de Janeiro. Contudo, a infraestrutura turística pode ser considerada limitada tendo em vista o tamanho da população do município e sua proximidade de importantes atrativos turísticos localizados na cidade do Rio de Janeiro. De qualquer forma, a área da APA registra limitações para visitação e turismo, apesar das vistas deslumbrantes de seus morros. A falta de infraestrutura urbana e de segurança são os principais limitadores para o desenvolvimento de atividades turísticas e mesmo de lazer da população na APA.

Apesar das pressões antrópicas, a APA dos Morros da Guanabara constitui área estratégica para a proteção de remanescentes de Floresta Ombrófila Densa em meio a uma matriz urbana densamente ocupada e marcada por expansão desordenada (IBGE, 2012; INEA, 2018). Formada por um conjunto de maciços e morros isolados — como o Morro do Querosone, Morro do Céu, Morro do Holofote, entre outros — a unidade abriga fragmentos florestais de alta relevância ecológica, atuando como refúgio de biodiversidade e ponto de alimentação de nascentes em um território altamente impermeabilizado. A APA desempenha papel central na contenção

de processos erosivos, na proteção de encostas, na manutenção de serviços ecossistêmicos urbanos e na promoção da conectividade entre remanescentes da Serra da Tiririca e de outras formações naturais do entorno.

Mesmo não estando inserida em mosaico ou corredor instituído, a APA compõe, juntamente com os PNMs da Água Escondida e Floresta do Baldeador, APA das Lagunas e Florestas de Niterói e outras unidades adjacentes, um contínuo florestal urbano na porção leste da RHBG. Esse conjunto de áreas protegidas e remanescentes em encostas e fundos de vale apresenta atributos de conectividade ecológica, complementaridade de funções ambientais e gestão territorial convergente, características compatíveis com o funcionamento de um mosaico em escala local, sustentando circulação de fauna de pequeno e médio porte, protegendo microbacias urbanas estratégicas e exercendo papel crítico na estabilidade das encostas.

Assim, o chamado “Mosaico Leste”, abrangendo os municípios de Niterói, São Gonçalo e Maricá, emerge como uma diretriz estratégica, alinhada aos objetivos do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUI/RMRJ, 2018) de promover uma estrutura territorial sustentável, integrada e orientada à resiliência socioambiental. O plano também sugere a formação de um eixo de conectividade ambiental entre esse mosaico proposto e o município de Rio Bonito, articulando-se a uma região cuja porção norte encontra-se inserida na zona de amortecimento do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense (MCF) e cuja porção nordeste é abrangida pelo Mosaico Mico-Leão-Dourado (MMLD). Essa configuração favorece a integração funcional entre diferentes mosaicos e amplia o potencial de conectividade ecológica em escala metropolitana.

O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (NITERÓI, 2023) reforça as diretrizes do Plano Diretor de fortalecer a conectividade ecológica da paisagem de Niterói, identificando áreas prioritárias e propondo um corredor que abrange a APA, reforçando a relevância da unidade no contexto da conectividade urbana.

A APA dos Morros da Guanabara funciona como área-núcleo para a manutenção de comunidades biológicas abrigadas em remanescentes que mantêm

atributos ecológicos relevantes, distribuídos ao longo de encostas íngremes e setores de difícil acesso. As áreas florestais favorecem condições adequadas para a ocorrência e recolonização de espécies ameaçadas na região, incluindo felinos de grande mobilidade, primatas endêmicos, aves raras, anfíbios e peixes de áreas alagáveis temporárias e de córregos florestais conservados.

Nesse sentido, o fortalecimento da conectividade demanda ações de recuperação de áreas degradadas, controle de espécies exóticas invasoras e proteção das APPs hídricas. Tais medidas são essenciais para restaurar a funcionalidade ecológica e reduzir a vulnerabilidade dos remanescentes frente às pressões externas, contribuindo para ampliar a resiliência da paisagem.

Embora não existam áreas com susceptibilidade a corridas de massa ou enxurradas na APA, ela pode influenciar a ocorrência de inundações nas áreas mais baixas. Em 2010 houve um evento de fortes enxurradas, com deslizamentos e impacto nos morros e áreas urbanas, estabelecendo a necessidade de instalação de sistemas de mitigação e aviso, especialmente nas áreas de encostas.

Um dos objetivos da criação da APA dos Morros da Guanabara é a proteção das áreas de recarga hídrica tanto da Baía de Guanabara, quanto da Bacia do Rio Columbandê/Alcântara, que drenam suas águas pelos municípios de São Gonçalo e Itaboraí. Algumas das nascentes na extremidade leste dos Morros da Guanabara formam o rio Bomba, o rio Maruí, entre outras drenagens. A área central e oeste da APA contribui para o rio das Pedras e outros como o rio Maria Paula, Sapê e Columbandê, que formam o rio Alcântara. Trata-se de corpos hídricos com vazão relativamente reduzida, o que pode agravar problemas de qualidade da água. Há uma outorga para lançamento de estação de tratamento de esgotos (ETE Sapê) na área da UC, além de outros registros de usos da água.

A APA dos Morros da Guanabara não se encontra nas Áreas de Interesse de Proteção e Recuperação de Mananciais – AIPMs (INEA, 2020), assim como não é reconhecida como de maior potencial de recarga pelo Plano Diretor de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara (PDRH-BG), elaborado em 2005.

Contudo, o clima da região é predominantemente tropical úmido, com estação chuvosa no verão e seca no inverno. Essa sazonalidade condiciona a recarga hídrica das bacias que compõem a UC. A combinação de aquecimento e redução das chuvas (INEA, 2018) pode intensificar períodos de estiagem e eventos extremos, afetando diretamente as vazões de base e a regularidade do escoamento superficial.

Ao englobar diversos morros inseridos na área urbana de Niterói, a APA protege nascentes e contribui para a infiltração da água. A degradação dessas áreas, por sua vez, pode intensificar eventos de enxurradas e inundações, com impactos diretos na população, comprometendo a qualidade das águas pela lixiviação de solos, o carreamento de sedimentos e o aporte difuso de matéria orgânica e nutrientes aos cursos d'água.

A disponibilidade hídrica superficial nos trechos de rio na APA é baixa, o que torna o sistema mais suscetível à concentração de poluentes em períodos secos, quando o volume de diluição é reduzido. A presença de áreas antropizadas próximas às drenagens e usos múltiplos como o lançamento de efluentes, contribuem para alterações nos parâmetros de qualidade.

A qualidade da água nos corpos hídricos com cabeceiras na UC apresenta sinais críticos de degradação, com parâmetros como Oxigênio Dissolvido (OD), Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e fósforo total consistentemente fora dos padrões da Classe 2 da CONAMA. O Índice de Qualidade da Água (IQA) classificado como "Ruim" confirma o impacto das atividades antrópicas do entorno, particularmente do lançamento de efluentes e cargas provenientes das áreas urbanizadas.

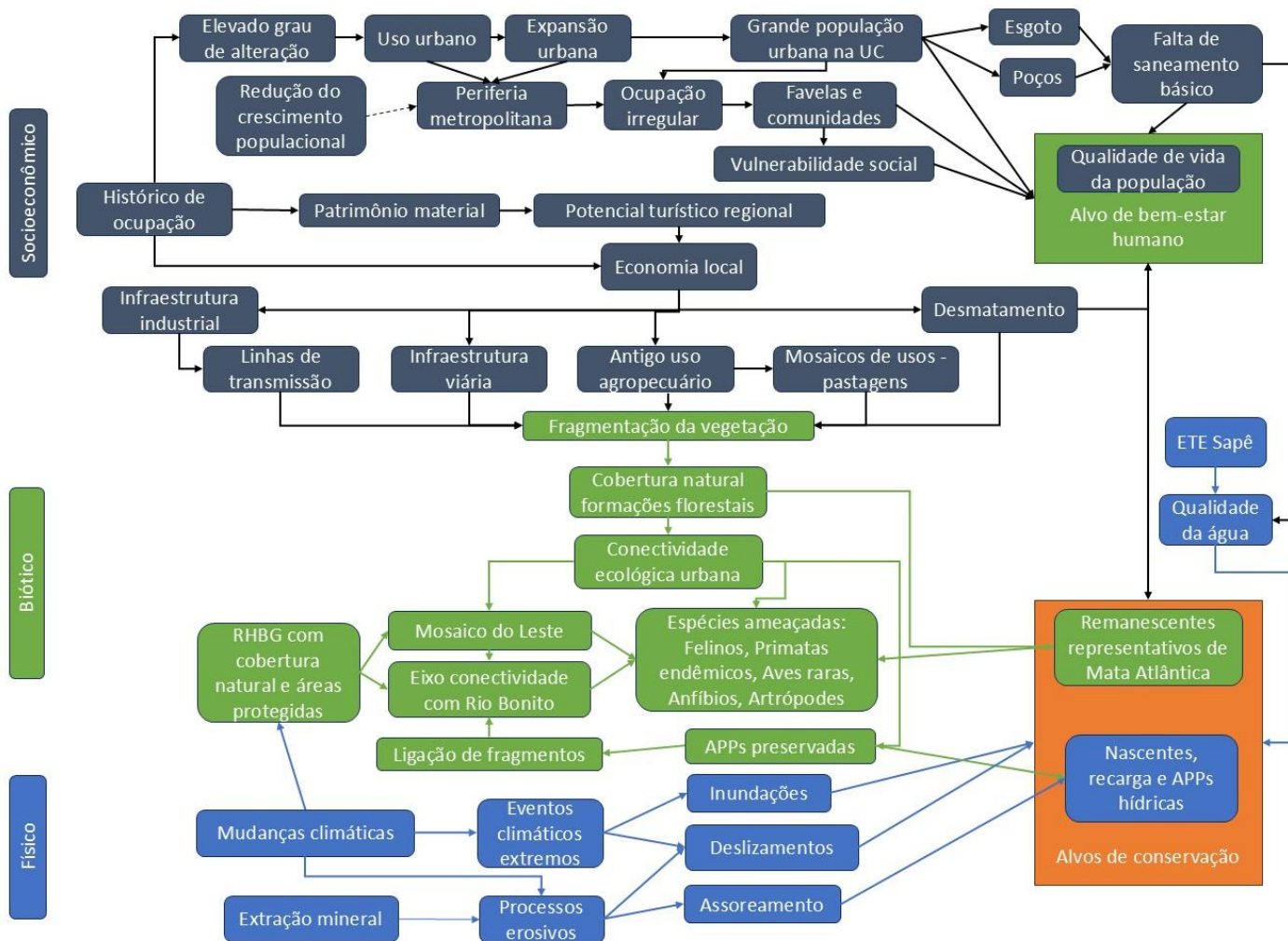
Por se tratar de uma área com intensa ocupação antrópica e usos múltiplos da água, incluindo para consumo humano e lançamento de efluentes, a UC desempenha papel fundamental regulação e segurança hídrica local.

3.1 MAPA SITUACIONAL

De forma sintética e visual, a Figura 3-1 apresenta o mapa situacional que destaca aspectos relevantes do diagnóstico realizado e estabelece conexões entre eles, identificado alvos de conservação e de bem-estar humano em torno dos quais é possível estabelecer as estratégias de zoneamento e planejar ações de manejo para a APA dos Morros da Guanabara.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Figura 3-1 – Mapa situacional da APA dos Morros da Guanabara.



Fonte: Elaboração própria.

4 PROPÓSITO E ALVOS DE CONSERVAÇÃO

A definição dos objetivos e dos alvos de conservação, permitem compreender a relevância ambiental, ecológica, social e paisagística da área protegida, subsidiando a definição de estratégias de manejo e conservação. Os objetivos representam as finalidades de proteção e gestão estabelecidas para a área e sintetizam o propósito da unidade, que expressa sua razão de existência. Seus valores e recursos fundamentais correspondem aos elementos essenciais para a manutenção de sua integridade ecológica e identidade ambiental, os quais estão representados nos alvos de conservação, ou seja, componentes prioritários da biodiversidade e dos ecossistemas que demandam ações específicas de proteção, monitoramento e manejo, contribuindo para a efetividade da conservação ao longo prazo. Trata-se, portanto, de uma representação da unidade de conservação a partir de propósitos específicos e alvos que permitem estruturar seu manejo.

A partir da Análise Integrada do Diagnóstico, apresentada no Capítulo anterior, foram identificados como objetivos específicos da APA dos Morros da Guanabara:

- Proteger os remanescentes representativos de mata atlântica existentes na APA;
- Manter e buscar restabelecer a conectividade ecológica entre os remanescentes de mata atlântica possibilitando o fluxo gênico e a dispersão de espécies;
- Contribuir com os corredores ecológicos e com o mosaico de áreas de conservação presentes no contexto regional da APA, atuando como área de conexão ecológica com outras áreas conservadas e contribuindo para a manutenção de populações de espécies ameaçadas;
- Preservar as nascentes e a recarga do rio Bomba, do rio Maruí, do rio das Pedras, rios Maria Paula, Sapê e Columbandê, entre outras drenagens que formam o rio Alcântara;

- Recuperar as áreas de proteção permanentes (APP) de beira de cursos de água e matas ciliares como estratégia de regulação e segurança hídrica, aumentando a resiliência dos recursos hídricos frente a mudanças climáticas e eventos climáticos extremos;
- Preservar APPs de cursos hídricos e de topo de morros e encostas como estratégia de conservação e ampliação da conectividade ecológica entre remanescentes de vegetação e ambientes naturais, e de prevenir deslizamentos;
- Assegurar e ampliar a qualidade de vida da população residente na APA através da conservação ambiental e da sustentabilidade da ocupação urbana.

Os alvos de conservação tem papel estruturante nas estratégias de manejo da UC, pois, ao serem manejados adequadamente, sustentam a integridade e definem o propósito e a significância da Unidade, correspondendo diretamente aos objetivos da sua criação.

Tendo em vista seu papel articulador das ações de manejo, os alvos de conservação também são essenciais como orientação ao Zoneamento e direcionamento do escopo do Plano.

Ao reconhecer esses alvos, o manejo da APA deve assegurar sua conservação e qualificação de maneira que, uma vez verificado que esses alvos estão em boa situação e estejam sendo manejados adequadamente, ficam garantidos objetivos e recursos importantes da APA, entre os quais a conectividade ecológica urbana em escala local e regional, a manutenção da biodiversidade, a segurança hídrica e os serviços ecossistêmicos prestados por ela.

Portanto, como estratégia de organização e articulação das ações de conservação a serem propostas, bem como orientando o zoneamento da APA dos Morros da Guanabara, são definidos os seguintes alvos.

4.1 REMANESCENTES REPRESENTATIVOS DE MATA ATLÂNTICA

Este alvo de conservação se constitui no elemento articulador central dos valores e recursos fundamentais da APA dos Morros da Guanabara. Sua presença representa um fator essencial de qualidade ambiental, de suporte a espécies de flora e de fauna, bem como do desempenho de funções de conectividade ecológica urbana com outros remanescentes no interior e no entorno da APA.

Estes remanescentes estão atualmente pressionados pela ocupação antrópica. Sua conservação representa a condição para a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais para a qualidade ambiental da área e para o município de Niterói e municípios do entorno, em função de sua função de conexão ecológica. Sua fragmentação resulta da presença da ocupação urbana e usos rurais existentes no passado, não favorecendo a conservação e recuperação das conexões entre esses remanescentes, indicando o principal desafio do manejo proposto para a APA.

A manutenção e melhoria da condição de conservação desses remanescentes constitui um objetivo e ao mesmo tempo um indicador da saúde e da eficácia da APA, enquanto unidade de uso sustentável.

4.2 NASCENTES, RECARGA E APPS HIDRICAS

As nascentes e cabeceiras de rios presentes na APA dos Morros da Guanabara estão relacionadas tanto à qualidade e disponibilidade de recursos hídricos de grande importância local, quanto são essenciais, quando preservados com suas APPs, para estabelecer conexões entre remanescentes florestais presentes na APA, aumentando seu potencial de conservação e de suporte de espécies de fauna e flora.

A qualidade dos rios e nascentes é demandante tanto da conservação de sua vegetação ciliar, quanto do adequado manejo do solo, particularmente próximo de suas nascentes, bem como da proteção de suas águas de contaminações difusas e pontuais. A boa qualidade e a regulação hídrica dos rios e nascentes envolvem a manutenção e melhoria geral da qualidade ambiental no interior da APA, mitigando

impactos de eventos climáticos extremos e dos efeitos gerais das mudanças climáticas.

4.3 QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

Este alvo de bem-estar humano não se identifica com um recurso específico, mas com o resultado geral da qualidade da conservação e do manejo dos recursos ambientais e serviços ecossistêmicos proporcionados pela APA.

A manutenção de áreas vegetadas, a qualidade do ambiente urbano, a presença e manutenção da biodiversidade, a segurança hídrica e a resiliência climática são, atualmente, recursos fundamentais para áreas densamente ocupadas.

A localização da APA entremeada na mancha urbana do município possui papel relevante na resiliência e na qualidade de vida na região, tendo como oportunidade a redução do ritmo de crescimento da população, que deve reduzir a pressão de adensamento e expansão urbana sobre os alvos de conservação.

4.4 QUADRO-SÍNTESE DOS ALVOS

Quadro 4-1 – Quadro síntese dos alvos – remanescentes representativos da Mata Atlântica.

Alvo	Remanescentes representativos de mata atlântica
Pressões, ameaças	Ocupação antrópica, especialmente a expansão da mancha urbana; Fragmentação resultante de infraestruturas de transporte, ocupação urbana e usos rurais, especialmente pastagens; Ocupações irregulares e concentração de população vulnerável.
Processos ecológicos associados	Dinâmica e sucessão florestal; Regulação hidrológica e microclimática; Manutenção da biodiversidade da flora e da fauna e das interações ecológicas; Facilitação do fluxo gênico e da conectividade ecológica funcional; Estabilização de encostas e controle de processos erosivos.
Diretriz para o zoneamento	Conservação, restrição de uso de fragmentos florestais de maior extensão e em bom estado de conservação; Uso moderado em áreas contíguas a estes fragmentos; Promoção da restauração de áreas com maior conectividade;

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

	Articulação com as zonas do Plano Diretor municipal, reforçando os instrumentos de controle e proteção das áreas de remanescentes.
--	--

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4-2 – Quadro síntese dos alvos – Nascentes, recarga e APPs hídricas.

Alvo	Nascentes, recarga e APPs hídricas
Pressões, ameaças	Ocupação antrópica, desmatamento e expansão da mancha urbana; Ocupação sobre e nas proximidades de cursos hídricos e nascentes; Contaminação difusa e pontual da água por lançamento de efluentes e carreamento de sedimentos e matéria orgânica pela chuva.
Processos ecológicos associados	Manutenção dos fluxos hídricos pela conservação de nascentes; Suporte à biodiversidade; Facilitação do fluxo gênico e da conectividade ecológica funcional pela água e vegetação ripária.
Diretriz para o zoneamento	Preservar e recompor APPs (hídricas, encostas, topos de morro, nascentes) conforme Lei do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012); Controlar e fiscalizar lançamentos irregulares e pontos de contaminação; Promover a gestão de recursos hídricos e a Política de Saneamento Básico na APA.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4-3 – Quadro síntese dos alvos – Qualidade de vida da população.

Alvo	Qualidade de vida da população
Pressões, ameaças	Ocupação antrópica, desmatamento e expansão da mancha urbana; Contaminação difusa e pontual da água por lançamento de efluentes e carreamento de sedimentos e matéria orgânica; Desmatamento e atividades produtivas não sustentáveis; Concentração de ocupações irregulares e populações em situação de vulnerabilidade.
Processos ecológicos associados	Manutenção de serviços ecossistêmicos, destacando-se provisão de água, manutenção da paisagem, purificação do ar e da água, formação de solo, lazer e turismo, entre outros; Aumento da resiliência à mudança climática e a crises hídricas em áreas urbanas.
Diretriz para o zoneamento	Ordenamento das atividades degradadoras ou com potencial de degradação do ambiente natural;

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

	<p>Promoção da resiliência com utilização de soluções ambientalmente ajustadas em áreas urbanizadas, com foco em saneamento básico;</p> <p>Restrição ao uso de áreas mais conservadas ou próximas de fragmentos florestais, rios, nascentes e APPs hídricas.</p>
--	--

Fonte: Elaboração própria.

5 ZONEAMENTO

A criação de Unidades de Conservação (UC) é a estratégia principal para a preservação de áreas naturais. Contudo, para que esses espaços alcancem seus objetivos, é essencial a existência de um planejamento territorial estratégico, capaz de definir diretrizes adequadas para a gestão de suas áreas, em conformidade com as finalidades estabelecidas, sendo esse o propósito central do Zoneamento.

O **Produto 3 – Zoneamento** detalha a metodologia utilizada para a definição das zonas, sua descrição e as diretrizes de manejo e gestão estabelecidas para cada zona. No Produto mencionado, também é apresentado o relato da oficina participativa de zoneamento realizada, a qual teve seus resultados incorporados ao zoneamento.

O zoneamento da APA dos Morros da Guanabara é apresentado no mapa da Figura 5-1, enquanto o Quadro 5-1 fornece uma síntese de cada zona.

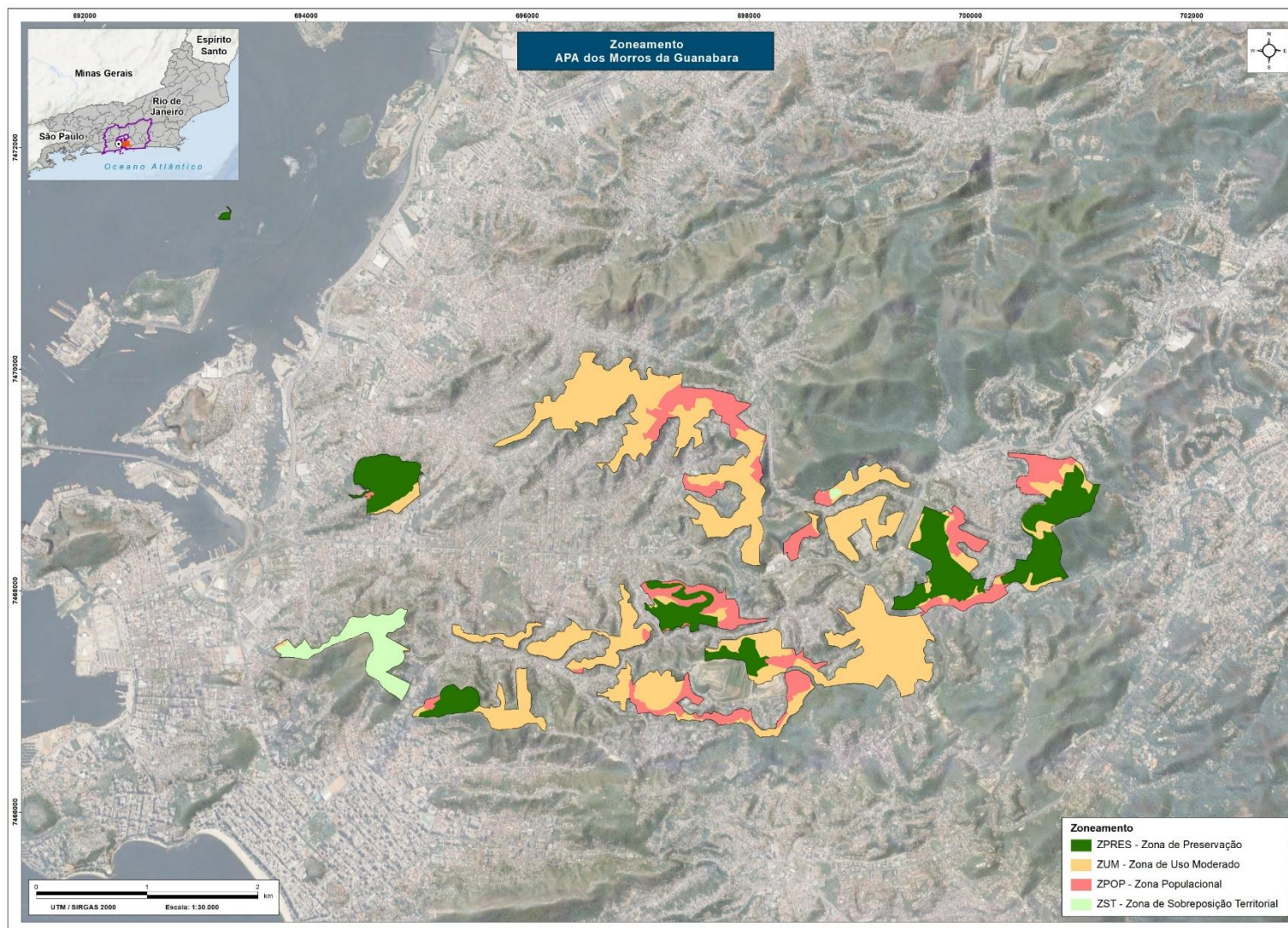
Quadro 5-1 - Síntese do zoneamento da APA dos Morros da Guanabara.

Zona	Descrição	Área (ha)	% da área da UC
Zona de Preservação – ZPRES	Áreas compostas predominantemente por remanescentes florestais em encostas e topos de morro, destinadas à conservação da cobertura vegetal nativa, à estabilidade ambiental e à contenção da expansão urbana.	117	22%
Zona de Uso Moderado – ZUM	Áreas naturais com vegetação remanescente intercaladas com ocupação residencial de baixa densidade, destinadas ao ordenamento do uso urbano e à compatibilização entre conservação ambiental e ocupação consolidada.	289	55%
Zona Populacional - ZPOP	Áreas com ocupação urbana consolidada e maior adensamento construtivo, destinadas ao ordenamento e à adequação ambiental dos usos existentes.	91	17%
Zona de Sobreposição Territorial – ZST	Área incidente sobre unidades de conservação de proteção integral, destinada à harmonização de instrumentos de gestão, prevalecendo as normas mais restritivas.	30	6%

Fonte: Elaboração própria.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Figura 5-1 - Mapa Zoneamento – APA dos Morros da Guanabara.



5.1 DESCRIÇÃO DAS ZONAS

5.1.1 Zona de Preservação – ZPRES

A Zona de Preservação (ZPRES) compreende os setores de maior relevância ambiental da Área de Proteção Ambiental dos Morros da Guanabara, sendo delimitada com base nas áreas classificadas como Zona de Preservação Ambiental (ZPA) pela Lei Urbanística do Município de Niterói (Lei nº 3.905/2024), com ajustes pontuais decorrentes do diagnóstico ambiental e da presença de ocupações consolidadas.

Sua definição buscou compatibilizar o zoneamento da unidade com o ordenamento territorial municipal, incorporando, de forma complementar, critérios técnicos relacionados à sensibilidade ambiental e à importância ecológica das áreas.

A delimitação da ZPRES não corresponde integralmente à ZPA da legislação urbanística, uma vez que foram realizados ajustes para refletir a realidade territorial da unidade. Áreas com ocupação consolidada ou maior grau de alteração antrópica, ainda que inseridas em perímetros originalmente classificados como ZPA, foram reavaliadas e, quando necessário, enquadradas em zonas de menor restrição, visando maior aderência à dinâmica de uso e ocupação do solo e à viabilidade de gestão.

A ZPRES constitui o núcleo de conservação da APA, com a finalidade de assegurar a preservação dos ecossistemas naturais, a integridade dos processos ecológicos, a proteção da paisagem e a contenção da expansão urbana sobre áreas ambientalmente sensíveis, servindo como referência para a organização das demais zonas da unidade.

O detalhamento da ZPRES é apresentado no quadro a seguir.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Quadro 5-2 - Detalhamento das características ambientais, objetivos, normas de uso e diretrizes de manejo da ZPRES.

ZONA DE PRESERVAÇÃO – ZPRES	
Características Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> – Áreas com predominância de remanescentes florestais em encostas e topos de morro; – Áreas com elevada sensibilidade ambiental, associadas à estabilidade de encostas e à proteção de recursos naturais; – Áreas com função relevante para a manutenção da qualidade ambiental e paisagística da unidade; – Setores sob menor grau de intervenção antrópica no contexto da APA.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> – Proteger os remanescentes florestais e seus atributos ecológicos; – Conter a expansão urbana sobre áreas ambientalmente sensíveis; – Assegurar a estabilidade geotécnica e a proteção das encostas; – Manter os serviços ecossistêmicos associados à cobertura florestal; – Contribuir para a manutenção da conectividade ecológica em escala municipal e regional.
Normas de Uso	<ul style="list-style-type: none"> – São admitidos exclusivamente usos de baixo impacto ambiental compatíveis com a conservação dos remanescentes florestais e com a manutenção da integridade ecológica da zona; – Não é admitida a implantação de novos parcelamentos, loteamentos ou quaisquer formas de ocupação urbana na zona; – É vedada a supressão de vegetação nativa, salvo nas hipóteses legalmente previstas e mediante autorização do órgão competente; – Não são admitidas atividades produtivas; – Intervenções para infraestrutura pública somente poderão ocorrer quando comprovadamente indispensáveis, mediante autorização do órgão competente e adoção de medidas mitigadoras e compensatórias cabíveis; – Eventuais usos ou intervenções não identificados no momento da elaboração do Plano de Manejo deverão ser objeto de regularização ou adequação ambiental, sendo vedada sua ampliação.
Diretrizes de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> – Priorizar ações de fiscalização preventiva e controle de ocupações irregulares; – Promover a recuperação de áreas eventualmente degradadas e de encostas com instabilidade; – Monitorar pressões imobiliárias e processos de fragmentação da cobertura vegetal; – Incentivar a recomposição e o enriquecimento com espécies nativas, se necessário; – Integrar a gestão da ZPRES às estratégias das unidades de conservação vizinhas, especialmente no que se refere à conectividade ecológica; – Desenvolver ações de educação ambiental voltadas à proteção dos morros e à valorização dos remanescentes florestais.

Fonte: Elaboração própria.

5.1.2 Zona de Uso Moderado – ZUM

A Zona de Uso Moderado (ZUM) compreende áreas com predominância de ambientes naturais ou parcialmente antropizados, sendo delimitada com base nas áreas classificadas como Zona de Conservação Ambiental (ZCA+2) pela Lei Urbanística do Município de Niterói (Lei nº 3.905/2024), com ajustes pontuais decorrentes do diagnóstico ambiental e da verificação de padrões de ocupação consolidados.

Esta zona caracteriza-se como área de transição entre setores de maior restrição ambiental e áreas urbanizadas, reunindo remanescentes florestais fragmentados, ocupações de baixa a média densidade e diferentes níveis de intervenção antrópica.

A delimitação da ZUM considerou a correspondência funcional com o zoneamento urbanístico municipal, incorporando critérios técnicos relacionados à sensibilidade ambiental e à dinâmica de uso e ocupação do solo. Embora tenha como referência a ZCA+2, sua configuração não corresponde integralmente a essa categoria, tendo sido ajustada para refletir a realidade territorial da APA, incluindo o enquadramento de áreas com maior adensamento urbano na Zona Populacional (ZPOP).

A ZUM desempenha papel estratégico na gestão da unidade, contribuindo para a redução de pressões sobre as áreas mais sensíveis e para a manutenção da qualidade ambiental. Abriga ainda áreas relevantes para a conectividade ecológica e para a conservação da biodiversidade, as quais devem receber tratamento diferenciado no âmbito da gestão e do licenciamento ambiental.

O detalhamento da ZUM é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 5-3 - Detalhamento das características ambientais, objetivos, normas de uso e diretrizes de manejo da ZUM.

ZONA DE USO MODERADO – ZUM	
Características Ambientais	<ul style="list-style-type: none">– Presença de remanescentes florestais fragmentados, em diferentes estágios de conservação;– Áreas com ocupação residencial de baixa a média densidade;

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

ZONA DE USO MODERADO – ZUM	
	<ul style="list-style-type: none"> – Ambientes com diferentes níveis de alteração antrópica; – Presença de infraestruturas e usos de interesse público; – Setores sob pressão para intensificação do adensamento urbano; – Áreas com importância para a manutenção da qualidade ambiental e paisagística no contexto urbano; – Áreas que contribuem para a conectividade ecológica entre fragmentos florestais e unidades de conservação; – Fragmentos com função relevante para a conservação da biodiversidade, ainda que inseridos em contexto urbanizado.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> – Compatibilizar a conservação ambiental com a permanência de usos urbanos de baixa a média densidade; – Ordenar a ocupação do solo, evitando a intensificação desordenada do adensamento urbano; – Manter a qualidade ambiental e paisagística da unidade; – Contribuir para a proteção de remanescentes florestais e seus atributos ecológicos.
Normas de Uso	<ul style="list-style-type: none"> – São admitidos usos residenciais e atividades compatíveis com a manutenção da qualidade ambiental da zona; – Novos parcelamentos, loteamentos ou empreendimentos deverão observar critérios ambientais e urbanísticos, de modo a evitar a intensificação da fragmentação da cobertura vegetal e a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis; – A supressão de vegetação nativa deverá atender à legislação vigente e estar condicionada à autorização do órgão competente; – Atividades produtivas de baixo impacto poderão ser admitidas, desde que compatíveis com a conservação ambiental e devidamente licenciadas; – Intervenções para implantação ou ampliação de infraestrutura deverão adotar medidas mitigadoras e compensatórias, conforme legislação aplicável; – Usos ou ocupações irregulares deverão ser objeto de regularização ou adequação ambiental, sendo vedada sua ampliação quando incompatíveis com os objetivos da zona; – A manutenção das estruturas de uso público deverá observar medidas de controle de impactos e comunicação prévia ao órgão gestor.
Diretrizes de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> – Promover o ordenamento territorial com foco na compatibilização entre uso urbano e conservação ambiental; – Priorizar a proteção de remanescentes florestais e áreas ambientalmente sensíveis inseridas na zona; – Estimular a manutenção e recuperação da cobertura vegetal, especialmente em áreas estratégicas para conectividade ecológica; – Monitorar a dinâmica de ocupação e processos de adensamento urbano; – Incentivar práticas construtivas e de uso do solo que reduzam impactos ambientais; – Monitorar e mitigar impactos associados às infraestruturas de uso público.

Fonte: Elaboração própria.

5.1.3 Zona Populacional – ZPOP

A Zona Populacional (ZPOP) compreende áreas com ocupação urbana consolidada na APA dos Morros da Guanabara, em consonância com a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) da Lei Urbanística do Município de Niterói (Lei nº 3.905/2024), com ajustes decorrentes do diagnóstico ambiental e da verificação dos padrões de ocupação existentes.

Caracteriza-se pela presença de assentamentos formais e informais, predominantemente de média a alta densidade, com diferentes níveis de consolidação e infraestrutura urbana, onde a ocupação do solo já se encontra estabelecida.

A ZPOP tem como finalidade orientar a qualificação da ocupação urbana existente, promovendo melhorias nas condições ambientais e urbanísticas, a regularização de usos e a implantação de infraestrutura adequada, ao mesmo tempo em que busca conter a expansão sobre áreas ambientalmente sensíveis e reduzir impactos sobre os remanescentes naturais.

O detalhamento da ZPOP é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 5-4 - Detalhamento das características ambientais, objetivos, normas de uso e diretrizes de manejo da ZPOP.

ZONA POPULACIONAL – ZPOP	
Características Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> – Áreas com ocupação urbana consolidada; – Maior grau de adensamento construtivo; – Presença pontual de remanescentes vegetais e áreas verdes fragmentadas; – Infraestrutura urbana instalada; – Áreas sob pressão por expansão urbana.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> – Ordenar e disciplinar os usos urbanos consolidados; – Conter a expansão sobre áreas ambientalmente sensíveis; – Promover a melhoria das condições ambientais nas áreas ocupadas; – Minimizar impactos sobre remanescentes florestais e encostas; – Integrar a gestão ambiental às políticas urbanísticas municipais.
Normas de Uso	<ul style="list-style-type: none"> – São permitidos usos residenciais, institucionais, comerciais e de serviços compatíveis com o caráter urbano da zona e com a legislação municipal e ambiental vigente; – A supressão de vegetação nativa remanescente deverá atender às hipóteses legalmente previstas e estar condicionada à autorização do órgão competente; – Devem ser observadas as restrições legais relativas a APPs, áreas de risco geotécnico e demais normas ambientais e urbanísticas aplicáveis;

ZONA POPULACIONAL – ZPOP	
	<ul style="list-style-type: none"> – São admitidos estabelecimentos e empreendimentos urbano-industriais exclusivamente quando preexistentes à aprovação do Plano de Manejo e desde que possuam licenciamento ambiental vigente, quando aplicável; – Para os empreendimentos mencionados no item anterior, não são admitidas ampliações físicas, aumento de capacidade produtiva, de potencial poluidor ou mudanças de atividade que impliquem maior impacto ambiental, devendo ser mantida a regularidade ambiental e o cumprimento das condicionantes estabelecidas; – Não são admitidos novos empreendimentos industriais ou atividades potencialmente poluidoras na zona; – Usos existentes que gerem impactos ambientais deverão ser objeto de adequação, mitigação ou regularização, conforme o caso, nos termos da legislação ambiental vigente e mediante acompanhamento do órgão gestor.
Diretrizes de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> – Incentivar a regularização ambiental e urbanística das ocupações existentes; – Estimular a adoção de boas práticas ambientais e soluções baseadas na natureza; – Priorizar ações de saneamento, drenagem sustentável e controle de erosão; – Promover recuperação de áreas degradadas inseridas na zona; – Intensificar fiscalização sobre novas ocupações irregulares; – Monitorar atividades potencialmente impactantes instaladas na zona; – Articular com o planejamento municipal visando evitar a expansão urbana sobre áreas das zonas ZPRES e ZUM.

Fonte: Elaboração própria.

5.1.4 Zona de Sobreposição Territorial – ZST

A Zona de Sobreposição Territorial (ZST) corresponde às porções da APA dos Morros da Guanabara cuja delimitação territorial incide sobre áreas já abrangidas por outras unidades de conservação, no caso, o Parque Natural Municipal da Água Escondida e o Parque Natural Municipal Floresta do Baldeador.

Nesta zona, coexistem dois instrumentos de gestão territorial, devendo prevalecer, para fins de uso e manejo, as disposições mais restritivas entre os planos de manejo e normativas aplicáveis. A ZST não constitui nova categoria de uso, mas um recorte de gestão destinado a harmonizar as diretrizes da APA com aquelas estabelecidas para as unidades de proteção integral sobrepostas.

O detalhamento da ZST é apresentado no quadro a seguir.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Quadro 5-5 - Detalhamento das características ambientais, objetivos, normas de uso e diretrizes de manejo da ZST.

ZONA DE SOBREPOSIÇÃO TERRITORIAL – ZST	
Características Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> – Área inserida integralmente em unidades de conservação de proteção integral; – Predominância de remanescentes florestais; – Elevada relevância ecológica e paisagística; – Regime jurídico mais restritivo quanto ao uso e ocupação.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a compatibilização entre os instrumentos de gestão das unidades sobrepostas; – Garantir que prevaleçam as normas mais protetivas; – Evitar conflitos normativos ou sobreposição de competências; – Reforçar a proteção ambiental da área.
Normas de Uso	<ul style="list-style-type: none"> – Na ZST prevalecerão as normas, restrições e diretrizes estabelecidas nos Planos de Manejo do PNM da Água Escondida e do PNM Floresta do Baldeador; – Não são admitidas atividades incompatíveis com a categoria de proteção integral.
Diretrizes de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> – Integrar ações de fiscalização, monitoramento e educação ambiental.

Fonte: Elaboração própria.

5.2 NORMAS GERAIS

O presente item estabelece as normas gerais aplicáveis à APA dos Morros da Guanabara, com caráter transversal e complementar ao zoneamento. Tais normas incidem sobre todas as zonas da unidade de conservação, sem prejuízo das disposições específicas previstas para cada zona, devendo prevalecer sempre o critério mais restritivo quando houver sobreposição normativa.

As normas gerais têm por finalidade orientar o uso e a ocupação do território, assegurar a proteção dos atributos ambientais da unidade e harmonizar a aplicação da legislação ambiental vigente com os objetivos estabelecidos neste Plano de Manejo.

Para fins de organização e clareza, as normas gerais são apresentadas por temática, conforme subitens a seguir.

5.2.1 Áreas de Preservação Permanente – APPs (Código Florestal)

- As Áreas de Preservação Permanente (APPs) constituem recorte transversal aplicável a todas as zonas da unidade de conservação, devendo prevalecer, em qualquer situação, as disposições mais restritivas entre o zoneamento da UC e a legislação florestal vigente.
- As APPs devem ter assegurada a manutenção de suas funções ecológicas essenciais, especialmente a proteção dos recursos hídricos, a estabilidade de encostas, o controle de processos erosivos, a conservação do solo, a manutenção da biodiversidade e a conectividade ecológica.
- É vedada a supressão de vegetação nativa em APPs, salvo nas hipóteses legalmente previstas. Áreas degradadas ou alteradas deverão ser prioritariamente direcionadas à recuperação ambiental.
- A condição de APP prevalece sobre os usos admitidos na zona em que se insere, sempre que implicar maior nível de proteção ambiental.
- Intervenções em APPs somente poderão ocorrer nos casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, conforme a legislação vigente, e mediante autorização do órgão competente, com demonstração de compatibilidade com os objetivos da unidade.
- Usos e ocupações preexistentes situados em APPs deverão ser objeto de avaliação quanto à sua regularidade e viabilidade ambiental, podendo ser mantidos apenas de forma condicionada e não ampliável.
- É vedada a ampliação de ocupações, edificações, infraestruturas ou acessos existentes em APPs, bem como a implantação de novos usos que agravem processos de degradação ambiental, ressalvadas as exceções legais.
- A existência de alterações pretéritas não descaracteriza a condição de APP, permanecendo aplicáveis as obrigações legais de proteção e recuperação.
- As APPs deverão ser priorizadas para ações de manejo, monitoramento e fiscalização ambiental.

5.2.2 Recursos hídricos

- Os recursos hídricos superficiais e subterrâneos existentes na unidade de conservação deverão ser protegidos quanto à sua qualidade e quantidade, em conformidade com a legislação vigente.
- A captação, derivação, barramento ou qualquer intervenção em corpos d'água dependerá de autorização do órgão competente e deverá observar os objetivos da unidade e o zoneamento estabelecido.
- É vedado o lançamento de efluentes ou resíduos em corpos hídricos sem tratamento adequado e sem autorização dos órgãos competentes.
- Intervenções que impliquem alteração do regime hídrico natural somente poderão ser admitidas quando tecnicamente justificadas e compatíveis com a conservação dos ecossistemas associados.
- As nascentes e áreas de recarga hídrica deverão ser prioritariamente protegidas e, se degradadas, objeto de recuperação ambiental.
- O órgão gestor poderá acompanhar e manifestar-se em processos de outorga ou licenciamento que envolvam uso de recursos hídricos na unidade.
- As atividades desenvolvidas na unidade deverão adotar medidas preventivas para evitar assoreamento, contaminação e redução da disponibilidade hídrica.

5.2.3 Manejo de fauna e flora

- É proibido perseguir, capturar, coletar, alimentar, molestar, manter em cativeiro ou matar animais silvestres, ressalvadas as hipóteses previstas em legislação específica e devidamente autorizadas.
- É vedada a destruição, perturbação ou remoção de ninhos, abrigos, tocas e sítios reprodutivos da fauna silvestre, salvo nas situações legalmente previstas e devidamente autorizadas.
- É proibida a comercialização, exposição ou manutenção irregular de espécimes da fauna silvestre no interior da unidade.

- A coleta, captura, manejo ou alimentação de espécies da fauna nativa somente poderão ocorrer para fins científicos, didáticos ou de manejo autorizado, mediante projeto técnico aprovado pelo órgão competente e com ciência do órgão gestor da UC.
- A coleta de material botânico ou genético dependerá de autorização do órgão ambiental competente, nos termos da legislação vigente, com ciência do órgão gestor da UC.
- A reintrodução, soltura ou translocação de espécies da fauna e da flora nativas somente será admitida quando fundamentada em projeto técnico-científico específico e autorizada pelo órgão gestor, conforme a legislação vigente.
- O manejo, controle ou erradicação de espécies exóticas ou asselvajadas (ferais) poderá ser realizado quando tecnicamente justificado e autorizado pelo órgão competente, especialmente nos casos que representem risco à biodiversidade, à saúde pública ou à segurança.
- Animais silvestres resgatados ou apreendidos no interior da unidade ou em seu entorno deverão ter destinação conforme a legislação vigente, priorizando-se a soltura quando tecnicamente viável.
- É vedada a supressão de vegetação nativa, salvo nas hipóteses previstas em lei e mediante autorização do órgão competente, inclusive nos casos em que haja risco à vida ou à integridade de edificações ou infraestruturas.
- O manejo ou aproveitamento de espécies exóticas e nativas da flora já existentes poderá ser admitido mediante projeto técnico e autorização do órgão gestor.
- Os arranjos paisagísticos e ações de revegetação no âmbito da unidade deverão priorizar espécies nativas locais.
- É proibido o abandono de animais domésticos no interior da unidade.

5.2.4 Pesquisa científica

- É permitida e incentivada a realização de pesquisas científicas na unidade de conservação, desde que previamente autorizadas pelo órgão ambiental competente, com ciência do órgão gestor da unidade, e em conformidade com a legislação vigente.
- As pesquisas deverão ser compatíveis com os objetivos da unidade de conservação e não poderão implicar degradação ambiental ou interferência significativa nos ecossistemas protegidos.
- Quando envolverem acesso ao patrimônio genético, conhecimento tradicional associado ou participação de pesquisadores estrangeiros, as pesquisas deverão observar as exigências legais específicas aplicáveis.
- Todo material, equipamento ou estrutura instalado para fins de pesquisa deverá ser removido ao término das atividades, com a devida recomposição da área, salvo manifestação em contrário do órgão gestor.
- Os responsáveis pela pesquisa deverão fornecer ao órgão gestor cópia dos relatórios, publicações ou produtos técnicos decorrentes dos estudos realizados na unidade.
- O órgão gestor poderá estabelecer condicionantes técnicas para a realização das atividades, visando à mitigação de impactos e ao acompanhamento dos trabalhos.

5.2.5 Educação ambiental

- A Educação Ambiental constitui instrumento estratégico de apoio à gestão da UC, devendo contribuir para o cumprimento de seus objetivos e para a prevenção e mediação de conflitos socioambientais.
- As ações de Educação Ambiental deverão considerar a realidade local, os usos do território e os saberes das populações envolvidas, estimulando a participação social e o fortalecimento do sentimento de pertencimento.

- As atividades educativas deverão promover práticas sustentáveis, a adequação ambiental das atividades desenvolvidas no território e a valorização dos atributos naturais da unidade.
- A Educação Ambiental deverá adotar abordagem contínua, participativa e articulada com as demais ações de gestão, evitando iniciativas isoladas ou descontextualizadas.
- Os ambientes naturais da unidade poderão ser utilizados como espaços educativos, desde que respeitados os limites estabelecidos no zoneamento e as normas de uso vigentes.
- As diretrizes e ações de Educação Ambiental deverão ser periodicamente avaliadas e ajustadas conforme os resultados obtidos e as demandas da gestão.
- O órgão gestor poderá estabelecer parcerias institucionais para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental, observados os objetivos da UC.

5.2.6 *Uso do fogo*

- É proibido o uso do fogo no interior da UC, salvo nas hipóteses expressamente previstas em legislação específica e mediante autorização prévia do órgão competente, com ciência do órgão gestor.
- É vedado o uso do fogo em áreas de vegetação nativa, em Áreas de Preservação Permanente ou em áreas em processo de recuperação ambiental.
- O órgão gestor poderá estabelecer períodos de restrição total ao uso do fogo em razão de condições climáticas ou risco elevado de incêndios.
- A ocorrência de incêndios florestais deverá ser imediatamente comunicada aos órgãos competentes.
- O responsável por queima irregular ou incêndio causado por ação ou omissão responderá pelas medidas administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da obrigação de reparação ambiental.

5.2.7 *Visitação e uso público*

- As atividades de lazer, turismo e visitação aos locais e recursos fundamentais da UC deverão observar o zoneamento e as normas, diretrizes e orientações previstas no Plano de Uso Público.
- Os visitantes são responsáveis por sua conduta e pelos riscos inerentes às atividades desenvolvidas em ambientes naturais, bem como pela preservação dos atributos ambientais.
- É vedado lançar resíduos, produtos ou substâncias que possam causar danos ao meio ambiente.
- Os resíduos gerados durante a visitação deverão ser recolhidos e destinados adequadamente.
- A visitação a sítios arqueológicos, cavidades naturais ou áreas ambientalmente sensíveis poderá ser regulamentada ou restringida pelo órgão gestor.

5.2.8 *Eventos e atividades esportivas*

- A realização de eventos, atividades esportivas ou reuniões no interior da UC deverá respeitar o zoneamento, as normas de uso e os objetivos da unidade.
- Somente serão admitidas atividades que não impliquem degradação ambiental, perturbação significativa da fauna, supressão de vegetação nativa ou comprometimento da integridade dos ecossistemas.
- As atividades autorizadas deverão prever medidas de gestão de resíduos e adoção de práticas ambientalmente responsáveis.

5.2.9 *Sinalização e comunicação*

- A sinalização na UC deverá seguir as diretrizes e procedimentos definidos pelo Plano de Comunicação e Educação Ambiental da UC.
- Materiais institucionais, informativos ou promocionais relacionados à unidade deverão seguir a identidade visual e os padrões estabelecidos pelo órgão gestor.

- Poderá ser admitida a divulgação de parceiros, apoiadores ou patrocinadores em materiais de comunicação e sinalização institucional, nos padrões estabelecidos pelo órgão gestor.
- O uso de imagens da unidade para fins comerciais ou institucionais deverá observar a legislação vigente e a regulamentação estabelecida pelo órgão gestor.

5.2.10 Infraestruturas

- Infraestruturas de utilidade pública poderão ser admitidas quando compatíveis com os objetivos da unidade e precedidas de análise do órgão gestor e licenciamento ambiental, quando aplicável.
- A instalação e manutenção de sistemas de telecomunicação ou outras infraestruturas lineares dependerão de autorização do órgão competente, com ciência do órgão gestor da unidade.
- Toda infraestrutura instalada deverá prever sistema adequado de tratamento de resíduos sólidos e efluentes, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.
- Serviços de manutenção de infraestruturas existentes deverão ser previamente comunicados ao órgão gestor, com apresentação de plano de trabalho e posterior relatório das atividades realizadas.

5.2.11 Parcelamento do solo

- O parcelamento, desmembramento ou remembramento de imóveis no interior da unidade de conservação deverá observar o zoneamento estabelecido neste Plano de Manejo, bem como a legislação urbanística e ambiental vigente.
- O parcelamento do solo que implique supressão de vegetação nativa deverá respeitar o zoneamento, as normas de uso e os objetivos da unidade.



Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

- Não será admitido o parcelamento do solo que implique fragmentação significativa de habitats ou comprometimento da conectividade ecológica, salvo nas hipóteses legalmente previstas.
- A implantação de novos loteamentos, condomínios ou núcleos habitacionais dependerá de análise técnica quanto à capacidade de suporte ambiental da área e à compatibilidade com os objetivos da unidade.
- O parcelamento do solo deverá garantir a proteção das Áreas de Preservação Permanente, nascentes, corpos d'água, áreas de recarga hídrica e demais áreas ambientalmente sensíveis.
- O órgão gestor poderá manifestar-se nos processos de parcelamento do solo que incidam sobre a unidade, especialmente quando houver potencial impacto sobre seus atributos ambientais.
- O parcelamento do solo não poderá ser utilizado como instrumento de consolidação ou expansão de ocupações incompatíveis com o zoneamento e com os objetivos da unidade.

5.2.12 Áreas urbanizadas e populacionais

- A expansão urbana no interior da unidade de conservação deverá ser compatível com sua capacidade de suporte ambiental e com o zoneamento estabelecido neste Plano de Manejo, sendo priorizado o adensamento de áreas já consolidadas.
- É vedada a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis ou estratégicas para a conectividade ecológica, bem como a expansão que implique supressão de vegetação nativa fora das hipóteses legalmente previstas.
- As áreas urbanizadas e populacionais deverão adotar infraestrutura compatível com a conservação ambiental, incluindo soluções adequadas de saneamento, drenagem, gestão de resíduos sólidos e controle de efluentes.

- Não será admitida a ampliação de ocupações ou infraestruturas que resultem em agravamento de processos erosivos, comprometimento de recursos hídricos ou aumento significativo da pressão sobre áreas naturais.
- O órgão gestor deverá articular-se com os entes municipais competentes para promover a integração das políticas urbanas com os objetivos da unidade de conservação.
- As áreas urbanizadas e populacionais poderão ser priorizadas para ações de fiscalização, monitoramento ambiental e regularização, visando à redução de conflitos socioambientais.

5.2.13 Patrimônio histórico, arqueológico e cultural

- É proibido retirar, danificar, alterar, descaracterizar ou destruir bens, vestígios ou elementos de valor histórico, arqueológico, cultural, paisagístico ou tradicional existentes no interior da unidade de conservação, salvo nas hipóteses legalmente previstas e mediante autorização do órgão competente, com ciência do órgão gestor.
- A realização de pesquisas, escavações, resgates ou intervenções em bens de natureza histórica, arqueológica ou cultural dependerá de autorização prévia do órgão competente e deverá observar a legislação específica aplicável.
- O eventual achado fortuito de bens ou vestígios arqueológicos, históricos ou culturais deverá ser imediatamente comunicado ao órgão gestor, ficando suspensas as intervenções na área até orientação do órgão competente.
- Intervenções ou obras que possam afetar bens de valor histórico, arqueológico ou cultural deverão ser precedidas de análise técnica, quando aplicável.

5.2.14 Adequação e restauração

- A recuperação de áreas degradadas ou a restauração de vegetação nativa dependerá de projeto técnico previamente aprovado pelo órgão competente, quando aplicável, com anuência do órgão gestor da unidade.
- As ações de restauração deverão priorizar a recomposição da vegetação nativa local e a recuperação das funções ecológicas do ecossistema.
- É vedada a utilização de espécies exóticas em ações de restauração ambiental.
- Espécies exóticas introduzidas deverão ser objeto de controle ou remoção, conforme avaliação técnica.
- O uso de insumos químicos em ações de recuperação ou controle de espécies invasoras somente poderá ocorrer quando tecnicamente justificado e autorizado pelo órgão gestor.
- Áreas ambientalmente degradadas, especialmente Áreas de Preservação Permanente, deverão ser priorizadas para ações de recuperação.
- O órgão gestor poderá firmar instrumentos administrativos com ocupantes visando à adequação ambiental das áreas, inclusive aquelas enquadradas como Zona de Adequação Ambiental, quando cabível.
- As ações de recuperação poderão contar com participação comunitária, desde que orientadas tecnicamente e compatíveis com os objetivos da unidade.

5.2.15 Fiscalização e gestão

- O órgão gestor exercerá a fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas neste Plano de Manejo, sem prejuízo das competências dos demais órgãos ambientais.
- A unidade de conservação deverá manter em funcionamento Conselho Consultivo, atualmente representado pela Câmara Técnica de Áreas Verdes do Conselho Municipal de Meio Ambiente, ou poderá criar

Conselho Consultivo próprio a fim de apoiar a gestão, promover a participação social e manifestar-se sobre questões relacionadas à UC, à conservação da biodiversidade e a atividades que possam impactá-la.

- O Conselho Consultivo da unidade, quando instituído, deverá ser informado sobre processos de licenciamento ambiental que possam afetar a unidade, para conhecimento e acompanhamento, nos termos da legislação vigente.
- O órgão gestor poderá acompanhar, manifestar-se ou propor condicionantes em processos de licenciamento que afetem direta ou indiretamente a unidade.
- O descumprimento das normas deste Plano de Manejo sujeitará o responsável às medidas administrativas cabíveis, podendo ser adotadas notificações e orientações prévias, quando couber, sem prejuízo das sanções previstas na legislação ambiental.
- As ações de fiscalização deverão priorizar o caráter preventivo e educativo, sem afastar a aplicação das penalidades previstas em lei quando constatadas infrações.
- A Unidade deverá providenciar as condições e requisitos necessários à elegibilidade para o recebimento de recursos de compensação ambiental resultante de processos de licenciamento ou outros programas.

6 PLANO DE GESTÃO

A definição do Zoneamento da UC e os resultados do Diagnóstico Integrado foram o ponto de partida para a definição do desenho e dos componentes do Plano Gestão, além de, evidentemente, considerar os aspectos institucionais e os instrumentos legais já existentes. Os alvos de conservação e de bem-estar humano atuaram como elementos estruturadores das estratégias de gestão e manejo, buscando potencializar os resultados das ações previstas.

Por se tratar de um planejamento público e compartilhado entre diferentes instituições e atores, as ações propostas buscam representar uma estratégia equilibrada e viável, capaz de orientar a implementação do Plano de Manejo. Em consonância com o Plano de Monitoramento e Avaliação, o Plano de Gestão deverá ser periodicamente monitorado e revisado, a partir da análise de indicadores e da necessidade de ajustes e adaptações ao longo de sua implementação.

Considerando o caráter dinâmico do planejamento, adotou-se uma estrutura matricial para organização dos programas e ações, permitindo uma abordagem estratégica, transversal e integrada dos temas de interesse da gestão da UC. Para cada ação proposta, foram elaboradas fichas individuais contendo descrição, diretrizes, metas, indicadores, responsáveis e possíveis parcerias institucionais. É apresentado, a seguir, uma síntese dos programas e ações do Plano, sendo que a íntegra dos programas e ações é apresentada no **Produto 4 e 5 – Plano de Monitoramento, Avaliação e Gestão**.

6.1 PROGRAMA 1 – ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO

A instituição e o fortalecimento do Conselho constituem medidas centrais para a gestão da Área de Proteção Ambiental, no caso de Niterói, através do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Nos termos da Lei nº 9.985/2000, a APA é definida como área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações, tendo como objetivos básicos proteger a

diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A própria natureza dessa categoria evidencia a necessidade de uma instância colegiada capaz de articular conservação ambiental, ordenamento territorial, participação social e compatibilização de interesses no território.

O objetivo geral deste Programa é instituir, estruturar e consolidar o Conselho da UC através do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói responsável pela gestão das UCs municipais, como instância permanente de participação social, articulação institucional, apoio à gestão e acompanhamento da implementação do Plano de Gestão da UC, contribuindo para o fortalecimento da governança da unidade ao longo do horizonte de planejamento.

A seguir, em formato de fichas, são apresentadas as ações do Programa 1 – Estruturação do Conselho.

6.1.1 Ação 1.1 – Definir, instituir e assegurar o funcionamento do Conselho da UC

Programa:	1 – Estruturação do Conselho
Ação:	1.1 Definir, instituir e assegurar o funcionamento do Conselho da UC
Descrição:	
Esta ação tem por finalidade instituir, organizar e consolidar o Conselho da unidade de conservação, através do Conselho Municipal de Meio Ambiente, responsável pela gestão das UCs municipais de Niterói, abrangendo a definição de sua composição, a formalização de sua criação, a realização dos procedimentos de inscrição, indicação e/ou eleição de seus membros, a instalação do colegiado, a capacitação dos conselheiros, a definição de sua sistemática de funcionamento e a aprovação do estatuto, de modo a fortalecer a participação social, a articulação institucional e o apoio à gestão da unidade.	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Definição da composição e Decreto de criação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantar e sistematizar a base normativa aplicável à unidade de conservação, incluindo seu ato de criação, normas complementares do ente responsável, a Lei nº 9.985/2000 e o Decreto nº 4.340/2002, de modo a subsidiar juridicamente a criação e o funcionamento do Conselho; • Definir critérios para composição do colegiado, número de vagas, representação de titulares e suplentes, condições de participação, duração dos mandatos e eventuais regras de recondução, observada a regulamentação aplicável; • Elaboração e discussão prévia da proposta de composição do Conselho, para elaboração da minuta do ato normativo de criação ou formalização, incluindo justificativa técnica e institucional para subsidiar análise e tramitação administrativa; 	

Programa:	1 – Estruturação do Conselho
Ação:	1.1 Definir, instituir e assegurar o funcionamento do Conselho da UC
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e publicar Decreto de Criação, estabelecendo objetivos e procedimentos de escolha dos conselheiros, bem como a composição do Conselho. <p>b) Inscrição, eleição e instalação do Conselho</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar, caracterizar e avaliar os segmentos institucionais e sociais com interface com a gestão da unidade, buscando assegurar equilíbrio na representação definida e aderência à realidade territorial e administrativa da UC; • Estruturar e executar os procedimentos de chamamento, mobilização, inscrição, habilitação, indicação de membros, eleição e/ou designação dos representantes, assegurando publicidade, transparência e registro formal das etapas realizadas; • Instalação oficial do Conselho e nos processos sucessórios periódicos, com realização de reunião inaugural, formalização da composição, registro em ata e definição dos encaminhamentos necessários ao início de seu funcionamento. <p>c) Capacitação dos membros do conselho</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejar e executar processo de capacitação dos conselheiros, desde a atividade de mobilização, abordando aspectos legais, institucionais, competências do colegiado, conteúdo do Plano de Gestão da Unidade de Conservação, atribuições dos membros e procedimentos de acompanhamento das ações da unidade; • Prever e organizar ações continuadas de capacitação, atualização e formação dos membros do Conselho durante seu período de mandato e obrigatoriamente durante os processos de sucessão de representantes, voltado à renovação periódica do colegiado, à continuidade da atuação do Conselho e ao tratamento de temas específicos relevantes para a gestão da unidade. <p>d) Definição da sistemática de funcionamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir a sistemática de funcionamento do Conselho, contemplando periodicidade das reuniões, formas de convocação, quórum, dinâmica de deliberação, registro de atas, acompanhamento de encaminhamentos, organização da secretaria executiva e, quando pertinente, constituição de câmaras técnicas ou grupos de trabalho; • Acompanhar a implementação e o funcionamento do colegiado ao longo da vigência do Plano de Gestão da Unidade de Conservação, promovendo revisões, ajustes operacionais e aperfeiçoamentos sempre que necessário para garantir regularidade, efetividade e continuidade institucional. <p>e) Aprovação do Estatuto do Conselho</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar, discutir, revisar e submeter à aprovação o estatuto ou regimento do Conselho, de modo a disciplinar suas competências, estrutura, funcionamento, procedimentos de revisão e alteração do Estatuto, direitos e deveres dos membros e procedimentos de substituição e renovação.

Fonte: Elaboração própria.

6.2 PROGRAMA 2 – GESTÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A efetividade de um Plano de Gestão depende, em grande medida, da existência de uma base institucional e operacional capaz de sustentar sua implementação ao longo do tempo. No caso das Áreas de Proteção Ambiental, essa necessidade se torna ainda mais relevante em razão da complexidade de gestão de territórios extensos, com diferentes formas de uso e ocupação, multiplicidade de

atores sociais e institucionais, e frequente ocorrência de pressões antrópicas que exigem coordenação, presença institucional e capacidade de resposta por parte do órgão gestor. Nesse contexto, o Programa de Gestão da UC assume papel central ao reunir ações que dão suporte concreto ao funcionamento cotidiano da unidade e à execução dos demais programas do Plano de Gestão.

Desta forma, o objetivo geral do Programa 2 é fortalecer a gestão da Unidade de Conservação por meio da estruturação administrativa, operacional, institucional e comunicacional necessária à implementação do Plano de Gestão, assegurando condições para o funcionamento contínuo da UC, para a articulação entre órgãos e instituições parceiras, para o exercício do ordenamento e da fiscalização, e para a consolidação de práticas de transparência, participação e qualificação permanente das equipes envolvidas.

A seguir, em formato de fichas, são apresentadas as ações do Programa 2 – Gestão da Unidade de Conservação.

6.2.1 Ação 2.1 - Indicação do gestor e definição de atribuições e instrumento normativo

Programa:	2 – Gestão da UC
Ação:	2.1 Indicação do gestor e definição de atribuições e instrumento normativo
Descrição:	
<p>Esta ação tem por finalidade formalizar ou consolidar a gestão da unidade de conservação por meio da indicação do gestor responsável, ou de sua substituição formal em caso de troca no futuro, e da definição de suas atribuições em instrumento normativo específico, de modo a assegurar referência institucional clara para a condução da UC, delimitação de responsabilidades e suporte à implementação do Plano de Gestão.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Levantamento institucional e definição da proposta</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantar, consolidar e manter atualizada a base administrativa e normativa aplicável à unidade de conservação e à sua vinculação institucional no âmbito do órgão responsável; • Definir ou consolidar a estrutura administrativa relacionada à UC e a definição do responsável por sua gestão; • Definir proposta de atribuições básicas do gestor da unidade, compatível com as necessidades de implementação do Plano de Gestão. <p>b) Indicação e formalização do gestor</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proceder à indicação ou designação formal do gestor da UC, conforme os procedimentos administrativos cabíveis, procedimento que deverá ser repetido sempre que o gestor for substituído; • Estabelecer, no ato correspondente, a vinculação institucional do responsável pela unidade, assegurando que a designação permita identificar formalmente a entidade da UC perante o órgão responsável e os demais atores relacionados à unidade. <p>c) Elaboração e formalização do instrumento normativo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o instrumento normativo pertinente, contemplando a designação do gestor e suas atribuições básicas; • Submeter a minuta às instâncias competentes para análise, ajustes e tramitação administrativa; • Formalizar e publicar o instrumento normativo, assegurando clareza quanto à responsabilidade pela condução da gestão da UC. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.2.2 Ação 2.2 - Estabelecimento da infraestrutura operacional.

Programa:	2 – Gestão da UC
Ação:	2.2 Estabelecimento da infraestrutura operacional
Descrição:	
Esta ação tem por finalidade estabelecer as condições materiais, logísticas e operacionais mínimas necessárias ao funcionamento da gestão da unidade de conservação, de modo a viabilizar a execução das atividades administrativas e de campo, o apoio às ações previstas no Plano de Gestão e o atendimento das demandas básicas relacionadas à operação da UC.	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Levantamento das necessidades de infraestrutura operacional</p> <ul style="list-style-type: none"> Levantar e sistematizar as necessidades de infraestrutura física, mobiliária, tecnológica, logística e de apoio operacional necessárias ao funcionamento da gestão da UC; Identificar a situação existente, as lacunas e as prioridades para estruturação da unidade, considerando as características territoriais, o porte da UC, as rotinas administrativas e as demandas de campo; Definir a infraestrutura operacional mínima a ser implantada ou disponibilizada para o funcionamento adequado da gestão. <p>b) Planejamento e estruturação da infraestrutura da UC</p> <ul style="list-style-type: none"> Planejar a implantação, adequação ou disponibilização da infraestrutura operacional da UC, incluindo espaço de referência para apoio à gestão, mobiliário, equipamentos, meios de comunicação, recursos tecnológicos e suporte logístico básico; Articular internamente, no âmbito do órgão responsável, os procedimentos administrativos e orçamentários necessários à viabilização da infraestrutura definida; Priorizar soluções compatíveis com a realidade institucional e com a capacidade de manutenção da infraestrutura ao longo da vigência do Plano de Gestão. <p>c) Implantação e manutenção das condições operacionais mínimas</p> <ul style="list-style-type: none"> Implantar ou disponibilizar a infraestrutura operacional priorizada para a unidade de conservação; Assegurar condições mínimas de funcionamento e uso dos recursos disponibilizados, incluindo reposição, manutenção ou atualização quando necessário; Acompanhar periodicamente a suficiência e adequação da infraestrutura operacional, de forma articulada às demandas de implementação do Plano de Gestão. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.2.3 Ação 2.3 - Proposição e implementação do PPA da UC.

Programa:	2 – Gestão da UC
Ação:	2.3 Proposição e implementação do PPA da UC
Descrição:	
<p>Esta ação tem por finalidade instituir e operacionalizar um instrumento periódico de planejamento, priorização e organização das ações da unidade de conservação, por meio da proposição e implementação do Plano Plurianual - PPA da UC, de modo a orientar a execução do Plano de Gestão, compatibilizar prioridades, recursos e capacidades institucionais, e favorecer o acompanhamento sistemático das ações da unidade ao longo de sua vigência. Como referência o PPA da UC deverá ser bianual, permitindo o tempo necessário ao processo de tomada de decisão, implementação e avaliação de ações.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Definição da sistemática e diretrizes para o PPA da UC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir a sistemática de elaboração, revisão, implementação e acompanhamento do PPA da UC, sua periodicidade e sua articulação com o Plano de Gestão da unidade; • Estabelecer diretrizes, conteúdo mínimo, critérios de priorização, responsáveis e fluxos institucionais para elaboração e pactuação do instrumento; • Considerar, na estruturação do PPA, a compatibilização entre metas do Plano de Gestão, capacidade operacional, disponibilidade orçamentária e necessidades mais imediatas da unidade. <p>b) Elaboração e pactuação dos ciclos do PPA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o primeiro PPA da UC com definição de ações prioritárias, responsabilidades, horizonte de execução e referências para acompanhamento; • Promover a articulação interna necessária para análise, validação e pactuação do instrumento no âmbito do órgão gestor, especialmente em relação às fontes de financiamento e procedimentos necessários para aplicação e prestação de contas de recursos utilizados; • Revisar e elaborar, a cada ciclo, atualizações do PPA da UC, incorporando resultados do período anterior, ajustes de prioridade, demandas supervenientes e necessidades de reprogramação. <p>c) Implementação e acompanhamento do PPA da UC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar o PPA da UC conforme o ciclo definido, articulando sua execução às ações previstas no Plano de Gestão; • Acompanhar periodicamente a execução das ações priorizadas, registrando avanços, dificuldades, reprogramações e necessidades de ajuste; • Utilizar os resultados do acompanhamento como subsídio para a revisão e atualização dos ciclos seguintes do PPA da UC. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.2.4 Ação 2.4 - Estratégia e estrutura de fiscalização

Programa:	2 – Gestão da UC
Ação:	2.4 Estratégia e estrutura de fiscalização
Descrição:	
<p>Esta ação tem por finalidade estruturar e implementar a fiscalização da unidade de conservação, mediante a definição de estratégia de atuação, articulação com órgãos competentes e realização de ações voltadas à prevenção, identificação e enfrentamento de infrações e atividades ilegais relacionadas aos recursos naturais, de modo a fortalecer a proteção da UC, ampliar a capacidade de resposta institucional e contribuir para a efetividade do Plano de Gestão.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Articulação com áreas de fiscalização da prefeitura e órgãos estaduais e federais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os órgãos e setores com competência ou interface sobre fiscalização ambiental, territorial, urbanística, patrimonial e de recursos naturais com atuação incidente sobre a unidade de conservação; • Promover articulação entre o órgão gestor da UC, áreas de fiscalização da prefeitura e órgãos estaduais e federais, buscando definir fluxos de comunicação, encaminhamento de ocorrências, atuação integrada e cooperação institucional; • Estabelecer diretrizes operacionais mínimas para a atuação articulada, incluindo compartilhamento de informações, prioridades de atuação, apoio às ações em campo e encaminhamento de denúncias e irregularidades; • Sempre que pertinente, formalizar arranjos de cooperação, protocolos de atuação, rotinas de comunicação ou instrumentos equivalentes para qualificar a atuação conjunta na UC. <p>b) Fiscalização da caça e atividades ilegais relacionadas aos recursos naturais na UC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar, caracterizar e espacializar, sempre que possível, as principais ocorrências, pressões e ilícitos relacionados à unidade, com ênfase na caça e em outras atividades ilegais incidentes sobre os recursos naturais da UC; • Definir estratégia de fiscalização compatível com a realidade territorial da unidade, considerando áreas críticas, prioridades, sazonalidade, limitações operacionais e necessidade de prevenção; • Realizar ou apoiar ações de fiscalização, monitoramento em campo, vistorias e encaminhamento de ocorrências aos órgãos competentes, conforme atribuições institucionais e capacidade operacional existente; • Registrar, sistematizar e analisar informações sobre ocorrências, ações realizadas, resultados obtidos e necessidades de ajuste na estratégia de fiscalização ao longo da vigência do Plano de Gestão. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.2.5 Ação 2.5 - Articulação com INEA, órgãos estaduais e federais para ações de mosaico e corredores

Programa:	2 – Gestão da UC
Ação:	2.5 Articulação com INEA, órgãos estaduais e federais para ações de mosaico e corredores
Descrição:	
<p>Esta ação tem por finalidade promover a articulação institucional da unidade de conservação com o INEA e com órgãos estaduais e federais com interface na gestão ambiental e territorial, visando à integração da UC em estratégias, iniciativas e ações relacionadas a mosaicos de áreas protegidas, conectividade ecológica e corredores, de modo a fortalecer a gestão integrada da paisagem, ampliar a cooperação entre instituições e contribuir para a conservação em escala territorial mais ampla.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Identificação de interfaces institucionais e territoriais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar e promover contatos iniciais com instituições, órgãos, instâncias e iniciativas com interface com a unidade de conservação em temas relacionados à gestão integrada do território, mosaicos, conectividade ecológica e corredores; • Sistematizar oportunidades, convergências e temas prioritários para articulação institucional, considerando a inserção territorial da unidade e suas relações com áreas de interesse para conservação, através de reuniões e eventos destinados especificamente a esta finalidade. <p>b) Estruturação da articulação institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover interlocução com o INEA e com órgãos estaduais e federais competentes, buscando inserção e participação da UC e suas pautas em agendas, fóruns, processos de cooperação e iniciativas relacionadas a mosaicos e corredores; • Definir, quando couber, pautas prioritárias, fluxos de interlocução e formas de cooperação institucional por convênios, parcerias ou acesso a projetos voltadas ao intercâmbio de informações, alinhamento de ações e fortalecimento da gestão integrada; • Apoiar, sempre que pertinente, a formalização de entendimentos, agendas conjuntas, protocolos de cooperação ou instrumentos equivalentes relacionados à atuação articulada entre instituições. <p>c) Participação e desenvolvimento de ações relacionadas a mosaico e corredores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participar ou apoiar o desenvolvimento de ações, discussões e iniciativas institucionais relacionadas a mosaicos, conectividade e corredores ecológicos que tenham interface com a unidade de conservação; • Incorporar, sempre que possível, diretrizes e oportunidades decorrentes dessas articulações à implementação do Plano de Gestão da UC; • Acompanhar a evolução das articulações estabelecidas, registrando avanços, limitações e oportunidades de fortalecimento da atuação integrada ao longo da vigência do plano. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.2.6 Ação 2.6 - Elaboração e implementação do Plano de Comunicação da UC

Programa:	2 – Gestão da UC
Ação:	2.6 Elaboração e implementação do Plano de Comunicação da UC
Descrição:	
<p>Esta ação tem por finalidade planejar, estruturar e implementar a comunicação institucional da unidade de conservação, por meio da definição de identidade, mensagens, públicos, canais, sinalização e mecanismos de interação com a sociedade, de modo a ampliar a visibilidade da UC, qualificar a circulação de informações, fortalecer a relação com os diferentes públicos e apoiar a implementação do Plano de Gestão ao longo de sua vigência.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Definição de imagem, estratégia e mensagens-chave</p> <ul style="list-style-type: none"> Definir diretrizes gerais para a comunicação da unidade de conservação, observando sua finalidade, características territoriais, públicos relacionados e objetivos do Plano de Gestão; Estabelecer a identidade institucional e comunicacional da UC, incluindo referências para linguagem, abordagem, posicionamento institucional e coerência visual, quando pertinente; Definir mensagens-chave associadas à unidade, voltadas à valorização da UC, à orientação sobre seus objetivos, à sensibilização quanto à conservação e à divulgação de temas prioritários para sua gestão. <p>b) Definição de públicos-alvo e canais de comunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar e caracterizar os principais públicos relacionados à unidade de conservação, considerando populações do território, proprietários, usuários, visitantes, instituições públicas, organizações sociais, instituições de ensino e pesquisa e demais segmentos pertinentes; Definir estratégias e canais mais adequados para comunicação com esses públicos, podendo incluir redes sociais, materiais gráficos, peças informativas, eventos, reuniões, meios digitais e outros instrumentos compatíveis com a realidade da UC; Estabelecer diretrizes mínimas para produção, atualização e divulgação de conteúdos institucionais da unidade. <p>c) Definição e implementação da sinalização da UC</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar necessidades e prioridades de sinalização relacionadas à unidade de conservação, considerando orientação, identificação institucional, informação ao público e apoio à gestão, à fiscalização e ao controle do território; Definir diretrizes para o conteúdo, a localização, o padrão e a implantação da sinalização, em conformidade com a realidade territorial da UC e com os objetivos de comunicação institucional; Implantar de forma progressiva a sinalização, iniciando pela considerada prioritária para fortalecimento da identificação e da comunicação da unidade. <p>d) Implementação e monitoramento da comunicação da UC</p> <ul style="list-style-type: none"> Elaborar e consolidar o Plano de Comunicação da UC, reunindo diretrizes, públicos, canais, conteúdos prioritários, ações previstas e formas de acompanhamento; Implementar as ações de comunicação previstas, de forma articulada à rotina de gestão da unidade e aos demais programas do Plano de Gestão; Acompanhar e avaliar periodicamente a execução da comunicação da UC, considerando alcance, adequação dos meios utilizados, necessidade de ajustes e atualização das estratégias adotadas. <p>e) Implantação e operação de canal interativo de comunicação com a gestão da UC</p>	

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

- Implantar canal ou mecanismo de comunicação com a gestão da unidade de conservação para acolhimento de demandas, sugestões, denúncias e comunicações de interesse;
- Definir procedimentos básicos para recebimento, registro, encaminhamento e retorno das manifestações, conforme a natureza da demanda e a capacidade institucional existente;
- Promover a divulgação do canal interativo junto aos públicos da UC e acompanhar seu funcionamento, de modo a fortalecer a interlocução entre a gestão da unidade e a sociedade;
- Elaborar e publicar relatórios anuais de registro de comunicações realizadas, demandas, encaminhamentos e resultados.

Fonte: Elaboração própria.

6.2.7 Ação 2.7 - Organização de acervo de estudos, documentos, atas, regulamentações e demais registros relacionados diretamente com a UC

Programa:	2 – Gestão da UC
Ação:	2.7 Organização de acervo de estudos, documentos, atas, regulamentações e demais registros relacionados diretamente com a UC
Descrição:	
Esta ação tem por finalidade organizar, sistematizar e disponibilizar o acervo técnico, administrativo e institucional relacionado diretamente à unidade de conservação, abrangendo estudos, documentos, atas, regulamentações e demais registros pertinentes, de modo a fortalecer a memória institucional, qualificar a gestão da informação, ampliar a transparência e subsidiar a implementação, o acompanhamento e a continuidade do Plano de Gestão.	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Levantamento e organização do acervo existente</p> <ul style="list-style-type: none"> Levantar, reunir e sistematizar os estudos, documentos, atas, regulamentações, registros administrativos e demais materiais relacionados diretamente à unidade de conservação; Identificar a natureza, origem, data, conteúdo e relevância dos documentos disponíveis, distinguindo, quando pertinente, materiais técnicos, normativos, administrativos, cartográficos, históricos e de gestão; Avaliar lacunas, problemas de dispersão, duplicidade, ausência de padronização ou limitações de acesso às informações relacionadas à UC. <p>b) Estruturação do índice e sistema de consulta</p> <ul style="list-style-type: none"> Definir critérios de organização, classificação, nomenclatura, agrupamento e recuperação das informações que compõem o acervo da UC; Estruturar índice digital para consulta, com campos e referências mínimas que permitam localizar, identificar e compreender os documentos disponíveis; Definir, conforme a natureza dos documentos e as regras aplicáveis, quais informações poderão ser disponibilizadas para consulta pública e quais demandarão tratamento institucional específico. <p>c) Disponibilização, atualização e manutenção do acervo</p> <ul style="list-style-type: none"> Implantar a organização do acervo e disponibilizar o índice digital para consulta, observadas as condições institucionais e tecnológicas existentes; Incorporar de forma contínua novos documentos, atas, estudos, normativas e registros produzidos ao longo da implementação do Plano de Gestão; Realizar atualização periódica do índice e da organização do acervo, de modo a assegurar utilidade, rastreabilidade e continuidade administrativa das informações relacionadas à UC. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.2.8 Ação 2.8 - Capacitação das equipes do órgão gestor

Programa:	2 – Gestão da UC
Ação:	2.8 Capacitação das equipes do órgão gestor
Descrição:	
<p>Esta ação tem por finalidade planejar e promover a capacitação das equipes do órgão gestor com atuação relacionada à unidade de conservação, de forma contínua e compatível com as necessidades da gestão da UC, considerando alterações na composição das equipes, demandas operacionais, temas específicos e o apoio à implementação do Plano de Gestão, de modo a fortalecer capacidades institucionais, qualificar procedimentos e favorecer maior continuidade e efetividade na condução da unidade.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Identificação de necessidades de capacitação</p> <ul style="list-style-type: none"> Levantar e sistematizar as necessidades de capacitação das equipes do órgão gestor com interface na unidade de conservação, considerando funções exercidas, lacunas de conhecimento, mudanças na composição da equipe e exigências da implementação do Plano de Gestão; Identificar temas prioritários para formação, atualização e aperfeiçoamento, abrangendo aspectos técnicos, normativos, operacionais, administrativos e institucionais relacionados à gestão da UC; Considerar, entre os temas de capacitação, conteúdos voltados ao funcionamento do conselho da unidade, quando pertinente, sem sobreposição à ação específica de capacitação dos conselheiros. <p>b) Planejamento e organização das capacitações</p> <ul style="list-style-type: none"> Definir programação de capacitações de acordo com as necessidades identificadas, incluindo conteúdos, públicos, formatos, periodicidade e formas de registro; Priorizar capacitações iniciais para equipes recém-designadas e ações de atualização sempre que houver ingresso de novos membros, alterações institucionais relevantes ou necessidade de aprofundamento em temas específicos; Articular, quando cabível, parcerias com instituições públicas, entidades de apoio, instituições de ensino e pesquisa ou outros atores com capacidade de contribuir para os processos formativos. <p>c) Execução e acompanhamento das capacitações</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar as atividades de capacitação previstas, observando a disponibilidade institucional e a pertinência dos temas para a gestão da unidade; Registrar a realização das capacitações, os temas abordados, os públicos envolvidos e os encaminhamentos decorrentes; Acompanhar de forma periódica a necessidade de novas formações, atualizações e aperfeiçoamentos, de modo a manter o processo de capacitação ativo ao longo da vigência do Plano de Gestão. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.2.9 Ação 2.9 - Capacitação das equipes do órgão gestor

Programa:	2 – Gestão da UC
Ação:	2.9 Estudos e articulação para revisão poligonal, integração de áreas florestais do entorno e proposição de recategorização parcial da unidade
Descrição:	
<p>Esta ação tem por finalidade promover estudos, avaliações e articulações institucionais voltados à revisão do polígono da unidade de conservação, à análise da integração de áreas florestais do entorno à UC e à proposição de recategorização parcial de parcela da unidade para categoria de proteção integral, de modo a qualificar a configuração territorial da APA, fortalecer a proteção de áreas de maior relevância ambiental e subsidiar tecnicamente eventuais ajustes normativos e institucionais necessários à consolidação de sua gestão.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Levantamento preliminar e definição do escopo da revisão</p> <ul style="list-style-type: none"> Levantar e sistematizar informações cartográficas, ambientais, territoriais, fundiárias, normativas e institucionais relacionadas ao perímetro atual da unidade e às áreas florestais do entorno com potencial de integração à UC; Identificar preliminarmente trechos com necessidade de revisão poligonal, áreas de interesse para integração territorial e parcela da unidade com potencial para proposição de recategorização para proteção integral; Definir o escopo, os critérios e os elementos mínimos a serem considerados nos estudos e avaliações relacionados à revisão do perímetro, à ampliação ou integração territorial e à recategorização parcial. <p>b) Elaboração de estudos técnicos e jurídicos</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar estudos técnicos, ambientais, territoriais e, quando pertinente, fundiários, voltados à análise da viabilidade da revisão poligonal da APA, da integração de áreas florestais do entorno e da proposição de recategorização parcial da unidade; Avaliar a relevância ecológica, a conectividade ambiental, a coerência territorial, os usos existentes, as restrições incidentes e as implicações institucionais e legais das alterações em estudo; Produzir subsídios cartográficos, memoriais descritivos, justificativas técnicas e avaliações jurídicas preliminares que fundamentem eventual proposta de alteração da configuração territorial e da categoria de manejo em parte da unidade. <p>c) Articulação institucional e discussão da proposição</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover articulação com o órgão gestor, setores jurídicos e técnicos, órgãos ambientais competentes e demais instituições com interface sobre o território, visando à análise e ao aperfeiçoamento das alternativas em estudo; Quando pertinente, subsidiar processos de diálogo e discussão com instâncias participativas, proprietários, instituições e demais atores relacionados às áreas abrangidas pela proposição; Consolidar proposta técnica para revisão poligonal, integração territorial e recategorização parcial, com definição do conteúdo a ser encaminhado às instâncias competentes. <p>d) Encaminhamento e acompanhamento da proposta</p> <ul style="list-style-type: none"> Formalizar o encaminhamento da proposta às instâncias administrativas, técnicas e jurídicas competentes, conforme os procedimentos aplicáveis; Acompanhar a tramitação, as análises, os ajustes e os desdobramentos relacionados à proposta de revisão do polígono, integração de áreas e recategorização parcial da unidade; Atualizar registros, documentos e referências da gestão da UC sempre que houver avanço formal no processo ou necessidade de complementação dos estudos e subsídios apresentados. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.3 PROGRAMA 3 – PESQUISA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A gestão eficaz de uma Unidade de Conservação depende, em grande medida, da disponibilidade de informações qualificadas sobre seu território, seus ecossistemas, suas dinâmicas sociais e os processos de transformação que incidem sobre a área protegida. No caso da APA dos Morros da Guanabara, essa necessidade se torna ainda mais relevante em função da forte interface entre conservação ambiental e dinâmica urbana, uma vez que a unidade reúne remanescentes florestais estratégicos para a estabilidade ambiental e a conectividade ecológica, áreas com ocupação residencial de baixa densidade e setores com ocupação urbana consolidada, configuração que impõe desafios permanentes de ordenamento, fiscalização, adequação ambiental e mediação de conflitos territoriais. Nesse contexto, o Programa de Pesquisa e Educação Ambiental cumpre função estratégica ao articular dois campos complementares: a produção de conhecimento técnico-científico e a formação de uma cultura social favorável à conservação.

Assim, o objetivo geral deste Programa 3 é fortalecer a produção, a sistematização e a aplicação de conhecimentos sobre a Unidade de Conservação, bem como promover processos permanentes e articulados de educação ambiental, de modo a subsidiar a gestão, ampliar a compreensão pública sobre os atributos e desafios da UC, estimular a participação social e contribuir para a conservação dos ecossistemas e o uso sustentável do território.

A seguir, em formato de fichas, são apresentadas as ações do Programa 3 – Pesquisa e Educação Ambiental.

6.3.1 Ação 3.1 - Definição de normas e diretrizes para a pesquisa científica na UC

Programa:	3 – Pesquisa e Educação Ambiental
Ação:	3.1 Definição de normas e diretrizes para a pesquisa científica na UC
Descrição:	
<p>Esta ação tem por finalidade definir normas, critérios e diretrizes para a realização de pesquisas científicas na unidade de conservação, bem como orientar a priorização temática dos estudos de interesse para a gestão, de modo a compatibilizar a produção de conhecimento com os objetivos de conservação da UC, fortalecer a tomada de decisão e assegurar que os resultados das pesquisas possam subsidiar o planejamento, o monitoramento e a implementação do Plano de Gestão.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Definição de normas e diretrizes para realização de pesquisas na UC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantar referências institucionais, normativas e procedimentais aplicáveis à realização de pesquisas científicas em unidades de conservação; • Definir critérios e diretrizes para submissão, autorização, acompanhamento e registro de pesquisas na UC, em conformidade com as competências do órgão gestor e demais exigências aplicáveis; • Estabelecer orientações mínimas quanto ao acesso às áreas, prevenção de impactos, compartilhamento de informações e entrega de resultados das pesquisas realizadas na UC. <p>b) Priorização de estudos de interesse para a gestão da UC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir temas prioritários para pesquisa científica na UC, considerando as demandas do Plano de Gestão e as lacunas de conhecimento existentes; • Priorizar estudos relacionados a remanescentes de Mata Atlântica, flora nativa, incluindo espécies endêmicas e ameaçadas, recursos hídricos, ictiofauna e espécies-alvo de interesse, impactos e manejo de espécies exóticas, monitoramento socioambiental; • Revisar periodicamente a lista de temas prioritários, conforme a evolução das necessidades de gestão e os resultados obtidos ao longo da vigência do Plano de Gestão. <p>c) Definição de procedimentos para registro e aproveitamento dos resultados das pesquisas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer procedimentos para recebimento, organização e registro dos produtos gerados pelas pesquisas realizadas na UC; • Definir forma de incorporação dos resultados ao acervo técnico e à base de informações da unidade; • Orientar a utilização dos resultados das pesquisas como subsídio ao monitoramento, ao planejamento e à revisão de ações da UC. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.3.2 Ação 3.2 - Estabelecimento de convênios com universidades, instituições de pesquisa e instituições de ensino de nível médio no município

Programa:	3 – Pesquisa e Educação Ambiental
Ação:	3.2 Estabelecimento de convênios com universidades, instituições de pesquisa e instituições de ensino de nível médio no município
Descrição:	
Esta ação tem por finalidade promover a articulação e o estabelecimento de convênios, parcerias ou instrumentos equivalentes com universidades, centros de pesquisa, instituições de ensino de nível médio e instituições técnicas, visando ampliar a produção de conhecimento aplicado sobre a unidade de conservação, fortalecer a capacidade técnico-científica associada à gestão da UC e viabilizar estudos, projetos, monitoramentos e ações de apoio à implementação do Plano de Gestão.	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Identificação de instituições e oportunidades de cooperação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar universidades, centros de pesquisa, laboratórios, grupos de estudo e demais instituições com potencial de atuação em temas relevantes para a UC; • Mapear competências institucionais e linhas de pesquisa convergentes com as necessidades da unidade; • Incluir nas articulações escolas de nível médio, com possibilidade de desenvolvimento de programas de pesquisa articulados à educação ambiental, envolvendo alunos de ensino médio; • Priorizar oportunidades de cooperação relacionadas aos temas definidos como estratégicos para pesquisa e monitoramento da UC. <p>b) Articulação institucional e formalização de parcerias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover contatos, reuniões e tratativas institucionais com universidades e instituições de pesquisa para apresentação das demandas da UC; • Definir possibilidades de cooperação, tais como convênios, acordos de cooperação técnica, projetos de extensão, estágios, pesquisas aplicadas e ações conjuntas; • Prever nos convênios estabelecidos a programação de ações de educação ambiental relacionados aos temas pesquisados em parceria com a gestão da UC, estruturando uma dinâmica de produção e disseminação de informações sobre a UC; • Formalizar, quando viável, instrumentos de parceria com definição de objetivos, responsabilidades e formas de acompanhamento. <p>c) Acompanhamento das parcerias e aproveitamento dos resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a execução das parcerias estabelecidas, registrando produtos, atividades e contribuições para a gestão da UC; • Estimular que os resultados das cooperações estabelecidas sejam incorporados ao acervo técnico e utilizados como subsídio à implementação do Plano de Gestão; • Avaliar periodicamente a efetividade das parcerias firmadas e identificar novas oportunidades de cooperação. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.3.3 Ação 3.3 - Definição de estratégias articuladas de educação ambiental

Programa:	3 – Pesquisa e Educação Ambiental
Ação:	3.3 Definição de estratégias articuladas de educação ambiental
Descrição:	
Esta ação tem por finalidade definir estratégias articuladas de educação ambiental para a unidade de conservação, orientadas à sensibilização, à formação, à mobilização social e ao fortalecimento da compreensão pública sobre os atributos, objetivos e desafios da UC, de modo a favorecer processos contínuos de diálogo e participação social relacionados à conservação e ao uso sustentável do território.	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Identificação de públicos, temas prioritários e iniciativas existentes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os principais públicos de interesse para ações de educação ambiental associadas à UC, tais como comunidades, grupos locais, visitantes, instituições de ensino e demais segmentos sociais relacionados ao território; • Levantar temas prioritários para abordagem educativa, considerando biodiversidade, recursos hídricos, conservação da paisagem, uso sustentável, prevenção de impactos e papel da UC; • Identificar iniciativas, materiais e experiências já existentes no território que possam ser aproveitados ou articulados à estratégia da unidade. <p>b) Estruturação da estratégia de educação ambiental da UC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir diretrizes, objetivos, abordagens e prioridades para a educação ambiental no âmbito da UC; • Estabelecer formas de atuação adequadas aos diferentes públicos, considerando ações presenciais, materiais educativos, campanhas, rodas de conversa, atividades comunitárias e outros formatos compatíveis; • Articular a estratégia de educação ambiental com os demais programas da UC, especialmente com comunicação, participação social e pesquisa. <p>c) Orientação para implementação e revisão da estratégia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar documento orientador da estratégia de educação ambiental da UC; • Apoiar sua aplicação progressiva conforme prioridades institucionais e oportunidades de parceria; • Revisar periodicamente a estratégia com base na experiência de execução, no retorno dos públicos envolvidos e nas necessidades da gestão da UC. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.3.4 Ação 3.4 - Articulação com a Secretaria de Educação para programa de educação ambiental nas escolas e comunidades

Programa:	3 – Pesquisa e Educação Ambiental
Ação:	3.4 Articulação com a Secretaria de Educação para programa de educação ambiental nas escolas e comunidades
Descrição:	
<p>Esta ação tem por finalidade articular o órgão gestor da unidade de conservação com a Secretaria de Educação e demais instituições relacionadas, com vistas à estruturação e ao desenvolvimento de programa de educação ambiental voltado às escolas e comunidades inseridas no território da UC e em sua área de influência, de modo a ampliar o alcance social das ações educativas, fortalecer o vínculo da população com a unidade e promover processos formativos contínuos relacionados à conservação e ao uso sustentável do território.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Articulação institucional com a Secretaria de Educação e instituições locais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover diálogo com a Secretaria de Educação e com unidades escolares para apresentação da UC, de seus objetivos e das possibilidades de construção conjunta de ações educativas; • Identificar escolas, comunidades e demais públicos prioritários para desenvolvimento do programa; • Definir, em conjunto com as instituições parceiras, possibilidades de cooperação, inserção temática e formatos de atuação. <p>b) Estruturação do programa de educação ambiental para escolas e comunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar proposta de programa de educação ambiental com definição de temas prioritários, públicos, abordagens e formatos de atuação; • Prever ações compatíveis com a realidade local, como oficinas, rodas de conversa, materiais educativos, campanhas, atividades de sensibilização e ações comunitárias; • Integrar a abordagem da UC a conteúdos relacionados à conservação da biodiversidade, recursos hídricos, cidadania ambiental, valorização do território e prevenção de impactos. <p>c) Desenvolvimento e acompanhamento das ações do programa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a implementação progressiva das ações definidas no programa, conforme pactuação institucional e capacidade operacional; • Registrar e acompanhar as atividades realizadas, públicos alcançados e experiências desenvolvidas junto às escolas e comunidades; • Ajustar periodicamente o programa, conforme os resultados alcançados, as demandas dos parceiros e as prioridades da gestão da UC. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.4 PROGRAMA 4 – INCENTIVO AO USO SUSTENTÁVEL

A Área de Proteção Ambiental caracteriza-se como uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, conforme a Lei nº 9.985/2000, que permite a presença de propriedades privadas e a realização de diversas atividades produtivas, desde que compatíveis com os objetivos de conservação ambiental, incluindo assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Nesse contexto, a gestão da APA dos Morros da Guanabara demanda a promoção de estratégias que conciliem a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento sustentável das atividades econômicas e sociais existentes no território.

O objetivo geral do Programa 4 é promover, orientar e incentivar o uso sustentável dos recursos naturais na Área de Proteção Ambiental, por meio da articulação institucional, da implementação de boas práticas e da gestão adequada dos recursos ambientais, de forma a compatibilizar as atividades econômicas e sociais com a conservação dos ecossistemas e dos valores ambientais, culturais e paisagísticos da UC.

A seguir, em formato de fichas, são apresentadas as ações do Programa 4 – incentivo ao Uso Sustentável.

6.4.1 Ação 4.1 – Definição de potencialidades e riscos ambientais da UC

Programa:	4 – Incentivo ao Uso Sustentável
Ação:	4.1 Definição de potencialidades e riscos ambientais da UC
Descrição:	
<p>Esta ação visa identificar, analisar e sistematizar as principais potencialidades e riscos ambientais presentes no território da Área de Proteção Ambiental, considerando aspectos ecológicos, sociais, econômicos e culturais. O processo deverá ocorrer de forma participativa, com o envolvimento do Conselho Gestor da Unidade de Conservação e de outros atores locais, de modo a subsidiar a tomada de decisão na gestão da APA dos Morros da Guanabara e orientar estratégias de conservação, uso sustentável e prevenção de impactos ambientais. Os resultados obtidos deverão apoiar o planejamento e a priorização de ações de gestão ao longo da implementação do Plano de Manejo.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Levantamento de informações ambientais, territoriais e socioeconômicas</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar as áreas com fragilidade e risco ambiental, além de áreas prioritárias para conservação e com potencial para atividades/práticas sustentáveis, considerando aspectos ecológicos, sociais, econômicos e cultural; <p>b) Definição das potencialidades e riscos identificados na APA;</p> <ul style="list-style-type: none"> Elaborar diagnóstico preliminar das potencialidades e riscos identificados; Realizar reuniões técnicas com o Conselho Gestor para discussão do diagnóstico elaborado, e assim, incorporar as contribuições do Conselho Gestor e demais instituições técnicas pertinentes na avaliação e priorização das potencialidades e riscos; Promover discussões regulares quanto a potencialidades e riscos ambientais, buscando atualizar e acompanhar a dinâmica de evolução do território, considerando, inclusive, os próprios resultados da gestão da UC; Sistematizar as informações em relatório técnico ou material de apoio à gestão da Unidade de Conservação. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.4.2 Ação 4.2 - Promoção da Sustentabilidade e Boas Práticas

Programa:	4 – Incentivo ao Uso Sustentável
Ação:	4.2 Promoção da Sustentabilidade e Boas Práticas
Descrição:	
<p>Esta ação visa incentivar a adoção de práticas sustentáveis nas atividades realizadas e no manejo da APA dos Morros da Guanabara, especialmente relacionado aos usos do solo que possam gerar pressões sobre os recursos naturais. A iniciativa busca promover a articulação entre o órgão gestor da UC, órgãos de assistência técnica, instituições de pesquisa e comunidade local, fomentando práticas que conciliem conservação ambiental e redução de riscos ambientais, incluindo a prevenção de incêndios e outros impactos associados ao uso inadequado do território.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Articulação com programas e ações de órgãos do setor - Emater, EMBRAPA, Senar, entre outros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantar os programas e ações existentes de órgãos do setor (EMATER, EMBRAPA, SENAR, etc.) com atividades relacionadas ao tema de sustentabilidade e boas práticas com possibilidade de serem desenvolvidas na APA através de parcerias, convênios e articulações; • Promover, em parceria com os órgãos do setor, a capacitação de produtores rurais e técnicos municipais para produção de mudas de espécies nativas, coleta de sementes florestais, marcação de matrizes e armazenamento de sementes. <p>b) Ações e campanhas para prevenção e combate a incêndios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar as causas de incêndios florestais e queimadas ilegais, quando existentes; • Estabelecer parcerias com a Defesa Civil e órgãos ambientais para o monitoramento, prevenção e combate a incêndios florestais na APA; • Planejar e executar ações educativas e campanhas de conscientização voltadas à prevenção e combate à incêndios em áreas naturais e rurais. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.4.3 Ação 4.3 - Gestão de Recursos, Valores e Uso Público

Programa:	4 – Incentivo ao Uso Sustentável
Ação:	4.3 Gestão de Recursos, Valores e Uso Público
Descrição:	
<p>Esta ação tem como finalidade promover o reconhecimento, a proteção e a valorização dos recursos naturais, culturais e históricos existentes na APA dos Morros da Guanabara, bem como orientar o uso público do território de forma compatível com os objetivos de conservação da UC. A ação busca mapear e identificar potencialidades e riscos associados às atividades de turismo, lazer e manifestações culturais ou religiosas em ambientes naturais, estabelecendo diretrizes para seu ordenamento e monitoramento, de modo a evitar impactos negativos e promover a valorização do patrimônio ambiental e cultural local.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Mapeamento e monitoramento de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapear as áreas ou elementos de interesse arqueológico, histórico e cultural existentes no território da UC, com base em dados secundários, registros institucionais e informações fornecidas por atores locais; • Estabelecer parceria com Iphan, Inepac e instituições de pesquisa arqueológica com o objetivo de conhecer e preservar o patrimônio existente na UC; • Sistematizar, espacializar e incorporar as informações nas bases cartográficas da APA para monitoramento e considerações nas atividades de planejamento e gestão da UC; • Promover ações de controle e fiscalização dos bens patrimoniais existentes. <p>b) Articulação com comunidades locais e tradicionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover ações de diálogo, articulação e parcerias com as comunidades locais e/ou tradicionais presentes no território da UC; • Identificar demandas e promover a representação no Conselho e a participação das comunidades locais e/ou tradicionais em processos de gestão e tomada de decisão relacionados à APA. <p>c) Identificação do potencial e dos riscos do turismo e lazer</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar áreas e atividades com potencial para o desenvolvimento de turismo e lazer na APA, considerando atributos naturais, culturais e paisagísticos existentes; • Articular cooperação institucional com o órgão municipal competente; • Estabelecer parcerias e desenvolver atividades de conservação do território com empreendimentos e atividades econômicas relacionadas ao turismo e lazer; • Avaliar possíveis riscos e impactos ambientais associados nestes locais e para as atividades, de modo a subsidiar diretrizes para o ordenamento e a gestão do uso público na UC. <p>d) Avaliação, indicação e sinalização de trilhas e locais de uso público na UC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e indicar áreas com potencial para implantação ou formalização de trilhas e usos públicos destinados a atividades de recreação, educação ambiental e contemplação da natureza; • Articular com proprietários, usuários e responsáveis pelas áreas com ou com potencial para esse tipo de uso a organização e adequação das trilhas e dos locais, considerando aspectos de segurança, sensibilidade ambiental, acessibilidade e capacidade de carga; • Articular cooperação institucional com o órgão municipal competente e demais órgãos envolvidos buscando qualificar, divulgar e monitorar as trilhas e usos públicos na UC e sua articulação com atrativos e roteiros turísticos fora da UC; • Implantar e promover a manutenção regular de sinalizações informativas e orientativas nas trilhas e locais para apoio ao uso público. <p>e) Identificação e ordenamento de atividades religiosas em ambientes naturais</p>	

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

- Identificar atividades religiosas ou manifestações culturais realizadas em ambientes naturais da UC, considerando a localização, frequência/periodicidade e dinâmica de realização;
- Articular com usuários dos locais orientações e diretrizes para a realização destas atividades, de forma a compatibilizar tais práticas com a conservação ambiental e a gestão adequada dos espaços naturais;
- Promover o uso cultural e sustentável do território para práticas religiosas em ambientes naturais.

Fonte: Elaboração própria.

6.4.4 Ação 4.4 - Articulação com companhia de serviços de saneamento básico

Programa:	4 – Uso Público
Ação:	4.4 Articulação com a companhia serviços de saneamento básico
Descrição:	
<p>Esta ação visa a promover a articulação entre o órgão gestor da UC, prestadores de serviços de saneamento básico, incluindo a concessionária Águas de Niterói, e demais órgãos competentes, de modo a incentivar a ampliação e qualificação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, gestão de resíduos sólidos e demais componentes do saneamento ambiental no território da APA. A melhoria desses serviços constitui medida fundamental para reduzir pressões sobre os recursos hídricos, os ecossistemas e a qualidade ambiental da UC.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Levantamento e identificação das infraestruturas existentes e áreas prioritárias para atendimento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obter informações da concessionária Águas de Niterói e Companhia Municipal de Limpeza de Niterói referente a infraestrutura existente, cobertura de atendimento e áreas prioritárias para atendimento; • Identificar locais da APA com maior vulnerabilidade associada à ausência ou deficiência de serviços de saneamento, especialmente relacionados com a coleta e tratamento de esgotos e manejo de resíduos sólidos, inclusive pontos irregulares de lançamento de esgoto e disposição de resíduos sólidos. <p>b) Articulação com o órgão responsável pelos serviços de saneamento básico para ampliação e melhoria infraestrutura e dos serviços de saneamento existentes na APA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a articulação com a Companhia Municipal de Limpeza de Niterói, companhia responsável pelos serviços de saneamento básico, e poder público municipal para a melhoria da gestão e coleta de resíduos sólidos; • Promover a articulação com a concessionária Águas de Niterói responsável pelos serviços de saneamento básico e poder público municipal para a melhoria do abastecimento de água e da coleta e tratamento de esgotos; • Incluir as demandas de saneamento básico da APA dos Morros da Guanabara no Plano Municipal de Saneamento Básico de Niterói e em planos e programas de expansão dos serviços de saneamento básico. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.4.5 Ação 4.5 - Articulação com o(s) órgão(s) municipal(is) competente(s) para implantação e manutenção de vias e infraestruturas públicas

Programa:	4 – Incentivo ao Uso Sustentável
Ação:	4.5 Articulação com o(s) órgão(s) municipal(is) competente(s) para implantação e manutenção de vias e infraestruturas públicas
Descrição:	
<p>Esta ação busca promover a articulação entre o órgão gestor da UC e o(s) órgão(s) municipal(is) competente(s), visando orientar a implantação, manutenção ou adequação de vias e demais infraestruturas públicas na APA dos Morros da Guanabara. A iniciativa busca garantir que tais intervenções sejam compatíveis com os objetivos de conservação da UC, minimizando impactos ambientais e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a acessibilidade para a população residente.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Articulação institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar locais, vias e demais infraestruturas públicas na APA que necessitem de manutenção, adequação ou ainda serem implantadas; • Articular com o(s) órgão(s) municipal(is) competente(s) o desenvolvimento e execução de manutenção, adequação ou ainda implementação das infraestruturas públicas identificadas. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.4.6 Ação 4.6 - Gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos

Programa:	4 – Incentivo ao Uso Sustentável
Ação:	4.6 Gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos
Descrição:	
<p>Esta ação tem como objetivo promover a proteção e o uso sustentável dos recursos hídricos presentes na APA dos Morros da Guanabara, considerando tanto águas superficiais como águas subterrâneas. A iniciativa busca fortalecer a articulação com instituições responsáveis pela gestão hídrica, como Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá (CBH-BG), incentivar a regularização de usos da água e apoiar ações de monitoramento e controle de atividades potencialmente impactantes, contribuindo para a manutenção da qualidade e disponibilidade hídrica, a preservação e a melhoria das APP de curso hídrico no território da Unidade de Conservação.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Articulação com o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá (CBH-BG)</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover a articulação entre o órgão gestor da UC, conselho gestor da UC e o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá – CBH-BG, para integrar as demandas e diretrizes da APA aos processos de planejamento e gestão dos recursos hídricos na bacia; Promover a participação do órgão gestor e do Conselho da UC em reuniões técnicas do CBH-BG; Compartilhar informações e acompanhar de forma contínua os instrumentos de gestão de recursos hídricos na bacia em que a APA está inserida. <p>b) Fiscalização e regularização de poços</p> <ul style="list-style-type: none"> Mapear as captações de água subterrâneas existentes no território da APA dos Morros da Guanabara e identificar as que necessitam de regularização, em articulação com os órgãos competentes pela gestão dos recursos hídricos do município; Orientar e apoiar os proprietários no processo de regularização de poços de águas subterrânea na UC; Estabelecer procedimentos para fiscalização, monitoramento e controle destes locais; Fiscalizar a captação de água subterrânea no território da APA, conjuntamente com os órgãos competentes pela gestão e fiscalização dos recursos hídricos do município; <p>c) Fiscalização e regularização de lançamento de efluentes</p> <ul style="list-style-type: none"> Mapear e identificar pontos de lançamento de efluentes em corpos d'água localizados no interior da UC ou que drenam para a Unidade; Avaliar as condições de lançamento de efluentes dos pontos mapeados, incluindo informações sobre autorizações e licenciamento ambiental junto aos órgãos ambientais competentes; Estabelecer procedimentos para fiscalização, monitoramento e controle destes locais; Fiscalizar os pontos de lançamento de efluentes em corpos d'água próximos ou localizados no interior da UC, conjuntamente com os órgãos competentes pela gestão e fiscalização dos recursos hídricos do município; <p>d) Fiscalização e controle de áreas de recarga hídrica</p> <ul style="list-style-type: none"> Mapear e identificar áreas prioritárias para recarga de aquíferos no território da APA, considerando características geológicas, hidrológicas e de uso do solo; Avaliar as condições destas áreas, considerando as pressões antrópicas na região e riscos ambientais; 	

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

- Estabelecer procedimentos para fiscalização e controle das áreas identificadas, conjuntamente com os órgãos competentes pela gestão e fiscalização dos recursos hídricos do município.

Fonte: Elaboração própria.

6.5 PROGRAMA 5 – CONSERVAÇÃO DA FLORA E FAUNA

A conservação da flora e da fauna constitui um dos principais objetivos das Unidades de Conservação, sendo fundamental para a manutenção dos processos ecológicos, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados ao território protegido. No caso das Áreas de Proteção Ambiental, que admitem a presença de atividades produtivas e ocupação humana, torna-se ainda mais importante o estabelecimento de estratégias que permitam conciliar o uso do território com a conservação dos ecossistemas naturais.

O objetivo geral deste Programa é promover a conservação da biodiversidade da Área de Proteção Ambiental dos Morros da Guanabara, por meio do monitoramento da flora e da fauna silvestre, do estabelecimento de diretrizes para manejo e controle de espécies, da articulação institucional, de instrumentos de gestão ambiental e da promoção de ações voltadas à recuperação e manutenção da vegetação nativa e dos habitats naturais.

A seguir, em formato de fichas, são apresentadas as ações do Programa 5 – Conservação da Flora e Fauna.

6.5.1 Ação 5.1 - Articulação com o setor de licenciamento

Programa:	5 – Conservação da Flora e Fauna
Ação:	5.1 Articulação com o setor de licenciamento
Descrição:	
<p>Esta ação tem como objetivo promover a articulação entre a gestão da UC e os órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental, de modo a garantir que as diretrizes e objetivos de conservação da APA dos Morros da Guanabara sejam considerados nos processos de análise e autorização de atividades potencialmente impactantes. Essa articulação busca qualificar a avaliação ambiental de empreendimentos e atividades no território da Unidade de Conservação ou em sua área de influência, contribuindo para a proteção da biodiversidade local.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Estruturação da articulação institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover interlocução com o setor de licenciamento municipal para compartilhamento de informações técnicas relevantes sobre a biodiversidade e as áreas sensíveis da UC; • Definir, quando couber, diretrizes do Plano de Manejo para os processos de análise de licenciamento ambiental; <p>b) Participação e acompanhamento de discussões junto ao setor de licenciamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e participar, quando couber, em discussões ou consultas técnicas relacionadas a empreendimento com potencial poluidor sobre a APA. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.5.2 Ação 5.2 - Monitoramento da fauna e flora silvestre

Programa:	5 – Conservação da Flora e Fauna
Ação:	5.2 Monitoramento da fauna e flora silvestre
Descrição:	
<p>Esta ação tem como objetivo promover o acompanhamento das condições da fauna e da flora silvestre presentes na APA dos Morros da Guanabara, contribuindo para a geração e sistematização de informações sobre a biodiversidade local. O monitoramento poderá envolver a consolidação de dados existentes, registros de ocorrência de espécies, acompanhamento de áreas de interesse ecológico e articulação com instituições de pesquisa, órgãos ambientais e atores locais.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Levantamento e sistematização de informações existentes sobre a fauna e a flora da UC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantar as informações existentes sobre a fauna e a flora da Unidade de Conservação, com base em estudos técnicos, pesquisas acadêmicas, relatórios ambientais, bases de dados institucionais e registros de observações locais; • Promover a articulação com instituições de pesquisa, universidades, órgãos ambientais e outras organizações interessadas no desenvolvimento de estudos e atividades de monitoramento da biodiversidade no território da Unidade de Conservação; • Organizar e sistematizar as informações obtidas sobre a fauna e a flora da Unidade de Conservação em bases de dados, sistemas de informação geográfica e/ou relatórios técnicos; • Subsidiar, com base no material e informações levantadas, o acompanhamento das condições da biodiversidade ao longo da implementação do Plano de Manejo e os processos de tomada de decisão na gestão da APA. <p>b) Elaboração e definição da metodologia de monitoramento contínuo da biodiversidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e definir a metodologia de monitoramento contínuo da fauna e flora presente na APA, a partir do levantamento e identificação de espécies existentes no território. <p>c) Implementação do monitoramento da fauna e flora da UC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar monitoramento contínuo da fauna e flora silvestre na APA através de recursos próprios do órgão gestor ou de parcerias com outros órgãos e instituições; • Elaborar relatórios periódicos para consolidação das informações obtidas a partir dos monitoramentos realizados. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.5.3 Ação 5.3 - Normas e diretrizes para manejo de fauna sinantrópica e doméstica

Programa:	5 – Conservação da Flora e Fauna
Ação:	5.3 Normas e diretrizes para manejo de fauna sinantrópica e doméstica
Descrição:	
<p>Esta ação visa estabelecer orientações para o manejo e controle de espécies da fauna sinantrópica e de animais domésticos que possam gerar impactos sobre os ecossistemas e a fauna silvestre da Unidade de Conservação. A iniciativa busca orientar ações de prevenção, controle e sensibilização da população, de modo a reduzir conflitos entre fauna silvestre, atividades humanas e animais domésticos presentes no território da APA dos Morros da Guanabara.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Levantamento de conflitos e ocorrências no território da APA envolvendo fauna sinantrópicas e doméstica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar espécies de fauna sinantrópicas e doméstica ou situações/ocorrência de conflitos existentes na área da APA; • Identificar presença e risco de zoonoses relacionados ao manejo e contato com a fauna. <p>b) Elaboração de orientações técnicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar orientações técnicas para manejo e controle de fauna sinantrópica e doméstica, bem como de prevenção de zoonoses; • Considerar ações de educação ambiental, quando pertinente, a fim de orientar a população sobre espécies que oferecem risco de acidentes e as formas adequadas de prevenção e convivência segura. <p>c) Formalização das orientações técnicas para manejo e controle de fauna sinantrópica e doméstica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articular com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Transportes e demais órgãos municipais responsáveis pela gestão de animais domésticos para validação da proposta de diretrizes e orientações técnicas; • Formalizar as normas e orientações técnicas para manejo e controle de fauna sinantrópica e doméstica. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.5.4 Ação 5.4 - Estratégia de produção/obtenção e campanhas de plantio de mudas da flora nativa

Programa:	5 – Conservação da Flora e Fauna
Ação:	5.4 Estratégia de produção/obtenção e campanhas de plantio de mudas da flora nativa
Descrição:	
<p>Esta ação busca incentivar iniciativas de restauração ecológica, recuperação de áreas degradadas e enriquecimento da vegetação nativa no território da Unidade de Conservação. A estratégia envolve a produção e/ou obtenção de mudas de espécies nativas, sua distribuição para ações de recuperação ambiental e a realização de campanhas de plantio em áreas prioritárias, em articulação com instituições públicas, proprietários e comunidades locais.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Articulação com viveiros, órgãos ambientais e instituições parceiras para obtenção de mudas de espécies nativas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantar quais viveiros florestais, instituições de pesquisa e demais parceiros institucionais podem atuar como parcerias nas atividades de plantio de mudas; • Promover a articulação com estes locais identificados - viveiros florestais, órgãos ambientais, instituições de pesquisa e demais parceiros institucionais, para viabilizar a produção ou obtenção de mudas de espécies nativas adequadas à região. Essa articulação poderá envolver parcerias institucionais, programas de recuperação ambiental e iniciativas de compensação ou reposição florestal; • Desenvolver programa de produção e distribuição de mudas de espécies nativas pelos moradores da APA, proporcionando informações e acompanhamento técnico para a qualificação dos moradores interessados; • Planejar e definir quais as parcerias e a logística para realização das atividades de plantio de mudas. <p>b) Organização de campanhas de plantio de mudas envolvendo comunidades locais, escolas e/ou instituições parceiras</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizar campanhas de plantio de mudas nativas em áreas prioritárias da Unidade de Conservação, incentivando a participação de comunidades locais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e demais atores interessados; <p>c) Implementação das campanhas de plantio de mudas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover e executar as campanhas de plantio de mudas nativas; • Incentivar a utilização de espécies nativas adequadas às condições ecológicas da região. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.5.5 Ação 5.5 - Articulação para programas e ações de recomposição de APPs

Programa:	5 – Conservação da Flora e Fauna
Ação:	5.5 Articulação para programas e ações de recomposição de APPs
Descrição:	
<p>Esta ação visa a promover a articulação entre a gestão da Unidade de Conservação, órgãos ambientais, proprietários e demais instituições envolvidas para incentivar a recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas na APA. A iniciativa busca apoiar processos de adequação ambiental das propriedades, fortalecer a proteção dos recursos hídricos e contribuir para a recuperação da vegetação nativa em áreas ambientalmente sensíveis.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Identificação de Áreas de Preservação Permanente ou com necessidade de recomposição</p> <ul style="list-style-type: none"> Levantar e mapear APPs que apresentam degradação ambiental ou ausência de cobertura vegetal nativa, considerando informações cartográficas, registros ambientais e dados provenientes de cadastros ambientais ou estudos técnicos; <p>b) Articulação com programas e iniciativas voltadas à recuperação de APPs</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover articulação com órgãos ambientais, instituições públicas, organizações da sociedade civil e programas governamentais voltados à recuperação de áreas protegidas, buscando viabilizar apoio técnico, institucional ou financeiro para implementação de ações de recomposição de APPs; Articular com o Poder Público municipal a mobilização de recursos financeiros e institucionais para as atividades de recuperação; Promover, orientar e disseminar informações junto a proprietários e usuários do território da APA sobre a importância e os procedimentos para recomposição da vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente, considerando a legislação ambiental vigente; Promover ações de educação ambiental a fim de valorizar e divulgar as espécies nativas a serem utilizadas nos processos de recomposição. <p>c) Planejamento das ações de recomposição de APPs</p> <ul style="list-style-type: none"> Planejar as ações de recomposição de APPs identificadas como necessárias; Definir diretrizes técnicas para restauração ecológica, possíveis estratégias de implementação das ações de recomposição; Desenvolver e submeter a potenciais fontes de apoio projetos destinados à recomposição de APPs. <p>d) Realização das ações de recomposição de APPs</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementar e acompanhar as ações de recomposição das APPs realizadas. 	

Fonte: Elaboração própria.

6.5.6 Ação 5.6 - Articulação para programas e ações de recomposição ambiental de áreas degradadas

Programa:	5 – Conservação da Flora e Fauna
Ação:	5.6 Articulação para programas e ações de recomposição ambiental de áreas degradadas
Descrição:	
<p>Esta ação tem como objetivo promover a articulação com instituições públicas e privadas para incentivar a recuperação ambiental de áreas degradadas existentes na APA. A iniciativa busca estimular a implementação de ações de restauração ecológica, enriquecimento da vegetação nativa e melhoria das condições ambientais dessas áreas, contribuindo para a recuperação de funções ecológicas e para o fortalecimento da conectividade entre fragmentos de vegetação nativa.</p>	
Atividades, procedimentos e diretrizes:	
<p>a) Identificação e mapeamento de áreas degradadas</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar levantamento e mapeamento de áreas degradadas ou com baixa cobertura de vegetação nativa inseridas na APA dos Morros da Guanabara, considerando informações ambientais disponíveis, análise de uso e cobertura do solo e registros de degradação ambiental; <p>b) Articulação com programas e iniciativas voltadas à recuperação ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover articulação com órgãos ambientais, instituições públicas, organizações da sociedade civil e programas governamentais voltados à recuperação de áreas protegidas, buscando viabilizar apoio técnico, institucional ou financeiro para implementação de ações de recuperação ambiental e restauração; Promover ações de educação ambiental a fim de valorizar e divulgar as espécies nativas a serem utilizadas nos processos de recuperação ambiental. <p>c) Planejamento das ações de recuperação ambiental das áreas degradadas</p> <ul style="list-style-type: none"> Planejar as ações de recuperação ambiental nas áreas degradadas identificadas na APA, considerando os critérios de grau de degradação, importância ecológica, proximidade de corpos hídricos e potencial de conectividade entre fragmentos de vegetação nativa. Definir diretrizes técnicas para restauração ecológica, espécies vegetais recomendadas e possíveis estratégias de implementação das ações de recuperação. Desenvolver e submeter a potenciais fontes de apoio projetos destinados à recuperação e restauração de áreas degradadas. <p>d) Realização das ações de recuperação ambiental das áreas degradadas</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementar e acompanhar as ações de recuperação ambiental das áreas degradadas. 	

Fonte: Elaboração própria.



CBH
BAIÁ DE
GUANABARA
Comitê de Bacia do Região Hidrográfica do Estado da Guanabara
e dos Sistemas Legados de Maré e Jacaraguá



7 PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano de Monitoramento e Avaliação da APA dos Morros da Guanabara é apresentado no **Produto 4 e 5 – Plano de Monitoramento, Avaliação e Gestão** do Plano de Manejo, com a finalidade de estabelecer um sistema objetivo e operacional para acompanhar a implementação do Plano de Gestão, avaliar o avanço das ações previstas e subsidiar ajustes necessários ao longo da vigência do plano. Complementando diretamente os programas e ações apresentados no Plano de Gestão, o Plano de Monitoramento e Avaliação fornece a base metodológica para seu acompanhamento sistemático.

O Plano de Monitoramento e Avaliação está fundamentado em uma lógica de gestão por resultados e monitoramento contínuo, orientada por indicadores mensuráveis definidos a partir das ações previstas no Plano de Gestão. Seu objetivo é permitir o acompanhamento transparente e periódico da implementação do Plano de Manejo, identificando avanços, dificuldades e necessidades de reorientação, além de apoiar a tomada de decisão e o aperfeiçoamento da gestão.

As metas e indicadores foram estruturados para possibilitar a verificação do grau de implementação das ações ao longo do horizonte de 10 anos do Plano de Manejo, abrangendo diferentes escalas de análise, desde ações específicas até o conjunto do plano. As metas expressam os resultados esperados, enquanto os indicadores permitem aferir o progresso das ações e subsidiar a avaliação periódica da execução do Plano de Gestão.

O sistema proposto baseia-se na metodologia de indicadores e metas adaptada de Mota (2018). Nessa abordagem, cada ação do Plano de Gestão está associada a uma ou mais metas, a indicadores de acompanhamento e a métricas graduadas em cinco níveis de desempenho, representados por valores entre 0 e 1. O valor 0 corresponde à situação em que nenhuma atividade relacionada ao indicador foi iniciada, enquanto o valor 1 corresponde ao atingimento integral da meta estabelecida. Os níveis intermediários de 0,25, 0,50 e 0,75 representam etapas parciais de implementação, definidas conforme a especificidade de cada indicador (Quadro 7-1). Esse sistema permite acompanhar quantitativamente a evolução das

ações previstas e comparar, ano a ano, o que foi efetivamente alcançado em relação ao que estava previsto no cronograma do plano.

Quadro 7-1 - Níveis estabelecidos para acompanhamento dos indicadores de desempenho

Níveis	Descrição Geral
0,00	Ação não iniciada
0,25	Definido conforme especificidade da ação
0,50	
0,75	
1,00	Ação concluída

Fonte: Adaptado de Mota (2018).

Esses níveis representam estágios progressivos de execução, desde a não realização da ação até sua conclusão. Embora o sistema numérico seja comum a todos os indicadores, o conteúdo de cada nível intermediário foi definido de acordo com a natureza da ação monitorada, de modo a refletir marcos efetivos de implementação. Essa definição específica das métricas é fundamental para evitar avaliações genéricas e assegurar maior consistência na leitura dos resultados alcançados.

O Quadro 7-2 apresenta, de forma sistematizada, as metas e os indicadores das ações previstas no Plano de Gestão, constituindo a base de referência para o monitoramento periódico da implementação do Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara. A metodologia completa, cronograma e a apresentação das métricas por indicador são apresentados no **Produto 4 e 5 – Plano de Monitoramento, Avaliação e Gestão**.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Quadro 7-2 - Metas e Indicadores das Ações.

Programa		Ação		Atividades	Metas				
1.	Estruturação do Conselho	1.1	Definir, instituir e assegurar o funcionamento do Conselho da UC	a) Definição da composição e Decreto de criação	1 - Conselho da unidade de conservação com composição definida, instituído por ato normativo e instalado, com representantes formalmente designados, até o 2º ano de vigência do Plano de Gestão. 2 - Processo de capacitação continuada dos membros do Conselho implantado e mantido durante toda a vigência do Plano de Gestão. 3 - Sistemática de funcionamento e estatuto do Conselho definidos, aprovados e formalizados até o 2º ano de vigência do Plano de Gestão.				
				b) Inscrição, eleição e instalação do Conselho					
				c) Capacitação dos membros do conselho					
				d) Definição da sistemática de funcionamento e) Aprovação do Estatuto do Conselho					
2.	Gestão da Unidade de Conservação	2.1	Indicação do gestor e definição de atribuições e instrumento normativo	a) Levantamento institucional e definição da proposta b) Indicação e formalização do gestor c) Elaboração e formalização do instrumento normativo	Gestor da unidade de conservação formalmente indicado, com atribuições definidas e instrumento normativo publicado, até o 1º ano de vigência do Plano de Gestão.				
				2.2	Estabelecimento da infraestrutura operacional	a) Levantamento das necessidades de infraestrutura operacional b) Planejamento e estruturação da infraestrutura da UC c) Implantação e manutenção das condições operacionais mínimas	1 - Infraestrutura operacional mínima da unidade de conservação definida e implantada até o 2º ano de vigência do Plano de Gestão. 2 - Condições operacionais básicas da gestão da UC mantidas ao longo da vigência do Plano de Gestão, conforme necessidade de reposição, adequação ou atualização.		
						2.3	Proposição e implementação do PPA da UC	a) Definição da sistemática e diretrizes para o PPA da UC b) Elaboração e pactuação dos ciclos do PPA c) Implementação e acompanhamento do PPA da UC	1 - Sistemática do PPA da UC definida e primeiro ciclo elaborado e pactuado até o 2º ano de vigência do Plano de Gestão. 2 - Ciclos do PPA da UC implementados e atualizados ao longo da vigência do Plano de Gestão (meta bianual ou ajustada ao período).
								2.4	Estratégia e estrutura de fiscalização

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Programa	Ação	Atividades	Metas	
			naturais implementadas e mantidas ao longo da vigência do Plano de Gestão.	
	2.5	Articulação com INEA, órgãos estaduais e federais para ações de mosaico e corredores	a) Identificação de interfaces institucionais e territoriais b) Estruturação da articulação institucional c) Participação e desenvolvimento de ações relacionadas a mosaico e corredores	Articulação institucional da unidade de conservação com o INEA e com órgãos estaduais e federais, para inserção em ações relacionadas a mosaicos e corredores, estabelecida e mantida ao longo da vigência do Plano de Gestão.
	2.6	Elaboração e implementação do Plano de Comunicação da UC	a) Definição de imagem, estratégia e mensagens-chave b) Definição de públicos-alvo e canais de comunicação c) Definição e implementação da sinalização da UC d) Implementação e monitoramento da comunicação da UC e) Implantação e operação de canal interativo de comunicação com a gestão da UC	1 - Plano de Comunicação da unidade de conservação elaborado, com definição de identidade, mensagens-chave, públicos, canais, diretrizes de sinalização e mecanismo de comunicação interativa com a gestão, até o 2º ano de vigência do Plano de Gestão. 2 - Ações de comunicação institucional, sinalização prioritária e canal interativo com a gestão da UC implementados e monitorados ao longo da vigência do Plano de Gestão.
	2.7	Organização de acervo de estudos, documentos, atas, regulamentações e demais registros relacionados diretamente com a UC	a) Levantamento e organização do acervo existente b) Estruturação do índice e sistema de consulta c) Disponibilização, atualização e manutenção do acervo	1 - Acervo documental da unidade de conservação levantado, organizado e estruturado em índice digital para consulta até o 2º ano de vigência do Plano de Gestão. 2 - Acervo documental da UC atualizado e mantido de forma contínua ao longo da vigência do Plano de Gestão.
	2.8	Capacitação das equipes do órgão gestor	a) Identificação de necessidades de capacitação b) Planejamento e organização das capacitações c) Execução e acompanhamento das capacitações	1 - Processo de capacitação das equipes do órgão gestor estruturado e implantado até o 2º ano de vigência do Plano de Gestão. 2 - Capacitação das equipes do órgão gestor mantida de forma contínua ao longo da vigência do Plano de Gestão, considerando renovação de equipes e temas específicos necessários à gestão da UC.
	2.9	Estudos e articulação para revisão poligonal, integração de áreas florestais do entorno e proposição de	a) Levantamento preliminar e definição do escopo da revisão b) Elaboração de estudos técnicos e jurídicos c) Articulação institucional e discussão da proposição d) Encaminhamento e acompanhamento da proposta	1 - Estudos técnicos, territoriais e jurídicos para revisão poligonal da unidade, integração de áreas florestais do entorno e avaliação de recategorização parcial concluídos até o 3º ano de vigência do Plano de Gestão.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Programa		Ação		Atividades	Metas
			recategorização parcial da unidade		2 - Proposta técnica de revisão poligonal, integração territorial e recategorização parcial da unidade consolidada e formalmente encaminhada às instâncias competentes até o 5º ano de vigência do Plano de Gestão.
3	Pesquisa e Educação Ambiental	3.1	Definição de normas e diretrizes para a pesquisa científica na UC	a) Definição de normas e diretrizes para realização de pesquisas na UC	1 - Normas e diretrizes para realização de pesquisas científicas na UC definidas e formalizadas até o 2º ano de vigência do Plano de Gestão.
				b) Priorização de estudos de interesse para a gestão da UC	2 - Temas prioritários de pesquisa definidos e incorporados como referência para a gestão da UC até o 2º ano de vigência do Plano de Gestão.
				c) Definição de procedimentos para registro e aproveitamento dos resultados das pesquisas	
3.2	Estabelecimento de convênios com universidades, instituições de pesquisa e instituições de ensino de nível médio no município	a) Identificação de instituições e oportunidades de cooperação	1 - Instituições de ensino e pesquisa com potencial de cooperação para a UC identificadas e articuladas até o 3º ano de vigência do Plano de Gestão.		
		b) Articulação institucional e formalização de parcerias	2 - Parcerias, convênios ou instrumentos equivalentes com universidades e instituições de pesquisa estabelecidos e acompanhados ao longo da vigência do Plano de Gestão.		
		c) Acompanhamento das parcerias e aproveitamento dos resultados			
3.3	Definição de estratégias articuladas de educação ambiental	a) Identificação de públicos, temas prioritários e iniciativas existentes	1 - Estratégia articulada de educação ambiental da UC definida e estruturada até o 2º ano de vigência do Plano de Gestão.		
		b) Estruturação da estratégia de educação ambiental da UC	2 - Estratégia de educação ambiental aplicada e revisada periodicamente ao longo da vigência do Plano de Gestão.		
		c) Orientação para implementação e revisão da estratégia			
3.4	Articulação com a Secretaria de Educação para programa de educação ambiental nas escolas e comunidades	a) Articulação institucional com a Secretaria de Educação e instituições locais	1 - Articulação com a Secretaria de Educação e instituições de ensino realizada e programa de educação ambiental para escolas e comunidades estruturado até o 3º ano de vigência do Plano de Gestão.		
		b) Estruturação do programa de educação ambiental para escolas e comunidades	2 - Programa de educação ambiental desenvolvido com ações recorrentes junto a escolas e comunidades ao longo da vigência do Plano de Gestão.		
		c) Desenvolvimento e acompanhamento das ações do programa			
4	Incentivo ao Uso Sustentável	4.1	Definição de potencialidades e riscos ambientais da UC	a) Levantamento de informações ambientais, territoriais e socioeconômicas	Potencialidades e riscos ambientais da UC identificados e validados pelo Conselho até o 3º ano de vigência do Plano de Gestão.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Programa	Ação	Atividades	Metas
		b) Definição das potencialidades e riscos identificados na APA	
	4.2 Promoção da Sustentabilidade e Boas Práticas	a) Articulação com programas e ações de órgãos do setor - Emater, EMBRAPA, Senar, entre outros	1 - Estabelecer parcerias com instituições do setor produtivo para apoio a práticas sustentáveis no território da UC.
		b) Ações e campanhas para prevenção e combate a incêndios	2 - Desenvolver e implementar ações preventivas e campanhas de conscientização sobre incêndios na UC.
	4.3 Gestão de Recursos, Valores e Uso Público	a) Mapeamento e monitoramento de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural	1 – Identificar e monitorar o patrimônio arqueológico, histórico e cultural existente na UC.
		b) Articulação com comunidades locais e tradicionais	2 – Estabelecer cooperação e diálogo com comunidades tradicionais existentes na UC.
		c) Identificação do potencial e dos riscos do turismo e lazer	3 – Avaliar o potencial de turismo e lazer e estabelecer parcerias e diretrizes de uso.
		d) Avaliação, indicação e sinalização de trilhas e locais de uso público na UC	4 – Estruturar e sinalizar trilhas e locais para o uso público ordenado na UC.
		e) Identificação e ordenamento de atividades religiosas em ambientes naturais	5 – Organizar e orientar a realização de atividades religiosas na UC de forma compatível com a conservação.
	4.4 Articulação com a concessionária de serviços de saneamento básico	a) Levantamento e identificação das infraestruturas existentes e áreas prioritárias para atendimento b) Articulação com a concessionária responsável pelos serviços de saneamento básico para ampliação e melhoria infraestrutura e dos serviços de saneamento existentes na APA	Estabelecer cooperação institucional com a companhia e órgãos responsáveis para a melhoria dos serviços de saneamento básico na UC.
	4.5 Articulação com a Secretaria de Obras e Serviços Públicos para implantação e manutenção de vias e infraestruturas públicas	a) Articulação institucional	Integrar a gestão da UC ao planejamento e manutenção de infraestruturas públicas do município.
	4.6 Gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos	a) Articulação com o CBH-BG	1 - Integrar a UC às ações e planejamento do CBH-BG.
		b) Fiscalização e regularização de poços	2 - Promover o controle e regularização do uso de águas subterrâneas na UC.
		c) Fiscalização e regularização de lançamento de efluentes	3 – Controlar e regularizar lançamentos de efluentes na área da UC.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Programa		Ação		Atividades	Metas
				d) Fiscalização e controle de áreas de recarga hídrica	4 - Proteger áreas estratégicas de recarga hídrica na UC.
5	Conservação da Flora e Fauna	5.1	Articulação com o setor de licenciamento	a) Estruturação da articulação institucional b) Participação e acompanhamento de discussões junto ao setor de licenciamento	Integrar a gestão da UC ao processo de licenciamento ambiental.
		5.2	Monitoramento da fauna e flora silvestre	a) Levantamento e sistematização de informações existentes sobre a fauna e a flora da UC b) Elaboração e definição da metodologia de monitoramento contínuo da biodiversidade c) Implementação do monitoramento da fauna e flora da UC	Implementar monitoramento contínuo da biodiversidade na UC.
		5.3	Normas e diretrizes para manejo de fauna sinantrópica e doméstica	a) Levantamento de conflitos e ocorrências no território da APA envolvendo fauna sinantrópicas e doméstica b) Elaboração de orientações técnicas c) Formalização das orientações técnicas para manejo e controle de fauna sinantrópica e doméstica	Estabelecer diretrizes para manejo e controle de fauna sinantrópica e doméstica.
		5.4	Estratégia de produção/obtenção, distribuição e campanhas de plantio de mudas da flora silvestre	a) Articulação com viveiros, órgãos ambientais e instituições parceiras para obtenção de mudas de espécies nativas b) Organização de campanhas de plantio de mudas envolvendo comunidades locais, escolas e/ou instituições parceiras c) Implementação das campanhas de plantio de mudas	Promover ações de restauração com uso de mudas de espécies nativas.
		5.5	Articulação para programas e ações de recomposição de APPs	a) Identificação de Áreas de Preservação Permanente ou com necessidade de recomposição b) Articulação com programas e iniciativas voltadas à recuperação de APPs c) Planejamento das ações de recomposição de APPs d) Realização das ações de recomposição de APPs	Promover ações de recomposição de APPs na área da UC.
		5.6	Articulação para programas e ações de recomposição ambiental de áreas degradadas	a) Identificação e mapeamento de áreas degradadas b) Articulação com programas e iniciativas voltadas à recuperação ambiental c) Planejamento das ações de recuperação ambiental das áreas degradadas d) Realização das ações de recuperação ambiental das áreas degradadas	Implementar ações de recuperação ambiental em áreas degradadas da UC.

Fonte: Elaboração própria.

O cronograma do Plano de Monitoramento e Avaliação, apresenta, para cada indicador, os valores esperados de implementação ao longo dos 10 anos de vigência do Plano de Manejo. Esses valores expressam a trajetória prevista de avanço das ações e constituem a referência para comparação com os resultados efetivamente observados durante a execução. A soma dos valores esperados de todos os indicadores em cada ano permite estimar o nível previsto de implementação do Plano de Gestão naquele período, servindo como base para o acompanhamento quantitativo do desempenho global do plano.

Essa lógica de acompanhamento permite verificar anualmente o quanto do que estava previsto foi de fato alcançado. A partir da comparação entre expectativa e implementação observada, torna-se possível calcular o percentual de execução do plano em cada período, identificar pontos críticos, reconhecer ações com melhor desempenho e orientar prioridades de gestão para os anos seguintes. O acompanhamento poderá ser realizado em diferentes escalas, conforme a necessidade analítica da gestão, abrangendo o conjunto do plano, programas específicos, ações individualizadas ou metas determinadas.

O Quadro 7-3 apresenta os valores esperados de implementação para o cronograma ao longo do horizonte de planejamento, consolidados para o conjunto das ações do Plano de Gestão da APA dos Morros da Guanabara. Esse quadro sintetiza a progressão prevista dos indicadores e permite visualizar, de forma integrada, a distribuição temporal da implementação planejada. Observa-se que a expectativa acumulada de implementação cresce progressivamente nos primeiros anos, até atingir o valor 47 no 6º ano, patamar que se mantém até o 10º ano. Esse comportamento indica que a maior parte das metas previstas deverá estar integralmente estruturada até a metade final do horizonte de vigência do plano, permanecendo, nos anos subsequentes, a necessidade de manutenção, consolidação e continuidade das ações implantadas.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Quadro 7-3 – Cronograma com os valores esperados de implementação ao longo dos 10 anos.

Ação		Indicadores	Valores esperados no Cronograma										
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1.1	Definir, instituir e assegurar o funcionamento do Conselho da UC	1 - Grau de implementação da definição da criação e instalação do Conselho da unidade de conservação.	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação do processo de capacitação dos membros do Conselho.	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		3 - Grau de implementação da definição, aprovação e formalização da sistemática de funcionamento e do estatuto do Conselho.	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2.1	Indicação do gestor e definição de atribuições e instrumento normativo	Grau de implementação da indicação formal do gestor da UC e da definição de suas atribuições em instrumento normativo.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2.2	Estabelecimento da infraestrutura operacional	1 - Grau de implementação da infraestrutura operacional mínima da unidade de conservação.	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de manutenção das condições operacionais básicas da gestão da UC ao longo da vigência do Plano de Gestão.	0	0	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1
2.3	Proposição e implementação do PPA da UC	1 - Grau de implementação da definição da sistemática e da elaboração do primeiro ciclo do PPA da UC.	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação dos ciclos do PPA da UC ao longo da vigência do Plano de Gestão.	0	0,25	0,5	0,75	0,75	1	1	1	1	1	1
2.4	Estratégia e estrutura de fiscalização	1 - Grau de implementação da estratégia e da articulação institucional para fiscalização da UC.	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação das ações de fiscalização da caça e de atividades ilegais relacionadas aos recursos naturais na UC.	0,25	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1
2.5	Articulação com INEA, órgãos estaduais e federais para ações de mosaico e corredores	Grau de implementação da articulação institucional da UC com o INEA e demais órgãos estaduais e federais para ações de mosaico e corredores.	0,25	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1	
2.6	Elaboração e implementação do Plano de Comunicação da UC	1 - Grau de implementação da elaboração e formalização do Plano de Comunicação da UC, incluindo diretrizes de interação com a sociedade.	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação das ações de comunicação institucional, da sinalização prioritária e do canal interativo com a gestão da UC.	0	0,25	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1
2.7	Organização de acervo de estudos, documentos, atas, regulamentações e demais registros relacionados diretamente com a UC	1 - Grau de implementação da organização do acervo documental e da estruturação do índice digital da UC.	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação da atualização e manutenção contínua do acervo documental da UC.	0	0	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1
2.8	Capacitação das equipes do órgão gestor	1 - Grau de implementação da estruturação e implantação do processo de capacitação das equipes do órgão gestor da UC.	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Ação		Indicadores	Valores esperados no Cronograma										
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
		2 - Grau de implementação da realização continuada de capacitações das equipes do órgão gestor da UC.	0	0,25	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1
2.9	Estudos e articulação para revisão poligonal, integração de áreas florestais do entorno e proposição de recategorização parcial da unidade	1 - Grau de implementação dos estudos e avaliações para revisão poligonal, integração de áreas do entorno e recategorização parcial da unidade.	0,25	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação da consolidação, encaminhamento e acompanhamento da proposta de revisão poligonal, integração territorial e recategorização parcial da unidade.	0	0,25	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1
3.1	Definição de normas e diretrizes para a pesquisa científica na UC	1 - Grau de implementação da definição e formalização das normas e diretrizes para pesquisa científica na UC.	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação da definição e adoção dos temas prioritários de pesquisa para a gestão da UC.	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
3.2	Estabelecimento de convênios com universidades, instituições de pesquisa e instituições de ensino de nível médio no município	1 - Grau de implementação da identificação e articulação institucional com universidades e instituições de pesquisa.	0,25	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação do estabelecimento e acompanhamento de parcerias e convênios para apoio à gestão da UC.	0	0,25	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1
3.3	Definição de estratégias articuladas de educação ambiental	1 - Grau de implementação da definição e estruturação da estratégia articulada de educação ambiental da UC.	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação da aplicação e revisão periódica da estratégia de educação ambiental da UC.	0	0,25	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1
3.4	Articulação com a Secretaria de Educação para programa de educação ambiental nas escolas e comunidades	1 - Grau de implementação da articulação institucional e da estruturação do programa de educação ambiental para escolas e comunidades.	0,25	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação do desenvolvimento recorrente de ações do programa de educação ambiental junto a escolas e comunidades.	0	0	0,25	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1
4.1	Definição de potencialidades e riscos ambientais da UC	Grau de implementação da avaliação de potencialidades e riscos da UC.	0	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4.2	Promoção da Sustentabilidade e Boas Práticas	1 - Grau de implementação das parcerias institucionais.	0	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação das ações de prevenção a incêndios.	0	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1
4.3	Gestão de Recursos, Valores e Uso Público	1 - Grau de implementação do mapeamento do patrimônio.	0,25	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de articulação com comunidades tradicionais existentes na UC.	0,25	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		3 - Grau de planejamento do turismo e lazer na UC.	0,25	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		4 - Grau de implementação de trilhas.	0	0,25	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Ação		Indicadores	Valores esperados no Cronograma											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
		5 – Grau de ordenamento das atividades religiosas em ambientes naturais.	0,25	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4.4	Articulação com a concessionária de serviços de saneamento básico	Grau de implementação da articulação com a companhia responsável pelos serviços de saneamento básico.	0,25	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4.5	Articulação com a Secretaria de Obras e Serviços Públicos para implantação e manutenção de vias e infraestruturas públicas	Grau de articulação com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.	0,25	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4.6	Gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos	1 - Grau de articulação com o CBH-BG.	0,25	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		2 - Grau de implementação das ações de fiscalização de poços.	0,25	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		3 - Grau de implementação das ações de controle de efluentes.	0,25	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
		4 - Grau de implementação das ações de controle em áreas de recarga.	0,25	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
5.1	Articulação com o setor de licenciamento	Grau de articulação com o licenciamento ambiental.	0,25	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
5.2	Monitoramento da fauna e flora silvestre	Grau de implementação do monitoramento.	0	0,25	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1
5.3	Normas e diretrizes para manejo de fauna sinantrópica e doméstica	Grau de implementação das diretrizes.	0,25	0,5	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1
5.4	Estratégia de produção/obtenção, distribuição e campanhas de plantio de mudas da flora silvestre	Grau de implementação da estratégia de plantio.	0	0,25	0,75	1	1	1	1	1	1	1	1	1
5.5	Articulação para programas e ações de recomposição de APPs	Grau de implementação das ações de recomposição de APPs.	0,25	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
5.6	Articulação para programas e ações de recomposição ambiental de áreas degradadas	Grau de implementação da recuperação ambiental.	0,25	0,5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Valor Total Esperado por ano			12,5	28,25	40,25	44,25	46,5	47	47	47	47	47	47	47

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos valores esperados de implementação ao longo do horizonte de planejamento, consolidados para o conjunto das ações do Plano de Gestão da APA dos Morros da Guanabara, apresentado no **Produto 4 e 5**, o Quadro 7-4 apresenta uma simulação de acompanhamento anual da implementação do Plano de Gestão, com a indicação da expectativa prevista no plano, de valores implementados simulados e do respectivo percentual de implementação correspondente. Trata-se, portanto, de um exercício ilustrativo, elaborado com a finalidade de demonstrar a aplicação prática da metodologia de monitoramento e avaliação proposta neste capítulo, e não do registro de resultados reais de execução do Plano de Manejo.

Quadro 7-4 - Simulação de acompanhamento anual da implementação do Plano de Gestão da APA dos Morros da Guanabara.

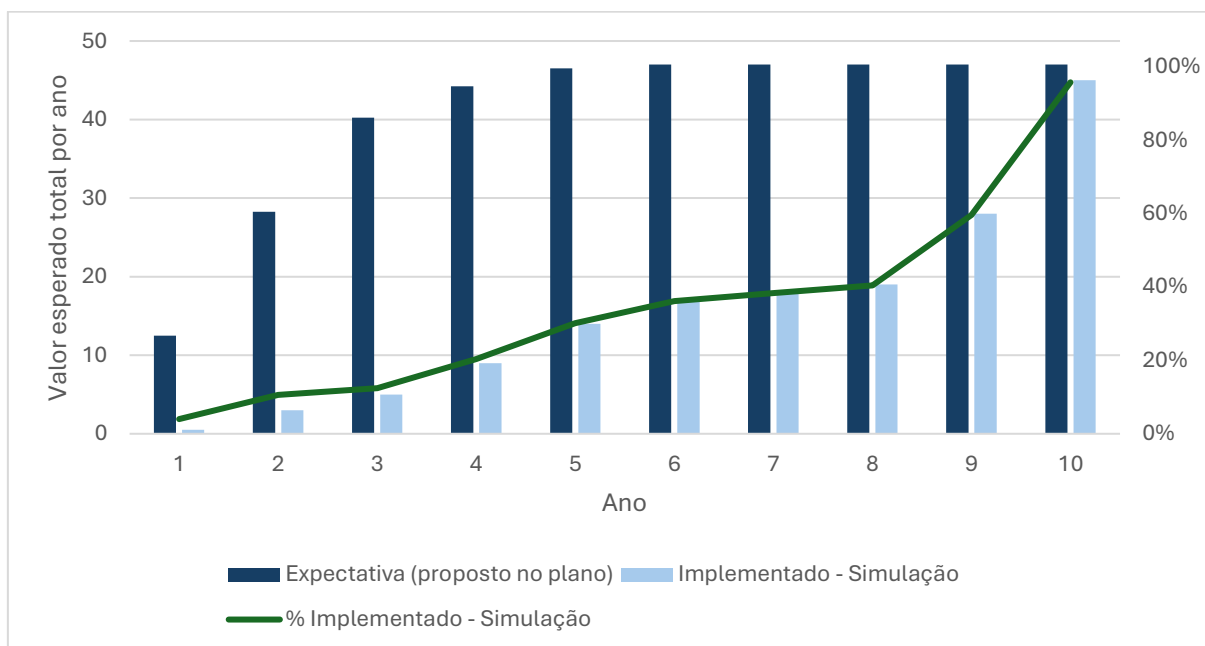
Ano	Expectativa (proposto no plano)	Implementado - Simulação	% Implementado - Simulação
1	12,5	0,5	4%
2	28,25	3	11%
3	40,25	5	12%
4	44,25	9	20%
5	46,5	14	30%
6	47	17	36%
7	47	18	38%
8	47	19	40%
9	47	28	60%
10	47	45	96%

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 7-1 apresenta a representação gráfica dessa mesma simulação de acompanhamento. Sua função é ilustrar visualmente a forma de apresentação do acompanhamento da implementação ao longo do horizonte de planejamento, evidenciando, de modo demonstrativo, a relação entre os valores esperados e os valores implementados em uma situação simulada.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Figura 7-1 - Simulação gráfica da evolução da implementação do Plano de Gestão da APA dos Morros da Guanabara ao longo do horizonte de planejamento.



Fonte: Elaboração própria.

A simulação apresentada no Quadro 7-4 e na Figura 7-1 tem caráter exclusivamente ilustrativo e foi elaborada apenas para exemplificar a forma de aplicação da metodologia de monitoramento e avaliação proposta. Seu objetivo é demonstrar, de maneira sintética, como poderão ser organizadas e apresentadas, ao longo da implementação do Plano de Manejo, as informações relativas aos valores esperados, aos valores observados e aos percentuais correspondentes de execução. Não se trata, portanto, de resultado efetivo de monitoramento, nem de projeção a ser adotada para a gestão da unidade, mas de um exemplo de como o sistema de acompanhamento poderá ser operacionalizado.

8 PROCESSOS PARTICIPATIVOS

Para a elaboração do Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara foram realizadas 4 (quatro) oficinas presenciais no município de Niterói - RJ, conforme eventos detalhados no Quadro 8-1, incluindo o evento de apresentação final deste Plano Consolidado.

O Produto 4 e o Produto 5, por serem complementares e interrelacionados, contaram com sua discussão em oficina conjunta.

Quadro 8-1 – Processos participativos realizados para a elaboração do Plano de Manejo.

Etapa	Data Oficina / Evento	Nº de Participantes
Produto 2 - Diagnóstico	12 de novembro de 2025	22
Produto 3 – Zoneamento	29 de janeiro de 2026	38
Produto 4 – Plano de Gestão	27 de março de 2026	20
Produto 5 – Plano de Monitoramento e Avaliação		
Produto 6 – Plano de Manejo Consolidado	21 de maio de 2026	*

Legenda: * Evento a ser realizado após o fechamento deste documento.

Fonte: Elaboração própria.

Como forma de assegurar participação efetiva e qualificada nas oficinas, o município indicou um ponto focal, que atuou como elo de comunicação entre o corpo técnico do Consórcio e o município. Inicialmente, o ponto focal disponibilizou uma lista prévia de contatos (nome, e-mail e telefone), posteriormente complementada, quando necessário, pela equipe de mobilização.

Para cada evento, foram enviados convites por e-mail e WhatsApp, informando os participantes sobre os objetivos das oficinas e esclarecendo eventuais dúvidas relacionadas ao processo participativo.

A cada oficina, a lista de contatos foi sendo atualizada e ampliada com a inclusão de novos participantes identificados a partir da lista de presença da etapa anterior. Essa estratégia possibilitou a continuidade do engajamento dos atores já envolvidos no processo, bem como a incorporação de novos participantes.

Para fins de organização e controle de participação, foi utilizado um formulário de inscrição on-line, disponibilizado por meio de link eletrônico, permitindo o registro dos participantes e o adequado planejamento da estrutura do evento. Adicionalmente, próximo à data de realização da oficina, foi encaminhada uma

mensagem de confirmação via WhatsApp aos inscritos, com o objetivo de reforçar a participação e otimizar a estimativa de público presente.

O processo participativo de elaboração do Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara, constituiu uma etapa estratégica voltada à qualificação técnica e à validação social dos instrumentos propostos. Nesse contexto, os eventos tiveram como objetivo central analisar, discutir e aprimorar os produtos elaborados para as respectivas etapas, fundamentais para a implementação, acompanhamento e gestão da unidade de conservação.

As informações detalhadas sobre a execução de cada evento são apresentadas nos respectivos Produtos - **Produto 2** (especificamente na NT5 – Oficina de Diagnóstico), **Produto 3 e Produto 4 e 5**, incluindo a metodologia, registros fotográficos, listas de presença e demais informações pertinentes. A oficina correspondente ao **Produto 6** é apresentada em apêndice desse documento (Apêndice 1).

9 PRODUTOS DO PLANO DE MANEJO

Os produtos de cada etapa do Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara correspondem ao conjunto completo de estudos e atividades desenvolvidas durante a elaboração do Plano.

Ao todo, foram elaborados seis produtos, incluindo o presente Plano de Manejo Consolidado (**Produto 6**), conforme apresentado na Figura 9-1.

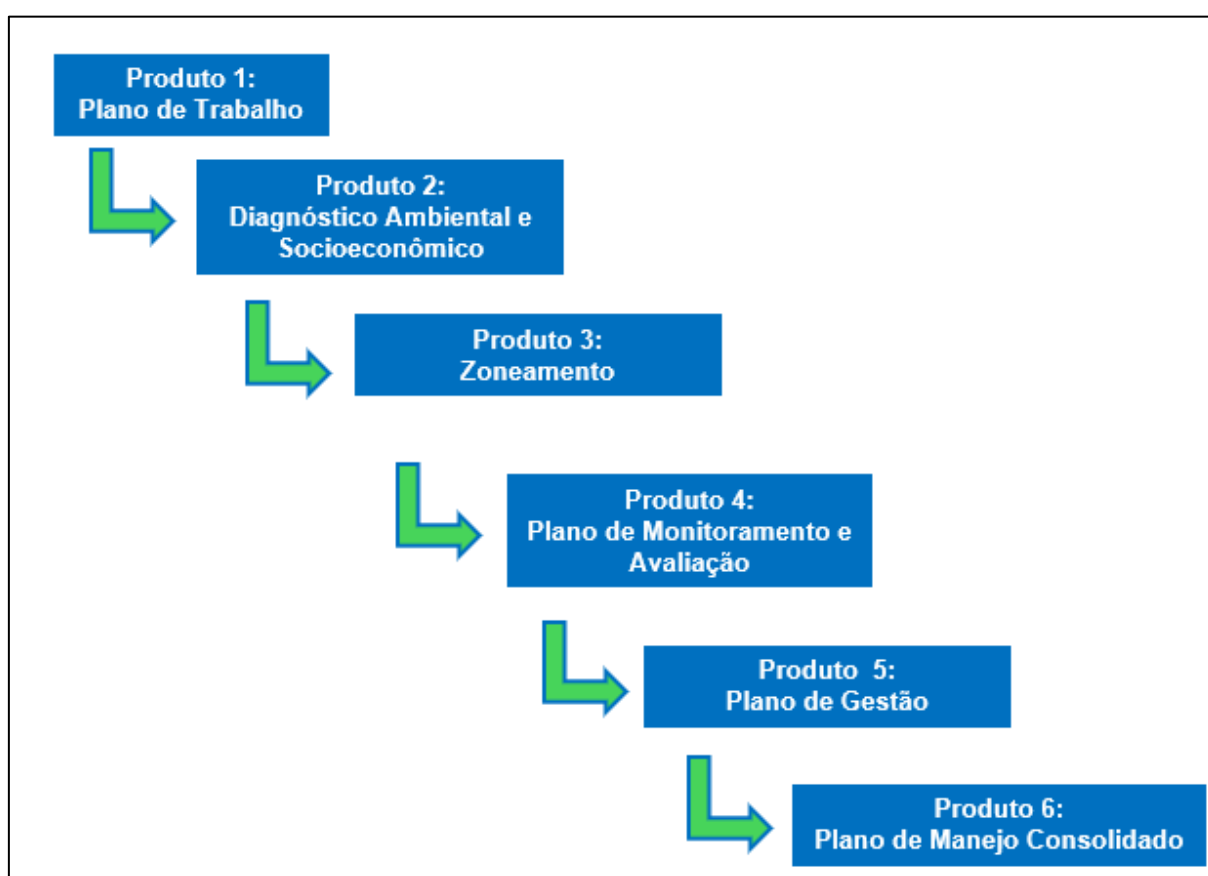


Figura 9-1 – Produtos elaborados para o Plano de Manejo.
Fonte: Elaboração própria.

Conforme mencionado, os conteúdos abordados no **Produto 4** e no **Produto 5** estão apresentados em um único documento, por serem complementares e interrelacionados.

O Quadro 9-1 apresenta o sumário de cada produto, oferecendo uma visão geral de seu conteúdo e auxiliando na busca de informações específicas nos respectivos produtos.



Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

O conjunto de produtos elaborados constituem o Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara, sendo que este **Produto 6 – Plano de Manejo Consolidado** corresponde a uma síntese integrada dos demais produtos.

Destaca-se que o **Produto 1 – Plano de Trabalho** foi elaborado para um conjunto de sete unidades de conservação que tiveram seus respectivos planos de manejo realizados simultaneamente, correspondendo à metodologia geral e procedimentos gerenciais utilizados durante a execução dos trabalhos, não compondo a documentação do Plano de Manejo.

Destaca-se, também, que o **Produto 2 – Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico** é constituído pela Análise Integrada (apresentada no Capítulo 3 deste documento) e o conjunto de Notas Técnicas conforme descrito a seguir.

Quadro 9-1 – Sumário dos Produtos elaborados para o Plano de Manejo.

Produto / Etapa	Sumário do Documento
Produto 2 – Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico Análise Integrada	1 Apresentação 2 Ficha Técnica 3 Análise Integrada 4 Mapa Situacional 5 Alvos de Conservação e Bem-estar Humano 5.1 Remanescentes representativos de mata atlântica 5.2 Rios, Nascentes e APPs hídricas 6 Anexos
Produto 2 – Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico Nota Técnica nº 1 - Hidrologia, clima e qualidade da água	1 Apresentação 2 Clima 2.1 Caracterização climática regional 2.1.1 Precipitação 2.1.2 Temperatura 2.1.3 Umidade relativa 2.2 Risco Climático e Medidas de Adaptação 2.3 Suscetibilidade a eventos climáticos extremos 3 Hidrologia 3.1 Região hidrográfica 3.2 Caracterização da hidrografia 4 Qualidade de Água 5 Análise integrada 6 Referências Bibliográficas
Produto 2 – Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico NT2 – Geomorfologia e solos	1 Apresentação 2 Unidades Geomorfológicas 3 Relevo e Declividade 4 Hipsometria 5 Solos 6 Erodibilidade e Suscetibilidade à Erosão 7 Referências Bibliográficas
Produto 2 – Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico	1 Apresentação 2 Introdução 3 Áreas Protegidas e Inter-Relações Territoriais 4 Conectividade Ecológica, Corredores e Mosaicos

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Produto / Etapa	Sumário do Documento
<p>NT3 – Conservação, Fauna, Flora e Integração Territorial</p>	<p>5 Biodiversidade e Espécies Ameaçadas 5.1 Flora 5.2 Fauna 5.2.1 Mastofauna 5.2.2 Avifauna 5.2.3 Herpetofauna 5.2.4 Ictiofauna 5.2.5 Artrópodes 6 Conclusões e Diretrizes para Conservação Biótica 7 Referências Bibliográficas</p>
<p>Produto 2 – Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico</p> <p>NT4 – Uso e Ocupação do Solo e Socioeconomia</p>	<p>1 Apresentação 2 Uso e Ocupação do Solo 2.1 Infraestrutura 3 Socioeconomia 3.1 Histórico local e rede de influência das cidades 3.2 Dinâmica populacional 3.3 Composição setorial da economia 3.4 Condições de vida e indicadores sociais 3.5 População estimada e estabelecimentos na UC 3.6 Populações tradicionais relacionadas a UC 3.7 Contexto regional e municipal de turismo 4 Referências Bibliográficas</p>
<p>Produto 2 – Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico</p> <p>NT5 – Oficina de Diagnóstico</p>	<p>1 Apresentação 2 Introdução 3 Oficina de DRP da APA dos Morros da Guanabara 3.1 Resultados levantamento do marco histórico 3.2 Resultados levantamento recursos e valores históricos/culturais 3.3 Resultados levantamento ameaças e oportunidades 3.4 Cartografia social da APA dos Morros da Guanabara 3.5 Priorização das ameaças e oportunidades 4 Evidências Da Execução Da Oficina 4.1 Mobilização social 4.2 Registro fotográfico do evento 4.3 Apresentação power point 4.4 Lista de presença do evento 5 Anexos</p>
<p>Produto 3 – Zoneamento</p>	<p>1 Apresentação 2 Metodologia 2.1 Reunião Técnica 2.1.1 Comunicação e Mobilização Social 2.1.2 Metodologia Participativa da Reunião Técnica 2.1.3 Contribuições da Plenária 3 Zoneamento da APA dos Morros da Guanabara 3.1 Descrição Das Zonas 3.1.1 Zona de Preservação - ZPRES 3.1.2 Zona de Uso Moderado – ZUM 3.1.3 Zona de Populacional - ZPOP 3.1.3 Zona de Sobreposição Territorial - ZST 3.2 Normas Gerais 3.2.1 Áreas de Preservação Permanente – APPs (Código Florestal) 3.2.2 Recursos hídricos 3.2.3 Manejo de fauna e flora 3.2.4 Pesquisa científica</p>

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Produto / Etapa	Sumário do Documento
	<ul style="list-style-type: none"> 3.2.5 Educação ambiental 3.2.6 Uso do fogo 3.2.7 Visitação e uso público 3.2.8 Eventos e atividades esportivas 3.2.9 Sinalização e comunicação 3.2.10 Infraestruturas 3.2.11 Parcelamento do Solo 3.2.12 Áreas urbanizadas e populacionais 3.2.13 Patrimônio histórico, arqueológico e cultural 3.2.14 Adequação e restauração 3.2.15 Fiscalização e gestão 4 Referências Bibliográficas 5 Anexos
<p>Produto 4 e 5 – Plano de Monitoramento, Avaliação e Gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1 Apresentação 2 Metodologia <ul style="list-style-type: none"> 2.1 Plano de Gestão 2.2 Plano de Monitoramento e Avaliação 2.3 Reunião Técnica <ul style="list-style-type: none"> 2.3.1 Comunicação e Mobilização Social 2.3.2 Metodologia Participativa da Reunião Técnica 2.3.3 Resultados da Reunião e Contribuições 3 Plano de Gestão <ul style="list-style-type: none"> 3.1 Programa 1 – Estruturação do Conselho <ul style="list-style-type: none"> 3.1.1 Objetivo geral 3.1.2 Objetivos específicos 3.1.3 Justificativa 3.1.4 Ações do programa 3.1.5 Cronograma 3.2 Programa 2 – Gestão da Unidade de Conservação <ul style="list-style-type: none"> 3.2.1 Objetivo geral 3.2.2 Objetivos específicos 3.2.3 Justificativa 3.2.4 Ações do programa 3.2.5 Cronograma 3.3 Programa 3 – Pesquisa e Educação Ambiental <ul style="list-style-type: none"> 3.3.1 Objetivo geral 3.3.2 Objetivos específicos 3.3.3 Justificativa 3.3.4 Ações do programa 3.3.5 Cronograma 3.4 Programa 4 – Incentivo ao Uso Sustentável <ul style="list-style-type: none"> 3.4.1 Objetivo geral 3.4.2 Objetivos específicos 3.4.3 Justificativa 3.4.4 Ações do programa 3.4.5 Cronograma 3.5 Programa 5 – Conservação da Flora e Fauna <ul style="list-style-type: none"> 3.5.1 Objetivo geral 3.5.2 Objetivos específicos 3.5.3 Justificativa 3.5.4 Ações do programa 3.5.5 Cronograma 4 Plano de Monitoramento e Avaliação <ul style="list-style-type: none"> 4.1 Metas e indicadores 4.2 Métricas dos indicadores

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) dos Morros da Guanabara

Produto / Etapa	Sumário do Documento
	<p>4.3 Cronograma 5 Referências Bibliográficas 6 Anexos</p>
<p>Produto 6 – Plano de Manejo Consolidado</p>	<p>1 Introdução 2 Ficha Técnica 3 Análise Integrada 4 Propósito e Alvos de Conservação 5 Zoneamento 6 Plano de Gestão 7 Plano de Monitoramento e Avaliação 8 Processos Participativos 9 Produtos do Plano de Manejo 10 Referências Bibliográficas 11 Apêndice</p>

Fonte: Elaboração própria.

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INEA (2020). Atlas dos mananciais de abastecimento público do Estado do Rio de Janeiro. Instituto Estadual do Ambiente, Rio de Janeiro.

MOTA, A. O. (2018). Proposição metodológica para avaliação da implementação de planos diretores de recursos hídricos. Dissertação, Câmara de pós-graduação em saneamento, meio ambiente e recursos hídricos, UFMG, Belo Horizonte – MG, 236 p.

11 APÊNDICE

Apêndice 1 – Relatório da Oficina de Apresentação do Plano de Manejo

Apêndice 1 – Relatório da Oficina de Apresentação do Plano de Manejo



REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO E ENCERRAMENTO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DA APA DOS MORROS DA GUANABARA

PROFILL
ENGENHARIA E AMBIENTE S.A.



FUNDRHI inea instituto estadual
do ambiente

AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE  **GOV
RJ**

SUMÁRIO

1	Introdução.....	4
2	Divulgação e Convocação da Reunião Técnica	5
3	Registro da Reunião	10
4	Considerações Finais	17
5	Anexos	18

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Divulgação da Reunião da APA dos Morros da Guanabara no Instagram do Comitê e da Profill.....	6
Figura 2.2 – Divulgação da Reunião da APA dos Morros da Guanabara no Instagram do Comitê e da Profill – com dados do evento.....	7
Figura 2.3 – Card de divulgação da Reunião Técnica da APA dos Morros da Guanabara enviado pelo whatsapp.....	8
Figura 2.4 – Convite da Reunião da APA dos Morros da Guanabara encaminhado por e-mail.....	9
Figura 3.1 – Registro fotográfico da Reunião Técnica da APA dos Morros da Guanabara.....	12

1 INTRODUÇÃO

A presente Reunião Técnica de Encerramento e Entrega do Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara integra a etapa final do processo de elaboração do instrumento de gestão da Unidade de Conservação (UC), desenvolvido no âmbito do projeto de elaboração dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação Municipais dos municípios de Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Tanguá, São Gonçalo e Niterói.

A reunião teve como objetivo apresentar os principais resultados técnicos e participativos consolidados ao longo do processo de construção do Plano de Manejo, registrar institucionalmente a conclusão e entrega do produto, bem como fortalecer o alinhamento entre os atores envolvidos quanto às estratégias futuras de implementação, monitoramento e gestão da Unidade de Conservação.

A atividade foi estruturada em formato técnico-participativo, contemplando a apresentação das etapas metodológicas desenvolvidas, incluindo diagnóstico ambiental e socioeconômico, processo participativo, análise integrada, definição do zoneamento, diretrizes normativas, programas de gestão e estratégias de monitoramento e avaliação. Também foram destacados os resultados das oficinas participativas e dos processos de construção coletiva realizados junto aos diferentes atores institucionais e territoriais envolvidos.

A realização desta reunião representa a consolidação de uma importante etapa do planejamento territorial e ambiental da APA dos Morros da Guanabara, reforçando o papel do Plano de Manejo como instrumento orientador da gestão da Unidade de Conservação e como referência para a promoção do uso sustentável, da proteção ambiental e do fortalecimento da governança territorial.

2 DIVULGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO TÉCNICA

A definição da data, horário e local da Reunião Técnica de Encerramento e Entrega do Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara foi realizada em articulação junto ao ponto focal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Niterói, considerando a agenda institucional do município, a disponibilidade do espaço e a logística de mobilização dos participantes envolvidos no processo.

Nesse contexto, foi pactuada a realização do evento no dia 21 de maio, no período da tarde, a sede do Parque das Águas, na Rua Professor Valdemir Alves Machado, s/nº, Centro de Niterói/RJ. A definição conjunta do local buscou garantir melhores condições de participação dos atores institucionais, representantes territoriais, conselheiros e demais convidados envolvidos no processo de construção do Plano de Manejo, além de favorecer a adequada realização da etapa de encerramento e entrega institucional do instrumento de gestão da Unidade de Conservação.

A divulgação do evento foi realizada por meio das redes sociais do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara (CBH-BG), com publicação de material gráfico contendo informações sobre data, horário, local e orientações para participação na atividade. Complementarmente, a mobilização também ocorreu por meio de grupos de WhatsApp vinculados à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ampliando o alcance das informações junto aos atores institucionais, representantes territoriais e demais participantes envolvidos no processo de elaboração do Plano de Manejo.

As peças de divulgação destacaram a conclusão do processo de elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação municipais do Trecho Leste da Região Hidrográfica V, enfatizando a importância do instrumento para o fortalecimento da preservação ambiental, da gestão territorial e do uso sustentável dos recursos naturais. Também foram disponibilizadas orientações para inscrição e acompanhamento das ações por meio dos canais institucionais do CBH-BG, ver Figura 2.1 e Figura 2.2.

A estratégia de divulgação digital buscou ampliar o alcance das informações junto aos atores institucionais, representantes territoriais, organizações locais e demais interessados vinculados à gestão ambiental e territorial da região, contribuindo para fortalecer a participação e a transparência do processo.

Figura 2.1 – Divulgação da Reunião da APA dos Morros da Guanabara no Instagram do Comitê e da Profill.



Fonte: Profill, 2026.

Figura 2.2 – Divulgação da Reunião da APA dos Morros da Guanabara no Instagram do Comitê e da Profill – com dados do evento.



Fonte: Profill, 2026.

Complementarmente, foi realizado o envio de convites por e-mail e mensagem pelo whatsapp aos participantes e instituições que estiveram envolvidos nas etapas anteriores do processo participativo e técnico de elaboração do Plano de Manejo, incluindo representantes do poder público, conselhos, instituições parceiras, organizações da sociedade civil e demais atores territoriais mobilizados ao longo das oficinas e atividades desenvolvidas no âmbito do projeto (ver Figura 2.3 e Figura 2.4).

Figura 2.3 – Card de divulgação da Reunião Técnica da APA dos Morros da Guanabara enviado pelo whatsapp.



**Apresentação do
Plano de Manejo da APA
Morros da Guanabara**

📅 **21/05**
🕒 **14h às 16h**
📍 **Parque das Águas - R. Prof.
Valdemir Alves Machado, s/nº -
Centro - Niterói**

Coloque
na
agenda

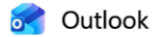


Conclusão do Plano de Manejo

PROFILL AGEVAP FUNDRHI inea Instituto Estadual do Ambiente Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

Fonte: Profill, 2026.

Figura 2.4 – Convite da Reunião da APA dos Morros da Guanabara encaminhado por e-mail.



CONVITE_Apresentação Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara

De Diego Silva <diego.silva@profill.com.br>

Data Seg, 04/05/2026 13:50

Para Diego Silva <diego.silva@profill.com.br>

Caros,

O Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara (CBH-BG), a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) e a Prefeitura Municipal de Niterói convidam você a participar do evento de apresentação e entrega do **Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara**.

O evento marca a conclusão do processo de elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação Municipal - APA dos Morros da Guanabara, apresentando as principais diretrizes e estratégias definidas para orientar a gestão da UC, visando fortalecer a proteção ambiental, a conservação dos recursos naturais e o ordenamento territorial da unidade.

A apresentação final busca fortalecer a transparência, a participação social e o compromisso coletivo com a implementação das ações propostas para a gestão da APA dos Morros da Guanabara.

Local: Parque das Águas de Niterói - R. Prof. Valdemir Alves Machado, s/nº - Centro - atrás do Centro Empresarial Tower

Data: 21/05/2026 (quinta-feira)

Horário: das 14h às 16h

Link de Inscrição: <https://forms.cloud.microsoft/r/VTyxRfirA0>

Diego Silva

Eng. Agrônomo - Coordenador

PROFILL
ENGENHARIA E AMBIENTE S.A.

Av. Iguazu 451 - Conj. 601 | Petrópolis |
Porto Alegre/RS | CEP 90470-430

+55 (51) 3211-3944 / 9 9221 8841
www.profill.com.br

Fonte: Profill, 2026

Para fins de organização e registro da participação, foi disponibilizado formulário eletrônico de inscrição para a Reunião, por meio do qual 20 pessoas realizaram sua inscrição prévia para o evento.

O formulário possibilitou o levantamento prévio do público participante, contribuindo para o planejamento da atividade, organização institucional do evento e consolidação dos registros de participação. Além disso, a ferramenta permitiu ampliar o alcance da mobilização junto aos atores institucionais, representantes territoriais e demais interessados vinculados ao processo de elaboração do Plano de Manejo.

3 REGISTRO DA REUNIÃO

Conforme planejamento, a Reunião Técnica de Encerramento e Entrega do Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara foi realizada no dia 21 de maio de 2026, no período da tarde, na sede do Parque das Águas de Niterói.

Durante a atividade, foi realizado o registro formal da participação por meio de lista de presença (Anexo 1), contemplando representantes de diferentes instituições e setores relacionados à gestão ambiental, territorial, hídrica, urbana, acadêmica e de controle social da região, evidenciando a diversidade institucional e o caráter participativo do processo de elaboração do Plano de Manejo. Ao todo, foram registradas 20 participações no evento, incluindo 03 integrantes da equipe técnica do Consórcio Profill/Fato responsáveis pela condução e apoio à reunião técnica.

Com base na lista de presença da Reunião, verificou-se a participação de representantes de instituições públicas, organizações da sociedade civil, universidades, órgãos ambientais, conselhos e coletivos locais, dentre os quais destacam-se: Universidade Federal Fluminense (UFF), Laboratório de História da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), Secretaria Municipal de Educação (SME), Fundação Municipal de Educação (FME), Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SMARHS), Prefeitura Municipal de Niterói (PMN), Clube de Mulheres de Niterói (CMN), Subsecretaria de Recursos Hídricos (SUBARHS), AGEVAP, além de representantes da sociedade civil e demais atores vinculados à gestão ambiental e territorial da APA Morros da Guanabara. A lista de presença completa encontra-se apresentada nos anexos deste relatório.

O evento foi iniciado com falas institucionais de abertura e boas-vindas, conduzidas por representantes das instituições envolvidas no processo de elaboração

e acompanhamento do Plano de Manejo. Na ocasião, o Sr. Thiago dos Santos Leal, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS), enfatizou a importância da integração entre planejamento urbano, gestão ambiental e ordenamento territorial no contexto municipal, destacando o Plano de Manejo como instrumento estratégico para subsidiar a gestão da Unidade de Conservação e orientar ações futuras no território.

Na sequência, o representante da AGEVAP, Sr. Gabriel, ressaltou a importância da cooperação entre os entes envolvidos, o papel do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara (CBH-BG) no apoio às ações de gestão ambiental e territorial, bem como a relevância do processo participativo desenvolvido ao longo da elaboração do instrumento, evidenciando a contribuição dos diferentes atores institucionais e sociais na construção coletiva do Plano de Manejo.

Após as falas de abertura, foi conduzida apresentação técnica (Anexo 2), na qual foram expostos os principais resultados consolidados do processo de elaboração do Plano de Manejo, incluindo diagnóstico ambiental e socioeconômico, processo participativo, análise integrada, zoneamento, diretrizes normativas, programas de gestão e estratégias de monitoramento e avaliação da Unidade de Conservação. Também foram apresentados os resultados das oficinas participativas e do processo de construção coletiva desenvolvido ao longo da execução do projeto.

Na Figura 3.1, consta o registro fotográfico do evento, contemplando os principais momentos.

Figura 3.1 – Registro fotográfico da Reunião Técnica da APA dos Morros da Guanabara.









Ao final da Reunião Técnica de Encerramento e Entrega do Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara, foi promovido um momento de reflexão e diálogo junto aos participantes, com o objetivo de estimular a construção coletiva de perspectivas para a implementação futura do Plano de Manejo e para o fortalecimento da governança da Unidade de Conservação.

A dinâmica foi conduzida a partir da pergunta central “Que Unidade de Conservação queremos construir coletivamente?”, estruturada em quatro eixos temáticos voltados à mobilização dos participantes em torno dos desafios e oportunidades relacionados à continuidade do processo após a conclusão formal do Plano de Manejo.

O primeiro eixo abordou a necessidade de fortalecimento das parcerias institucionais e articulações territoriais fundamentais para garantir a efetiva implementação das ações previstas no Plano de Manejo, destacando a importância da atuação integrada entre poder público, instituições ambientais, organizações da sociedade civil, universidades e comunidade local.

No segundo eixo, os participantes foram convidados a refletir sobre o legado esperado para a Unidade de Conservação a partir da implementação do Plano de Manejo, considerando aspectos relacionados à proteção ambiental, valorização territorial, uso sustentável, fortalecimento da participação social e melhoria da gestão da APA dos Morros da Guanabara.

O terceiro momento da reflexão buscou discutir estratégias para manutenção do processo participativo e do diálogo territorial ativo após a conclusão da etapa de elaboração do Plano, reforçando a compreensão de que o instrumento de gestão não representa o encerramento do processo, mas sim o início de uma nova fase de acompanhamento, implementação e construção contínua da governança territorial.

Por fim, os participantes foram convidados a compartilhar percepções sobre qual Unidade de Conservação desejam construir coletivamente a partir da implementação do Plano de Manejo, estimulando uma visão de corresponsabilidade entre os diferentes atores envolvidos na gestão do território.

A atividade contribuiu para fortalecer o caráter participativo da reunião técnica, promovendo um espaço de escuta, troca de experiências e alinhamento institucional em torno da continuidade das ações voltadas à conservação ambiental, gestão territorial e fortalecimento da APA dos Morros da Guanabara.

O encerramento da Reunião Técnica de Entrega do Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara contou com falas institucionais de representantes da AGEVAP e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Niterói, que reforçaram a importância da continuidade das ações de implementação do Plano de Manejo, do fortalecimento da governança territorial e da manutenção do diálogo entre os diferentes atores envolvidos na gestão da Unidade de Conservação.

Após as atividades de encerramento, foi servido coffee break aos participantes, proporcionando um momento de integração, troca de experiências e interação entre os representantes institucionais, comunidade e equipe técnica presentes no evento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a Reunião Técnica de Encerramento e Entrega do Plano de Manejo da APA dos Morros da Guanabara representou não apenas a consolidação da etapa final de elaboração do instrumento de gestão da Unidade de Conservação, mas também o fortalecimento do compromisso institucional e coletivo com a continuidade das ações voltadas à implementação, monitoramento e governança territorial da APA.

A diversidade de instituições, representações comunitárias e atores territoriais presentes ao longo da atividade evidenciou a relevância do processo participativo desenvolvido durante a elaboração do Plano de Manejo, reforçando a compreensão de que a efetividade do instrumento depende da articulação contínua entre poder público, sociedade civil, instituições parceiras e comunidade local.

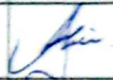

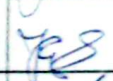

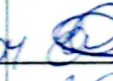



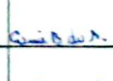
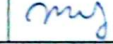
Nesse contexto, o encerramento da reunião técnica reafirmou o Plano de Manejo como instrumento orientador de um processo contínuo de gestão, conservação e construção coletiva do território, cuja implementação demandará diálogo permanente, cooperação institucional e acompanhamento sistemático das ações propostas para a Unidade de Conservação.

5 ANEXOS

Anexo 1 – Lista de Presença

Anexo 2 – Apresentação Técnica

Anexo 1 – Lista de Presença

Plano de Manejo da Unidade de Conservação - APA Morros da Guanabara (21 de Maio)				
NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
Mônica Akemi S. Nacas	Clube N. Henriente de Montanhismo (CNM)	(21) 98663-2508	monica.nacas@gmail.com	
Luciano Pereira	PMU	21 987421049	luciano.pereira@hotmai.com	
Jamie Garcia de Silva	LAHVI-UFF	(21) 99644 9285	jamie552@id.uff.br	
José Ricardo Assis de Silva	SME	21 992 198490	jrca@assiss@hotmai.com	
Erika D. Lessa	FME	21- 972665993	ERIKADMLESSA@GMAIL.COM	
Marcos Kiefer	UFF- INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE	21 995384495	mckiefer@id.uff.br	
Pedro Henrique de Oliveira	UFF	(21) 967425207	oliveira-pedro@id.uff.com.br	
Luiz Carlos de Oliveira	UFF	(11) 96551-1191	luiz.ed@id.uff.br	
Carla Belotti do N. Nogueira	UFF	(21) 969834024	CarlaBelotti@id.uff.br	
Maria Carolina Fernandes de Campos	SMARHS	(21) 99171-8792	mcfcampos4@gmail.com	



LISTA DE PRESEÇA - OFICINA PARTICIPATIVA

P6 - PLANO DE MANEJO



Planos de Manejo de Unidades de Conservação Municipais: Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Tanguá, São Gonçalo e Niterói

Plano de Manejo da Unidade de Conservação - APA Morros da Guanabara (21 de Maio)

NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
FABIANA FERRAZ DE BARROS	SMARTUS	21 981905307	fabarros@agnat.com	
Rebecca Menezes Mendes	SMARTUS	21 99395 2433	rebeccomendes@gmail.com	
Eduardo Andrade Leit	CONSORCIO	51 987795397	fato@fotoperquim.com.br	
Jane Alexandra	PROFILL / Foto	01 998508925	jane.alexandre@fual.com.br	
Gabriel Macedo dos Reis	AGEVAP	21 998240530	gabriel.macedo@agevap.org.br	
Leandro Ascencio	PROFILL	21 98057-0976	leandro@profill.com	
RICARDO BARROS	CNM	21 99191-5096	RSBCONT@GMAIL.COM	
THIAGO DOS SANTOS LEAL	SMARTUS	21 99100-2090	thiago.leal@meioambiente.niteroi.rj.gov.br	
Felipe Pinto B. Pereira	SMARTUS	21 99851-6001	felipe.pinto166@gmail.com	
ALEX FÁBIA FERREIRA GUINADO	GABINETE GUINADO	21 98087-2675	ALEX.FABIA.FERREIRA@GMAIL.COM	

Elaborado por:



Anexo 2 – Apresentação Técnica

PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS

Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu,
Rio Bonito, Tanguá, São Gonçalo
e Niterói

PROFILL
ENGENHARIA E AMBIENTE S.A.



FUNDRHI inea instituto estadual
do ambiente

AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE



REUNIÃO TÉCNICA

Evento de Encerramento e
Entrega do Plano de Manejo

APA DOS MORROS DA GUANABARA NITERÓI

ETAPAS E PRODUTOS DO PLANO DE MANEJO

Produto	Descrição	Oficinas	Status
Produto 1	Plano de Trabalho Detalhado e Cronograma de Execução	N/A	Concluído
Produto 2	Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico	11 a 19 de novembro	Concluído
Produto 3	Zoneamento	26 de janeiro a 3 de fevereiro	Concluído
Produto 4 e 5	Plano de Monitoramento e Avaliação / Plano de Gestão	23 de março a 3 de abril	Concluído
Produto 6	Plano de Manejo	18 a 21 de maio	Em andamento

OBJETIVOS DA REUNIÃO TÉCNICA

Objetivo 1 – Apresentar o Plano de Manejo e evidenciar os resultados do processo técnico e participativo desenvolvido ao longo da elaboração do instrumento.

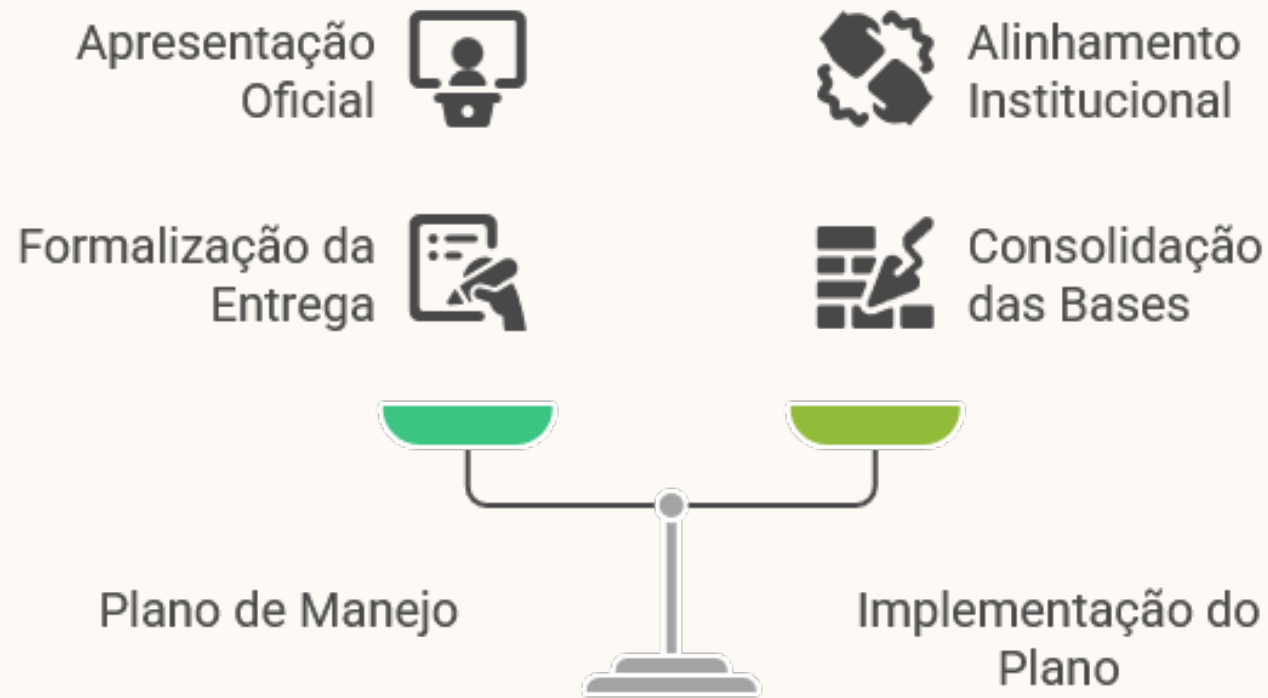
Objetivo 2 – Registrar institucionalmente a conclusão e entrega do Plano de Manejo.

Objetivo 3 – Fortalecer o alinhamento entre os atores envolvidos quanto às estratégias futuras de implementação e gestão da unidade;

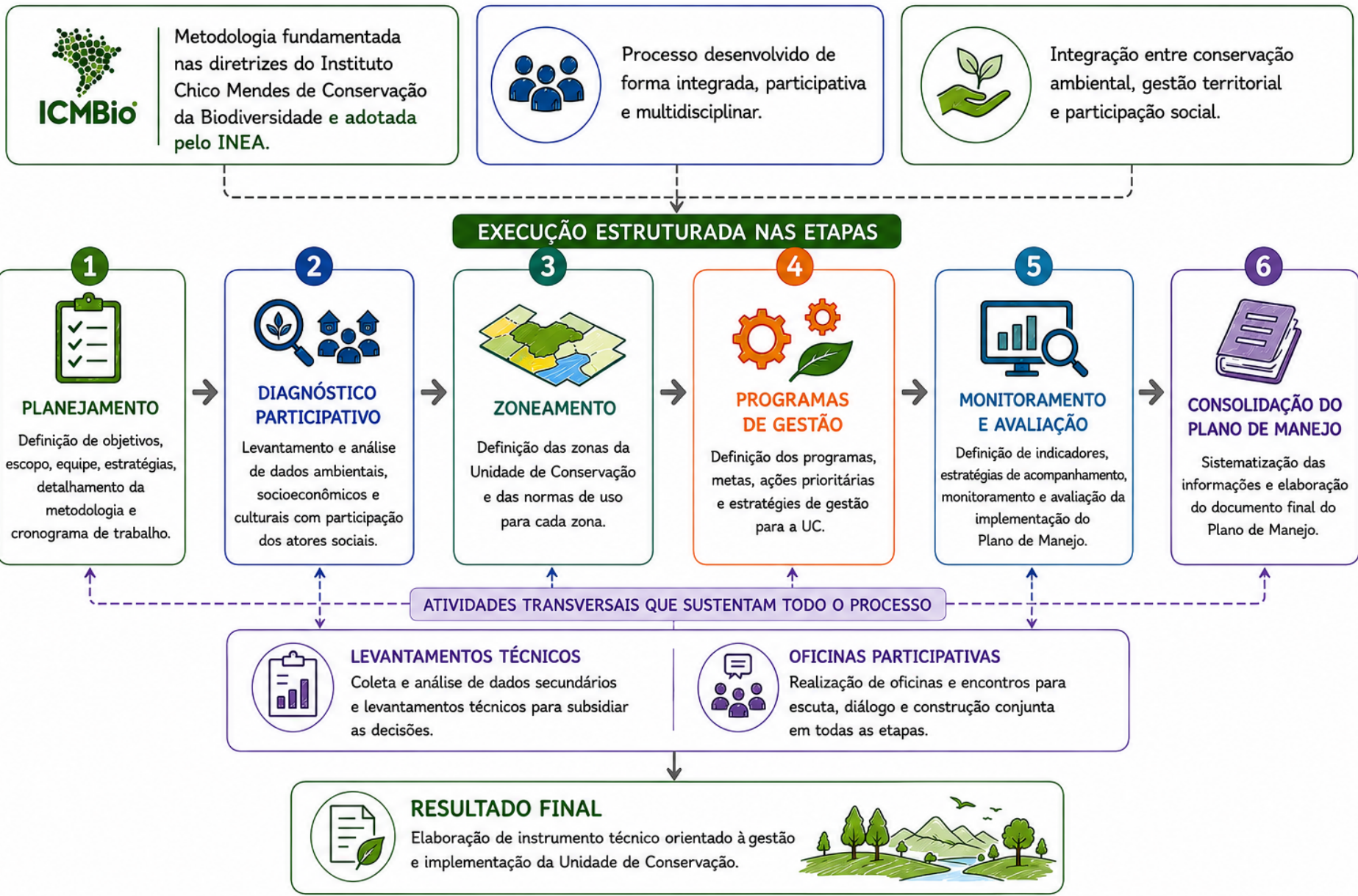
Objetivo 4 - Valorizar a participação das instituições, comunidades e representantes territoriais que contribuíram para o processo de elaboração.

RESULTADOS ESPERADOS DA REUNIÃO TÉCNICA

Equilibrando Planejamento e Implementação



METODOLOGIA DE EXECUÇÃO



PROCESSO PARTICIPATIVO

DIAGNÓSTICO



**MARCO HISTÓRICO –
CONTEXTO HISTÓRICO
DA UC**

Levantamento e sistematização dos fatos históricos, processos de ocupação, usos do território e transformações socioambientais que marcaram a região da UC.



**RECURSOS E VALORES
HISTÓRICOS E
CULTURAIS**

Identificação e valorização dos bens materiais e imateriais, saberes, práticas e manifestações culturais que compõem o patrimônio histórico e cultural da região.



**AMEAÇAS E
OPORTUNIDADES**

Reconhecimento dos principais fatores que representam riscos à conservação e, ao mesmo tempo, das potencialidades que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da UC.



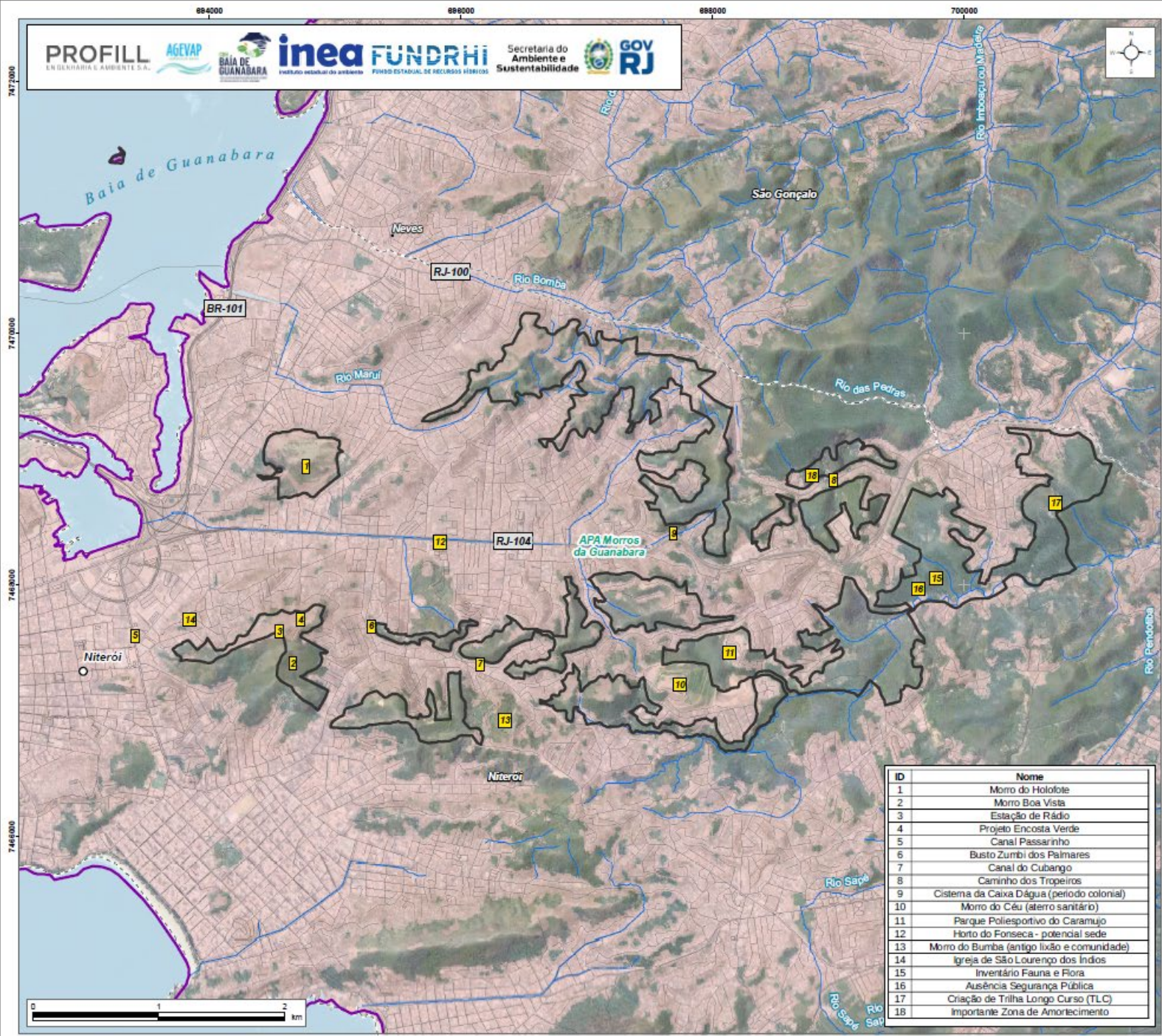
MAPEAMENTO COLETIVO

Em atividade participativa, elementos marcantes vinculados à gestão ambiental e aos passivos ambientais foram identificados – manchas e áreas estratégicas para conservação, manejo e ordenamento territorial.



**PRIORIZAÇÃO DAS
AMEAÇAS E
OPORTUNIDADES**

Discussão e definição coletiva das ameaças e oportunidades prioritárias, considerando sua relevância, urgência e potencial de impacto para a gestão da UC.



Mapeamento coletivo para identificação dos usos, problemas e oportunidades no território - APA Morros da Guanabara

Legenda

- Sede Capital Estadual
- Sede Municipal
- Localidade
- 1 Pontos mapeados em oficina
- Trecho rodoviário**
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual
- Vias e Acessos
- Trecho de Drenagem
- Massa D'água
- Limite Municipal
- Área Urbanizada
- Limite da UC
- RH V - Baía de Guanabara

Localização



Informações

Fonte de dados:
 - Sedes/Localidades/Rodovia/Limite Municipal/Massa d'água: IBGE, 2023
 - Vias e acessos: OpenStreetMaps, 2025
 - Curso hidroco/Região Hidrográfica: INEA, 2022
 - Unidades de Conservação: ICMS Verde/INEAMMA, 2025
 - Área urbanizada: MapBiomas Col. 2 10m, 2023
 - Mapeamento coletivo: Profill, 2025

UTM / SIRGAS 2000 Escala: 1:30.000 Data: Novembro/2025

Dados do Projeto

ELABORAÇÃO DE 07 (SETE) PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS DOS MUNICÍPIOS DE MACAÉ, GUAPIMIRIM, CACHOERAS DE MACACU, RIO BONITO, TANGUÁ, SÃO GONÇALO E NITERÓI

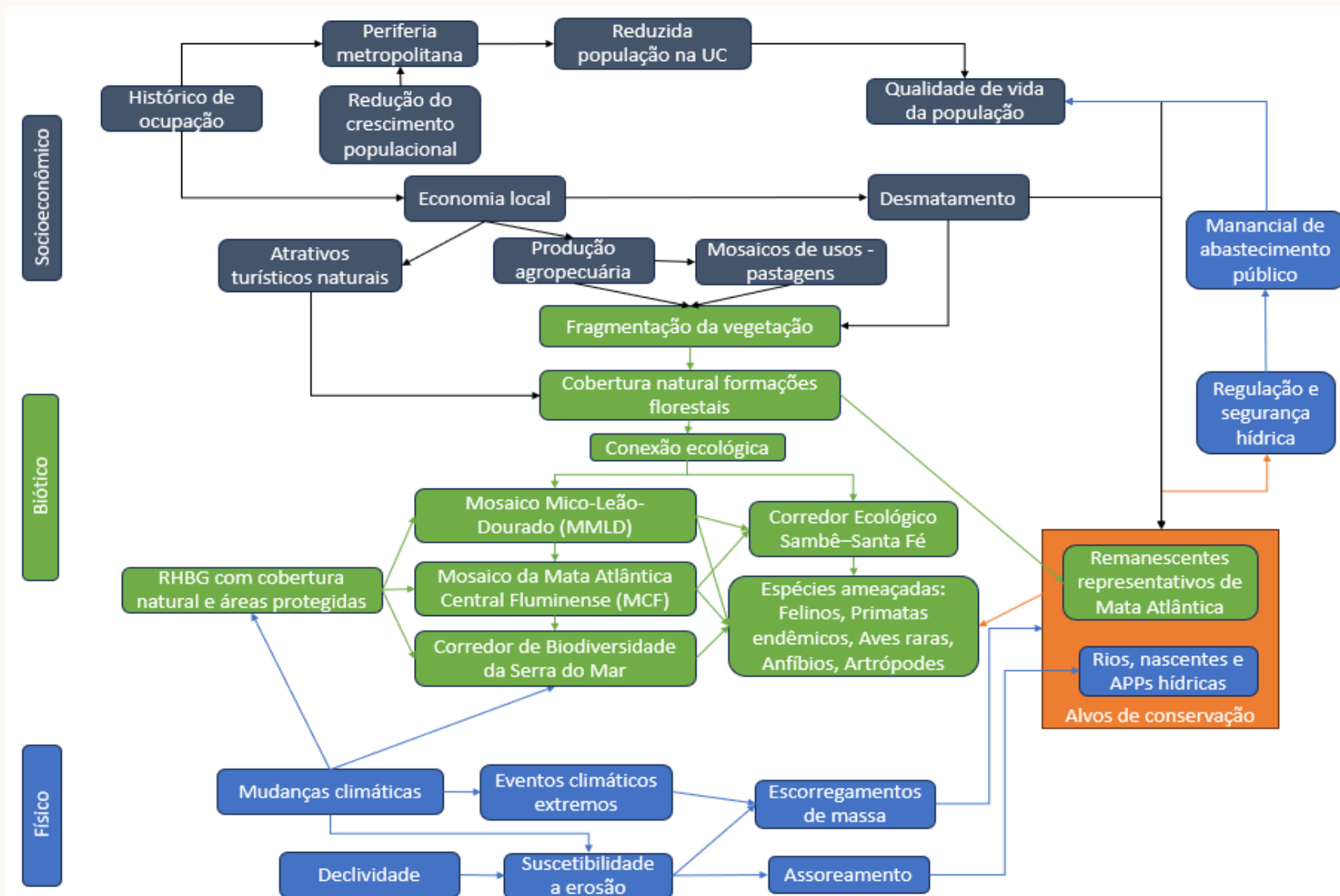
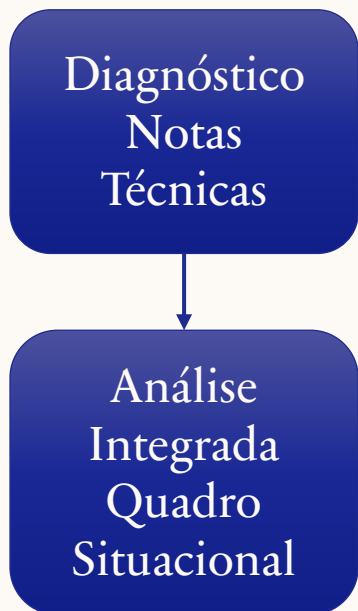
Execução técnica: ENGENHARIA E AMBIENTE S.A.
 Realização:

ID	Nome
1	Morro do Holofote
2	Morro Boa Vista
3	Estação de Rádio
4	Projeto Encosta Verde
5	Canal Passarinho
6	Busto Zumbi dos Palmares
7	Canal do Cubango
8	Caminho dos Tropeiros
9	Sistema da Caixa D'água (período colonial)
10	Morro do Céu (aterro sanitário)
11	Parque Poliesportivo do Caramujo
12	Horto do Fonseca - potencial sede
13	Morro do Bumba (antigo lixão e comunidade)
14	Igreja de São Lourenço dos Índios
15	Inventário Fauna e Flora
16	Ausência Segurança Pública
17	Criação de Trilha Longo Curso (TLC)
18	Importante Zona de Amortecimento

MAPA COLETIVO PRODUZIDO NO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Plano de Manejo da Unidade de Conservação

Instrumento para atender aos objetivos de criação da UC



ALVOS DE CONSERVAÇÃO

Alvo	Remanescentes representativos de mata atlântica
Pressões, ameaças	Ocupação antrópica, especialmente a expansão da mancha urbana; Fragmentação resultante de infraestruturas de transporte, ocupação urbana e usos rurais, especialmente pastagens; Ocupações irregulares e concentração de população vulnerável.
Processos ecológicos associados	Dinâmica e sucessão florestal; Regulação hidrológica e microclimática; Manutenção da biodiversidade da flora e da fauna e das interações ecológicas; Facilitação do fluxo gênico e da conectividade ecológica funcional; Estabilização de encostas e controle de processos erosivos.
Diretriz para o zoneamento	Conservação, restrição de uso de fragmentos florestais de maior extensão e em bom estado de conservação; Uso moderado em áreas contíguas a estes fragmentos; Promoção da restauração de áreas com maior conectividade; Articulação com as zonas do Plano Diretor municipal, reforçando os instrumentos de controle e proteção das áreas de remanescentes.

Alvo	Nascentes, recarga e APPs hídricas
Pressões, ameaças	Ocupação antrópica, desmatamento e expansão da mancha urbana; Ocupação sobre e nas proximidades de cursos hídricos e nascentes; Contaminação difusa e pontual da água por lançamento de efluentes e carreamento de sedimentos e matéria orgânica pela chuva.
Processos ecológicos associados	Manutenção dos fluxos hídricos pela conservação de nascentes; Suporte à biodiversidade; Facilitação do fluxo gênico e da conectividade ecológica funcional pela água e vegetação ripária.
Diretriz para o zoneamento	Preservar e recompor APPs (hídricas, encostas, topos de morro, nascentes) conforme Lei do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012); Controlar e fiscalizar lançamentos irregulares e pontos de contaminação; Promover a gestão de recursos hídricos e a Política de Saneamento Básico na APA.

ALVOS DE CONSERVAÇÃO

Alvo	Qualidade de vida da população
Pressões, ameaças	Ocupação antrópica, desmatamento e expansão da mancha urbana; Contaminação difusa e pontual da água por lançamento de efluentes e carreamento de sedimentos e matéria orgânica; Desmatamento e atividades produtivas não sustentáveis; Concentração de ocupações irregulares e populações em situação de vulnerabilidade.
Processos ecológicos associados	Manutenção de serviços ecossistêmicos, destacando-se provisão de água, manutenção da paisagem, purificação do ar e da água, formação de solo, lazer e turismo, entre outros; Aumento da resiliência à mudança climática e a crises hídricas em áreas urbanas.
Diretriz para o zoneamento	Ordenamento das atividades degradadoras ou com potencial de degradação do ambiente natural; Promoção da resiliência com utilização de soluções ambientalmente ajustadas em áreas urbanizadas, com foco em saneamento básico; Restrição ao uso de áreas mais conservadas ou próximas de fragmentos florestais, rios, nascentes e APPs hídricas.

ZONEAMENTO



TIPO DE ÁREA

DESCRIÇÃO RESUMIDA



ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE PARA A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Áreas de especial interesse para a proteção dos recursos naturais, especialmente as que contam com ecossistemas, habitats e ambientes preservados, que abrigam ou podem contribuir para populações de fauna e flora silvestre.



ÁREAS DEGRADADAS OU EM PROCESSO DE DEGRADAÇÃO

Áreas degradadas ou em processo de degradação e que demandem medidas de recuperação.



ÁREAS AMBIENTAIS ESTRATÉGICAS PARA CONECTIVIDADE ECOLÓGICA

Áreas ambientais estratégicas para conectar fragmentos florestais e habitats, em relação às quais possam ser demandadas ações de conservação ou restauração.



ÁREAS URBANAS E DE EXPANSÃO URBANA

Áreas urbanas e de expansão urbana.

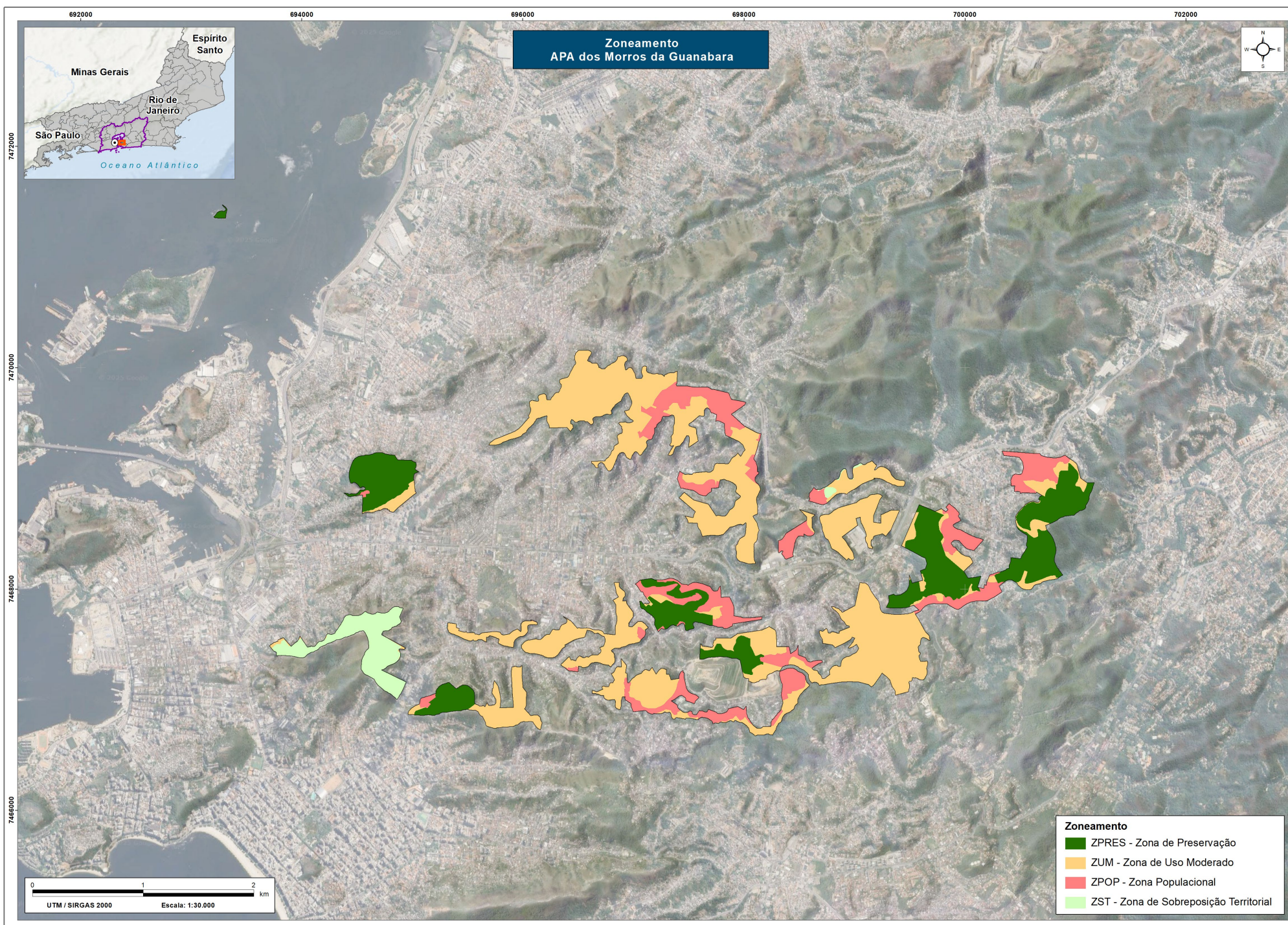


ÁREAS DE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA, MINERAÇÃO OU OUTROS PROCESSOS PRODUTIVOS

Áreas de exploração agropecuária, mineração ou outros processos produtivos, alteradas por essas atividades, em uso ou subutilizadas para exploração.

ZONEAMENTO

DIRETRIZES E NORMAS PARA CADA ZONA E PARA A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



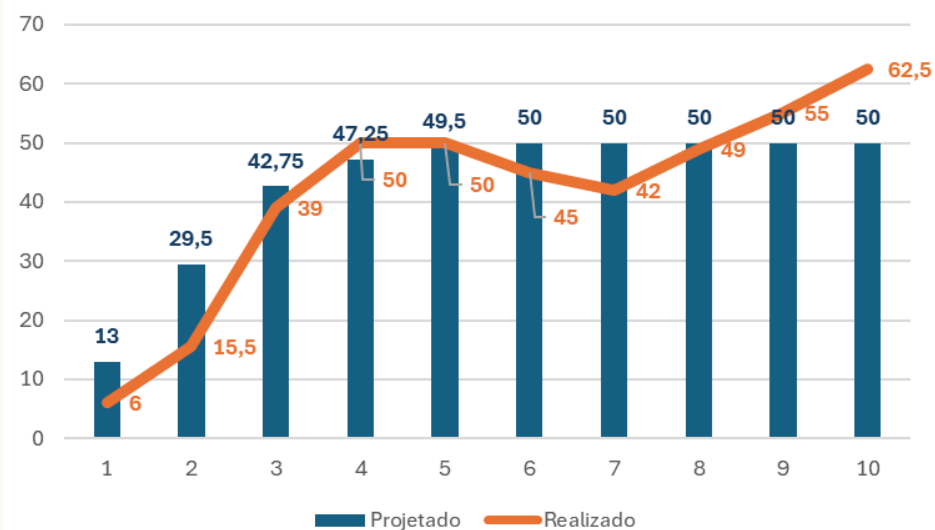
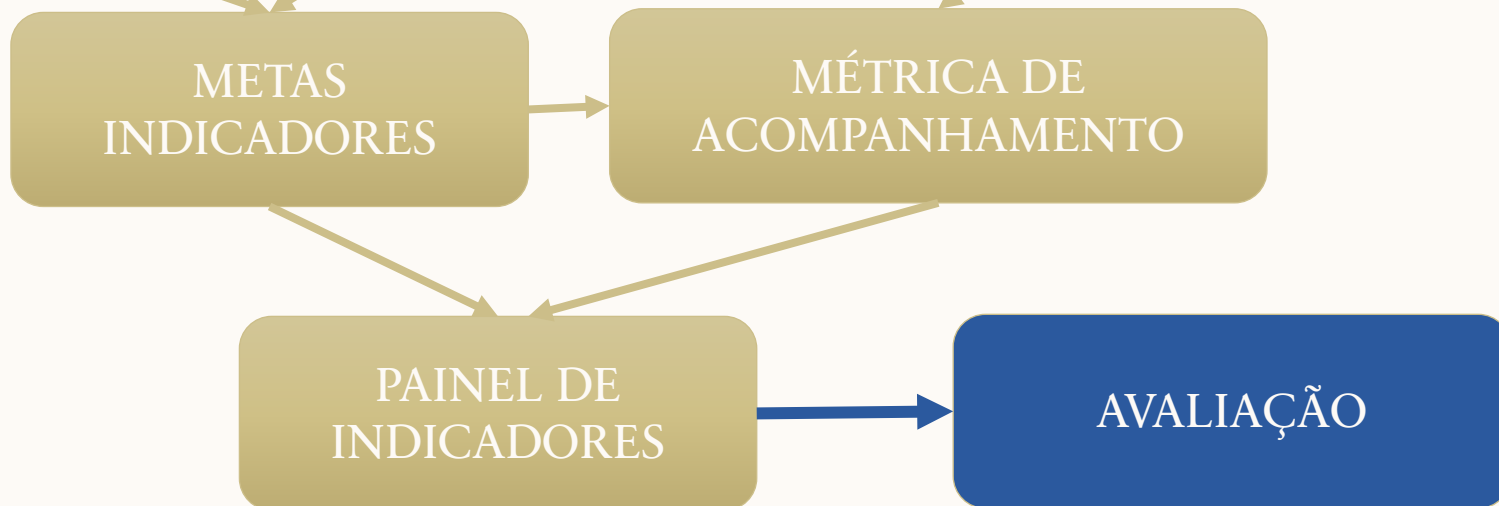
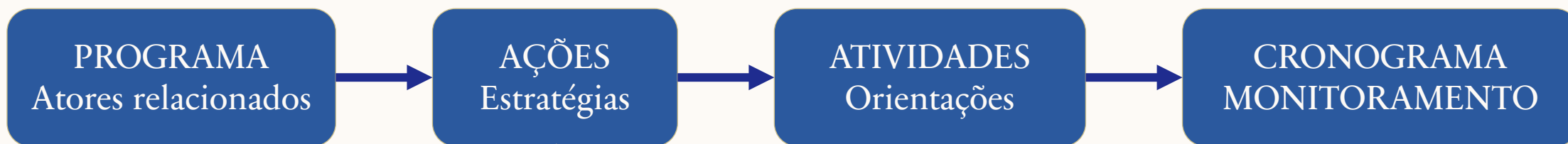
PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - PLANO DE GESTÃO

PLANO DE GESTÃO

- **PROGRAMA 1 - ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO;**
- **PROGRAMA 2 - GESTÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO;**
- **PROGRAMA 3 - PESQUISA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL;**
- **PROGRAMA 4 - PROGRAMA DE INCENTIVO AO USO SUSTENTÁVEL;**
- **PROGRAMA 5 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FLORA E FAUNA;**
- **PROGRAMA 6 - PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO DE ÁREAS.**

PLANO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - PLANO DE GESTÃO

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO



QUE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO QUEREMOS CONSTRUIR COLETIVAMENTE?

— Reflexões para implementação do Plano de Manejo —



01

Quais parcerias e articulações serão fundamentais para garantir a efetividade do Plano de Manejo no território?

01



02

Que legado esperamos construir para a Unidade de Conservação a partir da implementação do Plano de Manejo?

02



03

Como manter o processo participativo e o diálogo territorial ativos após a conclusão desta etapa de elaboração do Plano?

03



04

Que Unidade de Conservação queremos construir coletivamente a partir da implementação deste Plano de Manejo?

04



O Plano de Manejo representa o início de um **processo contínuo** de gestão, conservação e **construção coletiva** do território.



Encerramos esta etapa com a convicção de que o Plano de Manejo passa, agora, a orientar um processo contínuo de gestão territorial,



fortalecido pelo **diálogo,**



pela **cooperação institucional**



e pelo **compromisso coletivo**

com o **futuro** da Unidade de Conservação.

PROFILL
ENGENHARIA E AMBIENTE S.A.



FUNDRHI inea instituto estadual do ambiente

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

